



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal do
Planejamento, Orçamento e Gestão



PPA

PLANO PLURIANUAL

2018 - 2021

Projeto de Lei

VOLUME I

MENSAGEM Nº 029 /2017 de 26 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, nos termos do art. 83, I, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhar o Projeto de Lei que **“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL (PPA) DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021”**.

Trata-se da primeira etapa da série de seis instrumentos de planejamento de médio prazo da cidade que serão contemplados, na integralidade de suas vigências, pela congregação de ações segundo a Agenda Estratégica idealizada para cada quadriênio, de modo compatível com as diretrizes, os objetivos e as metas de longo prazo pactuadas sob égide do Plano Fortaleza 2040.

A presente proposta intenta não somente cumprir a exigência de estrita conformidade com a Constituição Federal (art. 165, § 1º) e a Lei Orgânica do Município (art. 173, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º) mas consolidar os avanços expressivos, assim como garantir a continuidade dos aperfeiçoamentos necessários e prioritários, que contam com a efetiva participação social, visando à condução articulada das políticas públicas direcionadas a proporcionar uma vida mais digna a todos os moradores dos diversos territórios que integram nossa cidade.

A idealização das estratégias e a seleção da metodologia enredadas na elaboração do PPA 2018-2021 norteiam-se por um elenco de princípios anteriormente explicitados no Plano Fortaleza 2040, que conduzem, em consequência, à proposição e priorização de ações constantes desse Plano Plurianual, atentando em: convergência territorial em vista da alocação dos investimentos com o propósito de organização mais equilibrada do território; integração de políticas e programas para otimizar os resultados da focalização do público-alvo e de temáticas específicas; monitoramento e avaliação dos programas aspirando à melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos; estabelecimento de parcerias tencionando ampliar os recursos para financiamento dos investimentos; gestão estratégica dos programas com o fim de gerenciar intensivamente os programas indutores do crescimento com foco em resultado.

Adicionalmente ao plano de longo prazo que delineou os sete Eixos (I – Equidade Territorial, Social e Econômica; II – Cidade Integrada, Acessível e Justa; III – Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar; IV– Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento); V – Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; VI – Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva; VII – Governança Municipal e Participação), reforçam o caráter estratégico do PPA 2018-2021 as bases conceituais e diretrizes estratégicas complementares à apreensão abrangente do contexto que envolveu a sua construção: as Diretrizes do Programa de Governo 2017-2020, a Avaliação do PPA 2014-2017 e a Estrutura Programática de Governo recentemente revista.

**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza
Vereador João Salmito Filho**

Os programas finalísticos e os de natureza administrativa, visando ao alcance dos objetivos pretendidos para o quadriênio 2018-2021, estão em consonância com as projeções fiscais para o município, com as projeções de captação de recursos via convênios com os Governos Federal e Estadual e operações de crédito. Nesse contexto, referido plano envolve R\$ 34,04 bilhões, destacando-se que, do volume total de recursos, R\$ 3,87 bilhões se destinam a investimentos (11,37%), enquanto R\$ 16,9 bilhões (49,67%) se direcionam ao pagamento de pessoal.

A minha convicção no êxito da entrega dos produtos finais (bens e serviços) contemplados no PPA 2018-2021 firma-se em razões distintas, com destaque para: a concepção das estratégias sustentadas em uma larga base de informações e conhecimentos agregados; a promoção de profícuos debates em eventos desenvolvidos no âmbito interno da administração e na decisiva participação da sociedade civil, especialmente nas discussões nos territórios de cidadania, nos Ciclos de Planejamento Participativo – realizando-se 6 encontros regionais com a participação direta de 410 pessoas e 84 encontros territoriais com 1.398 pessoas -; o elevado senso de austeridade fiscal e zelo com que se atentou, concomitantemente, para a conjuntura nacional e as novas oportunidades de financiamento das ações programáticas que deverão ser desenvolvidas no quadriênio; e o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento e avaliação.

O conjunto dessas propostas representa um esforço fundamental na construção da gestão inovadora que realize transformações, que promova oportunidades para os mais necessitados e prepare Fortaleza para o futuro.

Senhor Presidente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, revigoro o sentimento de gratulação pela colaboração e distinção permanentemente preservadas na relação com a Câmara Municipal de Fortaleza, ambicionando a continuidade do suporte por parte dos eminentes membros dessa Casa Legislativa com vistas ao encaminhamento, à tramitação e aprovação do Projeto de Plano Plurianual 2018-2021.

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PREFEITO DE FORTALEZA

PROJETO DE LEI Nº. DE DE DE 2017.

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL (PPA)
DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021.**

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e o art. 173, inciso I, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Orgânica do Município, na forma do anexo desta Lei.

Art. 2º. O Plano Plurianual 2018-2021 foi elaborado com base nas diretrizes dispostas em 7 (sete) eixos que congregam programas e ações, concebidos tomando como referência o Plano Fortaleza 2040, com o fim de alcance dos resultados estratégicos a seguir estabelecidos:

I. Eixo Equidade Territorial e Social:

Resultado Estratégico: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana.

II. Eixo Cidade Integrada, Acessível e Justa:

Resultado Estratégico: Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana.

III. Eixo Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar:

Resultado Estratégico: Fortaleza Saudável - Melhoria da Saúde da população;

Resultado Estratégico: Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade;

Resultado Estratégico: Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social.

IV. Eixo Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento:

Resultado Estratégico: Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais de Fortaleza.

V. Eixo Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais:

Resultado Estratégico: Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada.

VI. Eixo Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva:

Resultado Estratégico: Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado.

VII. Eixo Governança Municipal:

Resultado Estratégico: Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência.

Art.3º. Integram o PPA 2018-2021 os seguintes volumes:

I. Volume I – Contempla o perfil sócio econômico do município, o estágio atual de desenvolvimento social, o processo participativo de elaboração do PPA, a orientação estratégica de governo, o financiamento e gestão do Plano.

II. Volume II – Integra os seguintes anexos:

a) Relatório I - Demonstrativo Consolidado da Programação Orçamentária por Eixo e Área Temática;

b) Relatório II - Descritivo dos Programas de Governo por Eixo e Área Temática;

c) Relatório III - Programas por Unidade Orçamentária;

- d) Relatório IV - Demonstrativo por Órgão, Programa e Fonte;
- e) Relatório V - Regionalização das Ações e Metas Físicas dos Programa Finalísticos;
- f) Relatório VI - Regionalização das Ações e Metas Financeiras dos Programa Finalísticos;
- g) Relatório VII - Demonstrativo por Função e Sub-função.

Art. 4º. Os programas e ações deste Plano Plurianual serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 5º. O valor global dos Programas, as Metas e os enunciados dos objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 6º. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de um novo programa serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei.

Art. 7º. O Plano Plurianual incorpora automaticamente as alterações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais aprovadas pela Câmara Municipal e suas alterações, devendo a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) proceder aos ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.

Art. 8º. A Prefeitura Municipal poderá formular revisões gerais do PPA durante sua execução, devendo submetê-las à aprovação da Câmara Municipal.

Art.9º. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) disponibilizará no Portal da Prefeitura na internet a lei e anexos do PPA atualizados em até 90 dias após sua aprovação original ou de suas alterações.

Art. 10. O Plano Plurianual será acompanhado e monitorado sistematicamente para averiguação do cumprimento dos objetivos, metas e ações dos principais programas de governo, sob a coordenação da SEPOG.

Parágrafo Único. Caberá à SEPOG definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas para o monitoramento dos programas especificados no caput, junto aos órgãos e entidades de Governo.

Art. 11. Os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela condução dos programas deverão manter atualizados, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela SEPOG, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

Art. 12. O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de 2020 e 30 de abril de 2022, relatório de avaliação do Plano Plurianual, respectivamente aos biênios 2018-2019 e 2020-2021.

§1º. Caberá ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a coordenação e a elaboração do relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente aos biênios definidos no caput desse artigo, inclusive do conjunto das políticas setoriais e do mapa estratégico do Governo.

§2º. O relatório a que se refere o caput deste artigo conterá no mínimo:

- I. Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando, se forem o caso, as razões das diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;
- II. Demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;
- III. Acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;
- IV. Avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

Art. 13. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual de que trata esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, aos dias do mês de de 2017.

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PREFEITO DE FORTALEZA





Prefeitura de
Fortaleza



PLANO PLURIANUAL

2018 - 2021

PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO

2018-2021

Projeto de Lei

VOLUME I

AGOSTO, 2017



Prefeitura de Fortaleza

Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-Prefeito de Fortaleza
Moroni Bing Torgan

Gabinete da Primeira Dama Carolina Cunha Bezerra

Gabinete do Prefeito Francisco José Queiroz Maia Filho

Gabinete do vice-prefeito Moroni Bing Torgan

Secretaria Municipal de Governo Samuel Antônio Silva Dias

Procuradoria Geral do Município José Leite Jucá Filho

Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão Philipe Theophilo Nottingham

Controladoria e Ouvidoria Geral do Município Alcimor Aguiar Rocha Neto

Secretaria Municipal das Finanças Jurandir Gurgel Gondim Filho

Secretaria Municipal da Segurança Cidadã Antônio Azevedo Vieira Filho

Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos João de Aguiar Pupo

Secretaria Municipal da Educação Antonia Dalila Saldanha de Freitas

Secretaria Municipal da Saúde Joana Angélica Paiva Maciel

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico Mosiah de Caldas Torgan

Secretaria Municipal da Infraestrutura Ana Manuela Marinho Nogueira

Secretaria Municipal do Esporte e Lazer Ricardo Ferreira de Souza

Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza Alexandre Pereira Silva

Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Elpídio Nogueira Moreira

Desenvolvimento Social

Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza Francisco Evaldo Ferreira Lima



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria Municipal do Desenvolvimento Diogo Vital de Siqueira Cruz

Habitacional de Fortaleza

Secretaria Regional I Gilberto Costa Bastos

Secretaria Regional II Ferruccio Petri Feitosa

Secretaria Regional III Antônio Henrique da Silva

Secretaria Regional IV Francisco Sales de Oliveira

Secretaria Regional V José Ronaldo Rocha Nogueira

Secretaria Regional VI Antônio José Aguiar Albuquerque

Secretaria Regional do Centro Francisco Adail de Carvalho Fontenele

Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza Geovânia Sabino Machado

Guarda Municipal de Fortaleza Rômulo Reis de Almeida

Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Maria Cláudia Santos da Silva

Direitos do Consumidor

**Vinculados ao Gabinete do Prefeito
Status de Secretaria**

Instituto de Planejamento de Fortaleza Eudoro Walter de Santana

Agência de Fiscalização de Fortaleza Marcelo Jorge Borges Pinheiro

Coordenadoria Especial de Política Públicas de Julio Brizzi Neto

Juventude Coordenadoria Especial de Políticas Sobre Juliana Mara de Freitas Sena Mota
Drogas

Coordenadoria Especial de Participação Popular João Batista Arruda Pontes

Coordenadoria Especial de Relações Patrícia Maria Alencar Monteiro de Macedo
Internacionais e Federativas

Coordenadoria Especial de Articulação das Regionais Renato César Pereira Lima

Coordenadoria Especial de Articulação Política Lúcio Albuquerque Bruno Figueiredo



Prefeitura de Fortaleza

Administração Indireta

Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental	Homero Cals Silva
Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania	Francisco Arcelino Araújo Lima
Companhia de Transporte Coletivo	Carlos Alberto Alves de Sousa
Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza	Regis Rafael Tavares da Silva
Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza	José do Carmo Gondim
Instituto Dr. José Frota	Riane Maria Barbosa de Azevedo
Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos	Fábio Santiago Braga
Instituto de Pesos e Medidas	Rogério de Alencar Araripe Pinheiro
Instituto de Previdência do Município	Ricardo Cesar Xavier Nogueira Santiago
Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza	Claudio Ricardo Gomes de Lima
Fundação da Criança e da Família Cidadã	Tânia de Fátima Gurgel Nobre



Prefeitura de Fortaleza

Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretário Philipe Theophilo Nottingham

Secretário Adjunto João José Vasco Peixoto Furtado

Secretário Executivo Maria Christina Publio Machado

Coordenadoria Jurídica Airton Douglas de Andrade Lucas

Assessoria Técnica Marcos Cavalcanti

Assessoria de Comunicação Mariana de Aguiar Toniatti

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Desirée Custódio Mota

Institucional

Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha

Coordenadoria de Gestão e Modernização Maria Lúcia Rabelo de Andrade

Organizacional

Coordenadoria de Gestão de Aquisições Juliana Araripe Bringel

Corporativas

Coordenadoria de Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação e Comunicação João Alcides de Oliveira Guerra

Coordenadoria de Gestão de Patrimônio Rosangela de Albuquerque e Silva

Coordenadoria de Gestão Estratégica de Pessoas Noeme Milfont Magalhães

Coordenadoria de Gestão Estratégica de Pessoas Maria Eveline CostaLeitão

Coordenadoria Administrativo-Financeira João Carlos Wanderley de Lima

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado



Prefeitura de Fortaleza

Equipe Técnica

Coordenação Geral Philipe Theophilo Nottingham
Eudoro Walter de Santana

Coordenação Técnica Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
Mário Fracalossi Junior

Equipes Setoriais Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e Técnicos Administrativos Financeiro das Secretarias e vinculadas

Elaboração Técnica

SEPOG Ana Socorro Pereira Carvalho Simplício
Antônio Ézio Martins Pereira
Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará
Dorimedonte Teixeira Ferrer Neto
Diogo de Matos Pereira
Francisco Bruno Martins Rodrigues
Isabella Maria Coelho Veloso
Jose Eudes Pires Rodrigues
Jose Carlos Gomes de Freitas Teixeira
Luiza de Lourdes Bezerra Mota
Lucineide Alves da Silva
Marcelle Feitosa Alves Barbosa
Marcelo Maximiliano da Costa
Marcelo Sobreira Carneiro

CEPS Lia Ferreira Gomes

Tecnologia da Informação Jorge Alberto Cavalcanti Alcoforado
Augusto Cesar da Silva Araujo
Arthur Felipe Molina Moreira
Euristenho Queiroz Junior
Luis Eduardo Pequeno Almeida



Prefeitura de Fortaleza

Equipe Técnica

Colaboradores Diva Emilia Lopes Fernandes
Janaina dos Santos Benvindo
Mariana de Aguiar Toniatti
Shesllyda Lindolfo da Silva Pinheiro
Lia de Souza Parente
Claudia Sousa Leitão
Francisco Carlos Bezerra e Silva
Annia Melo de Saboya Cruz
Ellen Garcia da Silveira
Maria das Graças G. Lessa
Edilva Praciano da Silva Paiva
Rosana Lima Rodrigues
Rômulo Andrade da Silva
Sulyane Araújo Montezuma
Camila de Siqueira Diniz Leite
Leandro dos Santos Cruz

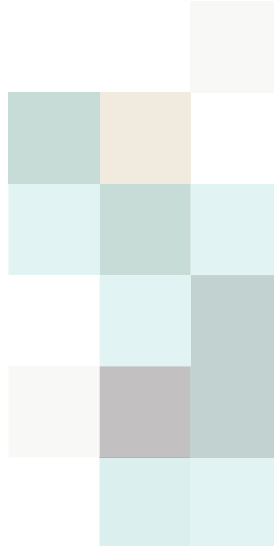
Diagramação Milena Costa Miranda



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01	26
FORTALEZA HOJE 02	
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE 02	32
O PERFIL SOCIOECONÔMICO 02	35
ESTÁGIO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 02	49
O PROCESSO PARTICIPATIVO 03	62
ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO 04	
EIXOS, RESULTADOS ESTRATÉGICOS E ÁREAS TEMÁTICAS 04	68
MATRIZ PROGRAMÁTICA INTERSETORIAL DE GOVERNO 04	96
O PPA EM RESULTADOS E GRANDES NÚMEROS 05	100
AGENDA ESTRATÉGICA DE GOVERNO – RESULTADOS SINTÉTICOS 05	100
FINANCIAMENTO DO PLANO 05	120
GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018-2021 06	132
GERENCIAMENTO E RESPONSABILIDADE 06	133
AValiação e REVISÃO DO PPA 2018-2021 06	133
APÊNDICES 07	
ESPECIFICAÇÕES DAS FONTES DE RECURSOS 07	
ESPECIFICAÇÕES DOS INDICADORES 07	
GLOSSÁRIO 07	





1. INTRODUÇÃO

A concepção do Plano Plurianual-PPA 2018-2021 de Fortaleza foi conduzida com o propósito de assegurar o permanente aprimoramento dos processos de planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas, assim como a efetiva participação social em todas suas etapas, contribuindo para transformá-la em uma cidade com mais oportunidades, justa, pacífica e acolhedora. Apresenta-se o Plano abordando os seguintes aspectos: a) as ações empreendidas pela gestão municipal visando o aperfeiçoamento dos instrumentos anteriormente construídos e os relevantes benefícios delas advindos; b) as bases legais que determinam a sua elaboração; c) os princípios que o nortearam e o contexto em que se desenvolveu a idealização estratégica e se selecionou a metodologia aplicada; d) a estrutura geral desse documento.

O planejamento de nossa cidade tem se destacado, entre os diversos avanços recentes, por implementações inovadoras em seus instrumentos legais básicos com relação aos períodos de vigência anteriores - a exemplo do PPA 2013-2017, que se pautou na gestão pública para resultados, da Lei Orçamentária Anual-LOA 2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO 2017 que vincula a LOA ao PPA. Esses instrumentos de planejamento de curto e médio prazo do ciclo vigente incorporaram, parcialmente, os aperfeiçoamentos necessários e prioritários apontados como fruto dos esforços de planejamento de longo prazo dispendidos durante a elaboração do Plano Fortaleza 2040, que, à época, se encontrava em fase de conclusão.

O PPA 2018-2021 diferencia-se dos anteriores por inaugurar a série dos seis planos plurianuais municipais que serão contemplados, na totalidade de suas vigências, pela concepção integrada do Fortaleza 2040. Prioriza-se, entre outras abordagens, a superação dos desafios e obstáculos que irão se opor às próximas gestões, mediante a antecipação de oportunidades e riscos à realização do futuro planejado, segundo o imprescindível entendimento de que se deve valorizar o planejamento responsável e evitar discontinuidades que transcendam ao período de cada governo.

Além de consolidar esses avanços expressivos direcionados a tornar a nossa cidade um lugar de convivência melhor para os moradores de seus diversos territórios, o presente PPA aponta para a condução articulada de políticas públicas intersetoriais com a finalidade precípua de enfrentar os problemas sociais, econômicos e ambientais que resultam, predominantemente, do processo migratório das últimas décadas. O Plano almeja garantir a contínua melhoria da qualidade de vida de toda a população, inobstante as limitações impostas pela crise que assola a economia nacional, em especial agravada nos últimos três anos, ainda que minimizadas localmente pelo senso de responsabilidade e pela adoção de medidas inovadoras que vêm caracterizando o planejamento, a execução e a eficácia do monitoramento das ações recentemente implementadas no âmbito municipal.

Dentro do ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988-CF estabelece o PPA como instrumento normativo para materializar o planejamento de programas e ações governamentais, fortalecendo a integração entre as funções de planejamento e orçamento (Lei Orçamentária Anual-LOA) por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Reforçam a ação planejada e a compatibilização dos orçamentos com a LDO e o PPA tanto o art. 166 da CF, que prevê a compatibilidade de emendas com a LOA, quanto as determinações da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), que instituiu a Programação Financeira e o Cronograma de Execução de Desembolso para despesas das atividades e projetos, exigindo-se sua periodicidade mensal e a indicação das fontes

de financiamentos. Essa última é condição prévia à aprovação de possíveis emendas ao orçamento anual nos períodos de tramitação do projeto (PLOA) e de sua vigência. Já a Lei Complementar 131/2009 busca elevar o grau de transparência do conjunto dessas ações, por exemplo, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes públicos.

Destacam-se, entre diversas determinações da Lei Orgânica do Município-LOM direta ou indiretamente relacionadas com o planejamento de Fortaleza: a programação e o planejamento sistemáticos (art. 10º, inciso V); a adequada participação dos cidadãos nas decisões do poder público (art.10º inciso I); e a necessidade de respeito à transparência e ao controle popular (art.10º inciso III), em especial, na elaboração do Plano Diretor, do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

O elenco de princípios que norteiam o Plano abrange: convergência territorial, alocando-se os investimentos com o propósito de organização do território mais equilibrada; integração de políticas e programas para otimizar os resultados da focalização do público-alvo e de temáticas específicas; monitoramento e avaliação dos programas visando à melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos; estabelecimento de parcerias para ampliar os recursos de financiamento dos investimentos; gestão estratégica dos programas com o fim de gerenciar intensivamente os programas indutores do crescimento com foco em resultado; transparência tendo em vista ampliar a divulgação do processo; e participação social como instrumento de interação Estado-cidadão para aperfeiçoamento das políticas públicas.

Constituem as principais bases conceituais e diretrizes estratégicas (v. Figura 1) nas quais se assentam o PPA 2018-2021, além do Plano Fortaleza 2040: o Plano de Governo 2017-2020, a Avaliação do PPA 2014-2017 e a Análise da Estrutura Programática de Governo vigente, esses dois últimos processos desenvolvidos no primeiro semestre de 2017. Ademais, impõe-se a necessidade de a Administração Pública Municipal aprimorar os mecanismos de cooperação federativa, a exemplo da manutenção da compatibilidade entre as concepções estratégicas do PPA 2018-2021 e os planos plurianuais vigentes nas esferas federal e estadual.

Figura 1 – Bases Conceituais e Diretrizes Estratégicas do PPA 2018-2021



O reforço no caráter estratégico desse Plano evidencia-se com a idealização da Agenda Estratégica de Governo composta de sete Eixos (conforme delineados no Fortaleza 2040). Cada um deles abrange os Resultados pretendidos para o período 2018-2021, bem como os respectivos Indicadores sugeridos para avaliar a evolução de cada Resultado.

Paralelamente, o alcance do Resultado Estratégico pressupõe a definição de uma ou mais Áreas Temáticas/Setoriais relacionadas com os respectivos Objetivos e Indicadores, visando à priorização, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações programáticas, com a indicação dos órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos.

Ressalta-se que o processo de idealização da Agenda Estratégica do PPA 2018-2021 acarreta significativos benefícios, tais como: aperfeiçoamento do processo de declaração dos Resultados Estratégicos e seus Indicadores, com a escolha das Áreas Temáticas envolvidas; maior transparência na avaliação dos resultados pretendidos com os Programas de Governo, por meio da evolução dos Indicadores; qualificação da seleção e oferta dos produtos (bens e serviços) a serem entregues à população, por meio do monitoramento e da avaliação permanentes das Ações Programáticas, destacando as entregas mais relevantes e estruturantes para a implementação das políticas públicas.

A abordagem metodológica presente na elaboração desse Plano Plurianual contempla o aperfeiçoamento das estratégias e ações bem-sucedidas em gestões anteriores e a adoção de propostas inovadoras, que se destinam a: dinamizar parcerias com os diversos agentes sociais; ampliar a base atual de fontes de financiamento dos projetos; e promover o desenvolvimento integrado local, garantindo o uso responsável dos recursos públicos e a prestação de contas com resultados efetivos e de qualidade.

Justifica-se a convicção no êxito da implementação das ações contempladas no PPA 2018-2021, porquanto o seu desenvolvimento considerou fatores essenciais, tais como: a abrangência do contexto considerado; a concepção das estratégias sustentadas em uma larga base de informações e conhecimentos agregados; o nível de representação social envolvendo os principais interessados em todas as etapas de formulação; e o aperfeiçoamento dos processos de monitoramento e avaliação propostos. Contribuem decisivamente para essa perspectiva otimista os profícuos debates promovidos no âmbito interno da administração e a decisiva participação da sociedade civil, que caracterizam os processos de elaboração dos instrumentos de planejamento da cidade elaborados sob a égide do Fortaleza 2040.

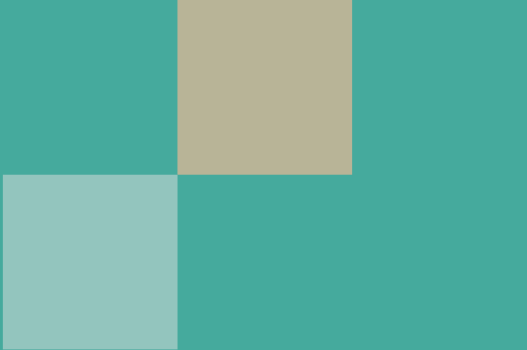
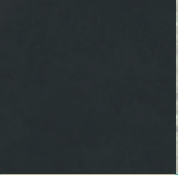
O conjunto de orientações metodológicas e estratégicas seguidas nas etapas de concepção e acompanhamento da execução, monitoramento e avaliação das ações, que contaram com uma relevante participação social, constitui a propriedade essencial do presente Plano Plurianual: sustentar o compromisso firmado pela Administração Pública Municipal de ofertar, do modo mais adequado e viável, o elenco de bens e serviços públicos a serem entregues aos fortalezenses no período de 2018 a 2021.

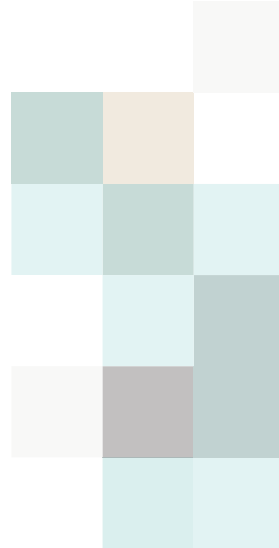
O Plano possui a seguinte estrutura detalhada a posteriori:

i) análise situacional do estágio de desenvolvimento socioeconômico da cidade, abrangendo fatores históricos determinantes, estrutura etária da população, posições relativas de Fortaleza no contexto nacional e regional, evolução dos principais indicadores, considerando os recentes avanços resultantes das ações implementadas;

- ii) especificação das ações que garantam o envolvimento e a participação social;
- iii) descrição do processo de concepção estratégica, levando em conta as premissas adotadas, e seleção dos Indicadores e Metas Prioritárias de Governo por resultado pretendido, ambas voltadas para a elaboração da Matriz Estratégica orientadora das ações de governo;
- iv) detalhamento e priorização dos bens e serviços previstos para entrega à população durante o período 2018-2021, concebidos de forma articulada com base em Áreas Temáticas e Programas finalísticos e conforme indicados na Matriz Estratégica;
- v) previsão das despesas e projeção da receita com a indicação das fontes de financiamento objetivando cumprir as metas e prazos de entrega dos produtos durante a vigência do Plano;
- vi) exposição dos mecanismos apropriados para a Avaliação e Revisão do PPA 2018-2021, em vista da proposta de gestão responsável e compartilhada do PPA.

Pretendendo facilitar a compreensão do Plano por parte da população, inclui-se, entre os Apêndices, um glossário que abrange os principais conceitos da área de Planejamento e Orçamento, com o objetivo de equalizar o nível de conhecimento dos interessados.





2. FORTALEZA HOJE

A Formação Histórica da Cidade

O Perfil Sócioeconômico

Estágio Atual do Desenvolvimento Social

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE

Depois de várias tentativas de colonização a partir do ano de 1603, Fortaleza começaria a ser concebida em 1612, na barra do rio Ceará, com a construção de um fortim pelo explorador português Martim Soares Moreno, que, com o passar dos anos e trocas de comando, foi destruído por indígenas e substituído, em 1644, às margens do riacho Pajeú, pelo Forte Schoonenborch. Feito de madeira e carnaúba, diversas vezes desmoronou. No lugar das ruínas, foram erguidos os alicerces da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, em 12 de outubro de 1812, hoje patrimônio histórico da cidade.

Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção – Riacho Pajeú (ano desconhecido)



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

Em 1823, Fortaleza tornou-se cidade, então denominada Fortaleza da Nova Bragança, e começou a ganhar melhorias urbanísticas, financiadas, principalmente, pelos recursos oriundos da cultura do algodão, que devido à sua importância econômica à época, era denominado ouro branco. Dentre as principais obras construídas destacam-se o Farol do Mucuripe, a Santa Casa de Misericórdia, o Seminário da Prainha e a Cadeia Pública. Também nesse período foram instalados em Fortaleza bondes, telefones, praças, os famosos boulevards e cafés. No século XX, Fortaleza passou por grandes mudanças urbanas. Muitos estudos técnicos e planos urbanísticos foram produzidos, mas muito pouco foi executado.

Farol do Mucuripe (ano desconhecido)



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

Tornou-se costumeiro que os interesses de uma pequena classe mais abastada da cidade prevalecessem sobre os da maioria, mesmo à revelia de orientações técnicas bem fundamentadas. Um bom exemplo disso foi a decisão sobre a transposição do Porto da Praia de Iracema para o Mucuripe, atendendo exclusivamente ao interesse de transformar a Praia de Iracema em local exclusivo para suas casas de veraneio, apesar do laudo emitido por técnicos de notória especialidade alertando sobre problemas que poderiam acontecer. Essa mesma elite, que influenciou a equivocada decisão, teve boa parte de suas casas destruídas pelo mar pouco tempo depois da instalação da nova zona portuária, conforme havia sido previsto pelos técnicos contratados. O poder público não só teve que investir na obra de transposição do porto como também numa grande sequência de obras de contenção marinha (espigões, engordas de praia), erro que até hoje causa danos às cidades do litoral oeste do estado.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade quase que dobrou a sua população, passando de 270 mil habitantes para 514,8 mil, em parte, consequência, do grande êxodo rural decorrente de longos períodos de estiagem dispersa e desigual. A política pública de alocar essa população de baixa renda longe dos bairros já ocupados pela população mais abastada gerou um grande cinturão distante do núcleo histórico, onde foram implantados conjuntos habitacionais de baixa renda desprovidos de redes de abastecimento de esgoto, limpeza pública, drenagem, serviços de saúde e educação. Nessas décadas, durante o regime militar, a ocupação do território já espelha e acentua ainda mais sua intensa segregação social, a Fortaleza dos ricos, junto ao centro e na zona leste da cidade, e a Fortaleza dos pobres, inaugurada pelos “campos de concentração” que originaram o Alagadiço e o Pirambu, decorrentes da seca de 1932, e complementada pelo grande cinturão nas bordas da cidade.

Fortaleza dos anos 1950



Fonte: História & Fotos, site IBGE Cidades

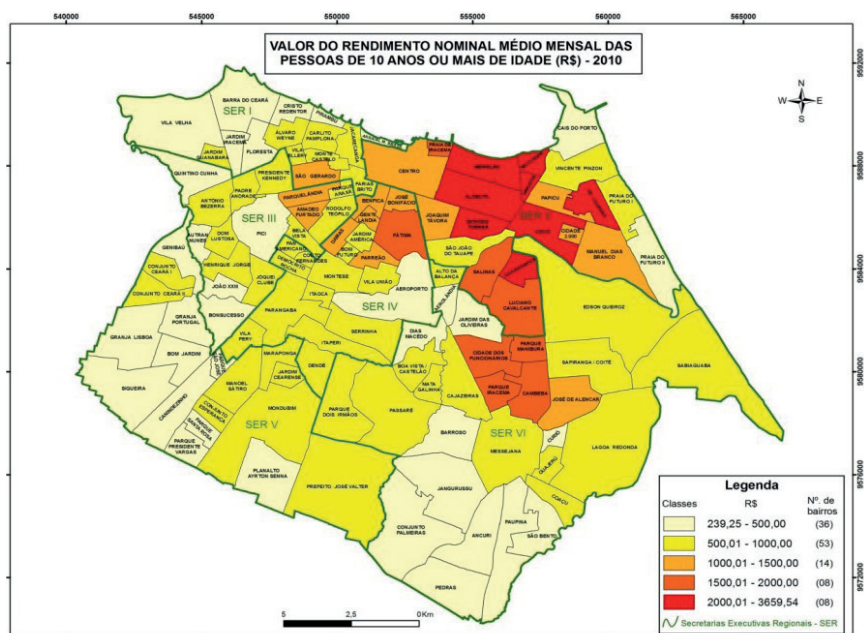
Ao final dos anos 1970, com a implantação do Distrito Industrial de Fortaleza, a cidade, agora com quase 873 mil residentes, começou a se destacar no cenário regional como importante pólo industrial. Como alternativa de morar mais próximo de oportunidades de trabalho e de poder usufruir alguns poucos serviços públicos, a população de baixa renda ocupa de forma ainda mais intensa as áreas verdes, áreas de preservação, margens de recursos hídricos, dunas, áreas portuárias e de marinha, se conformando assim extensas favelas.

Práticas não planejadas de expansão urbana, com objetivo exclusivo de auferir lucros para o bolso de alguns poucos através da especulação imobiliária, têm sido também, infelizmente, costumeiras em nossa cidade. Um bom exemplo disso foi a ampliação da Av. Santos Dumont na década de 1970, estimulando a ocupação desordenada da Praia do Futuro, que ainda não havia sido devidamente preparada (redes de drenagem, rede de esgoto), poluindo rapidamente o grande reservatório de água existente em suas dunas, que era capaz de abastecer boa parte da cidade.

Na década atual, como reflexo de políticas e cultura vigentes, a capital cearense foi apontada como a 5ª cidade mais desigual do mundo no relatório das Nações Unidas *State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*.

Os dez bairros mais ricos de Fortaleza têm renda pessoal de 26% da cidade. Os 44 bairros de menor renda da capital somam o mesmo percentual obtido pelos bairros ricos. Dessa forma, apenas 7% da população se apropria de 26% da renda pessoal total da cidade (v. Mapa 1).

Mapa 1 - Valor da Renda Média Pessoal por Bairros de Fortaleza (2010)



Fonte: IPECE

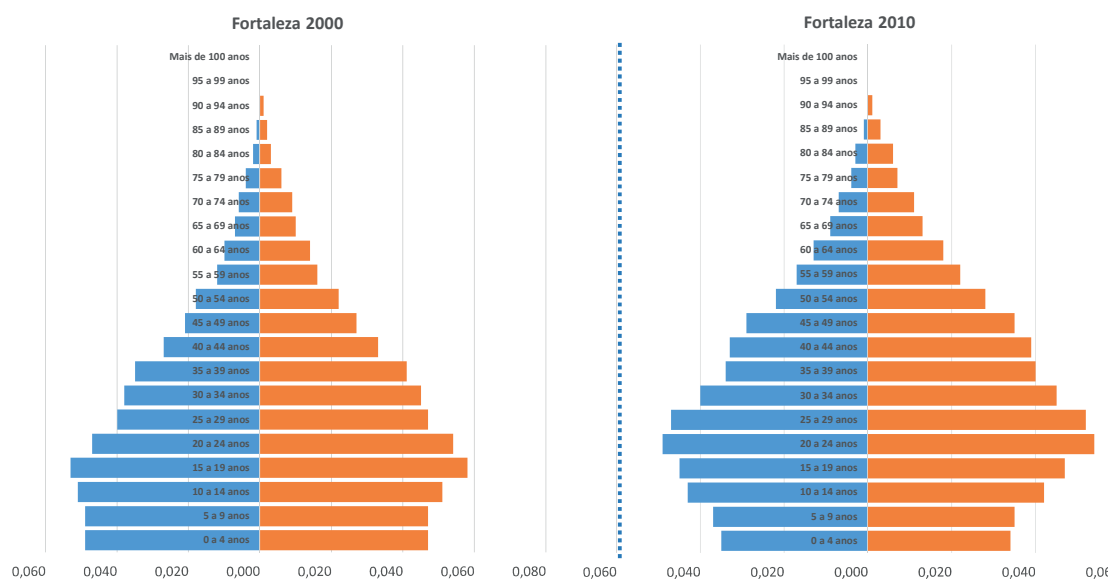
Essa forte concentração espacial da renda média pessoal de Fortaleza - que, segundo estimativas do IBGE (2017), abriga 2,6 milhões de habitantes - acarreta diversos problemas, dentre eles a potencialização de tensões sociais, áreas de grande vulnerabilidade e exclusão social, aumento da violência, grandes transtornos de mobilidade urbana - uma vez que amplia o movimento de pessoas de bairros muitos pobres para bairros de nível de renda mais elevado em busca de emprego-renda e serviços.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO

| Estrutura Etária da População

A exemplo do que ocorre em todo o Brasil e no Ceará, o município de Fortaleza está passando por uma “transição demográfica”, com alteração significativa da estrutura etária da população: declínio da participação de criança e adolescente, aumento moderado da População em Idade Ativa, e elevação rápida da população idosa (v. Gráfico1). O fenômeno é o resultado do efeito combinado da queda da taxa de fecundidade com o aumento da expectativa de vida da população.

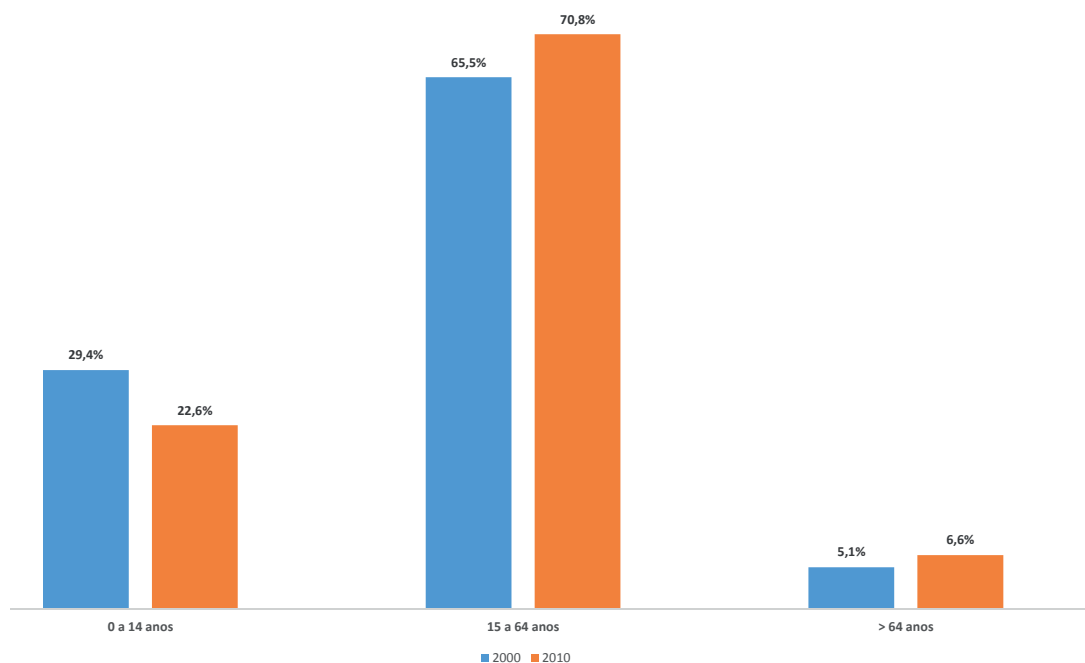
Gráfico1 - Pirâmide etária de Fortaleza de 2000/2010



Fonte: IBGE

O lado positivo dessa mudança na estrutura etária é o crescimento do grupo que forma a principal base da população em idade ativa (v. Gráfico 2). Se, por um lado, esse crescimento cria uma demanda adicional por emprego, oferece uma grande oportunidade para a economia de Fortaleza com a redução da dependência demográfica (ativos/inativos). Esse movimento da estrutura etária evidencia uma taxa negativa de crescimento nas faixas mais baixas de até 14 anos: enquanto, no período de 2000 a 2010, a população de 0 a 14 anos reduziu 12%, nas faixas de 15 a 64 anos aumentou 23,8% e a população idosa experimentou um aumento de 14,5%. Ao passo que a redução no número de crianças reduz o impacto dos gastos em educação e atenção básica na infância, a inclusão de mais 52,7 mil idosos pressiona os custos com previdência e saúde.

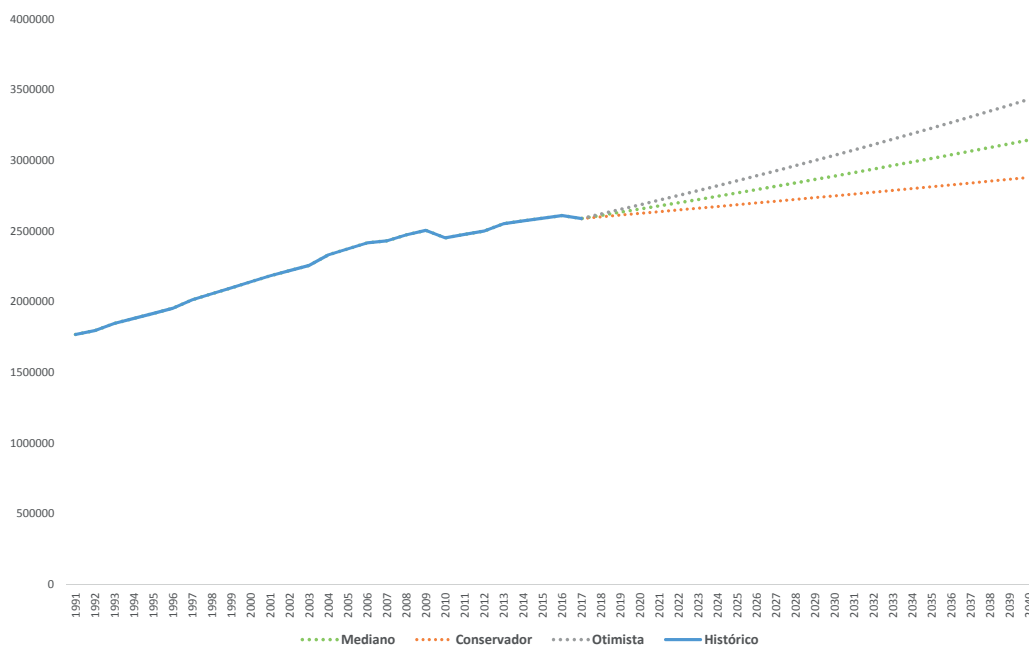
Gráfico2 - Evolução do número de crianças, adultos e idosos em Fortaleza



Fonte: IBGE

Essa tendência deve-se intensificar nas próximas décadas, combinando a própria maturação da estrutura etária atual com a taxa de fecundidade baixa e a elevação da expectativa de vida da população. Considerando a tendência populacional, chegaríamos a 2021 com uma população de 2,7 milhões de habitantes e a 2040, acompanhando um cenário mediano de projeção, com 3,1 milhões (v. Gráfico 3). Seguindo as tendências, Fortaleza pode ter uma redução forte da demanda por escolas, com diminuição das matrículas, especialmente no Ensino Fundamental, que já conta com alta taxa de escolarização. Por outro lado, acelera-se o processo de envelhecimento da população, que demanda cuidados específicos com saúde e seguridade social.

Gráfico 3 - Tendência populacional do município de Fortaleza em três cenários



Fonte: Dados históricos do IBGE. Projeção: SEPOG

Fortaleza ainda deve-se beneficiar do chamado “bônus demográfico” com redução da dependência demográfica por conta do aumento da população em idade ativa (considerada no intervalo de 20 a 64 anos) frente à população inativa, combinação de elevação dos idosos e redução de crianças e jovens. Com efeito, a dependência demográfica deve cair para cerca de 46,1%, em 2040, redução devida ao declínio da população infanto-juvenil paralelamente ao crescimento da população idosa. Esse lado positivo da queda de dependência demográfica tem como contrapartida a necessidade da geração de um grande volume de emprego para acompanhar a elevação da população em idade ativa.

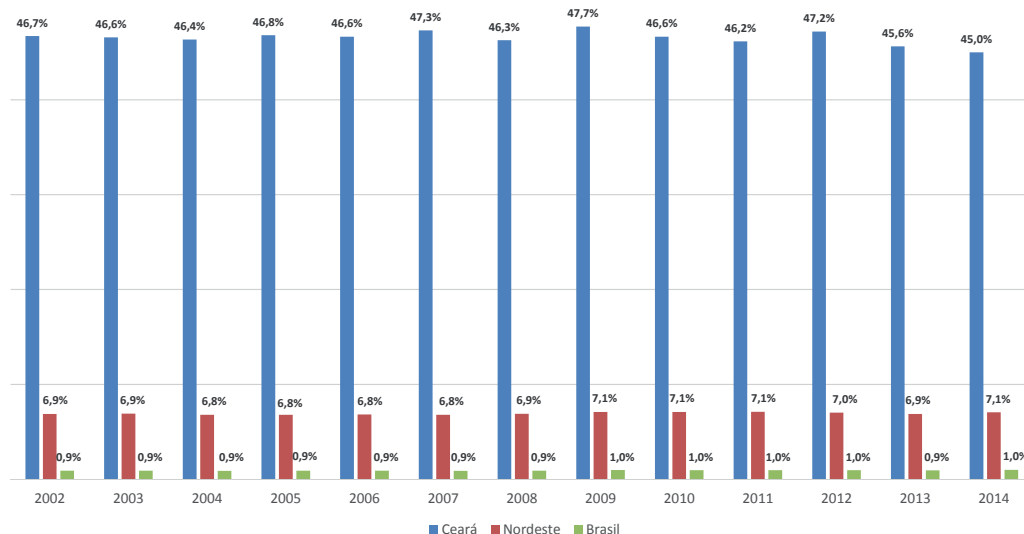
Considerando essa faixa de 20 a 64 anos (menor que o intervalo considerado pelo IBGE para população em idade ativa, de 14 a 64 anos), haveria um aumento de 550 mil pessoas aptas para o trabalho (de 2015 a 2040). Ademais, é importante considerar que o grupo de inativos passaria a ser forte e crescentemente predominante pela população idosa; em 2010, tinha-se 4,3 crianças e adolescentes (população de zero a 14 anos) para cada idoso, caindo para praticamente uma criança e adolescente para cada idoso em 2040.

| A Economia de Fortaleza

A economia de Fortaleza, representada pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), alcançou, em 2014, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o montante de R\$ 56,7 bilhões, situando a capital como a primeira economia do Nordeste e a 11ª em nível nacional. Além disso, a cidade foi considerada o 6º maior centro empregador do Brasil, o 7º maior poder de compra do país com um dos menores custos de vida entre as capitais, e foi, no período 2013-out/2016, a 3ª cidade brasileira que mais gerou empregos, em números absolutos.

Historicamente, a capital cearense concentra considerável parcela da produção de riquezas do estado, entretanto, observa-se uma ligeira queda da representatividade do PIB municipal na economia do Ceará, passando de 46,7%, em 2002, para 45,0%, em 2014 (v. Gráfico 4). Já em relação à participação em nível regional e nacional, nota-se que houve pouca variação nos percentuais ao longo dos anos.

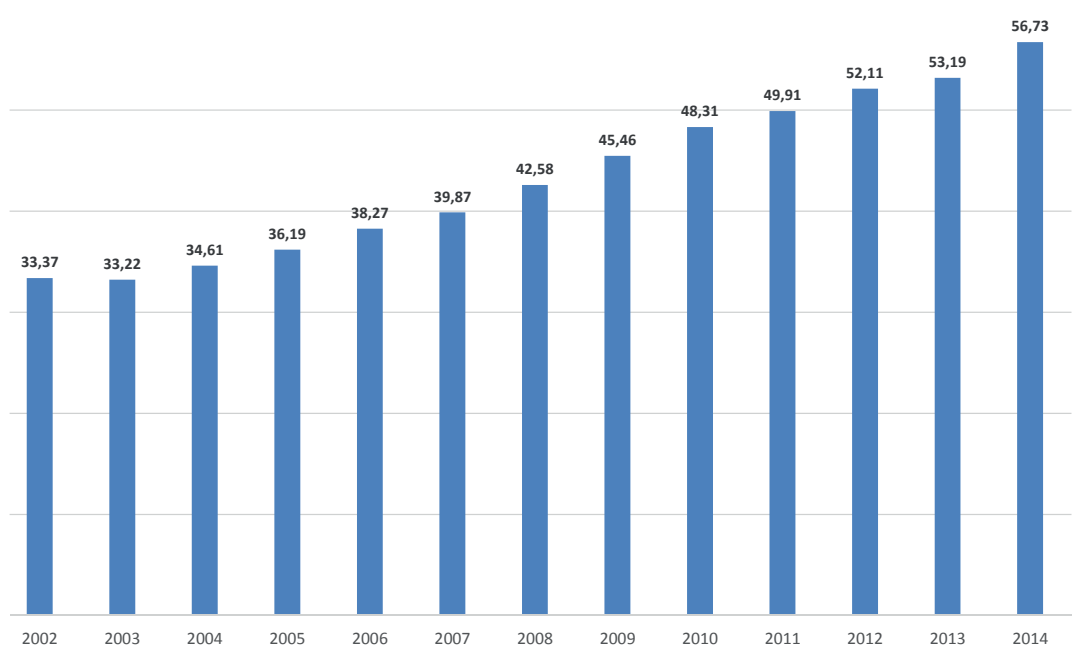
Gráfico 4 – Participação da Economia de Fortaleza no Ceará, Nordeste e Brasil (2002-2014)



Fonte: IBGE, Elaboração: SEPOG.

Apesar de ter perdido participação relativa na economia do estado, o PIB de Fortaleza apresentou uma trajetória de crescimento durante o período de 2002 a 2014, conforme se observa no Gráfico 5.

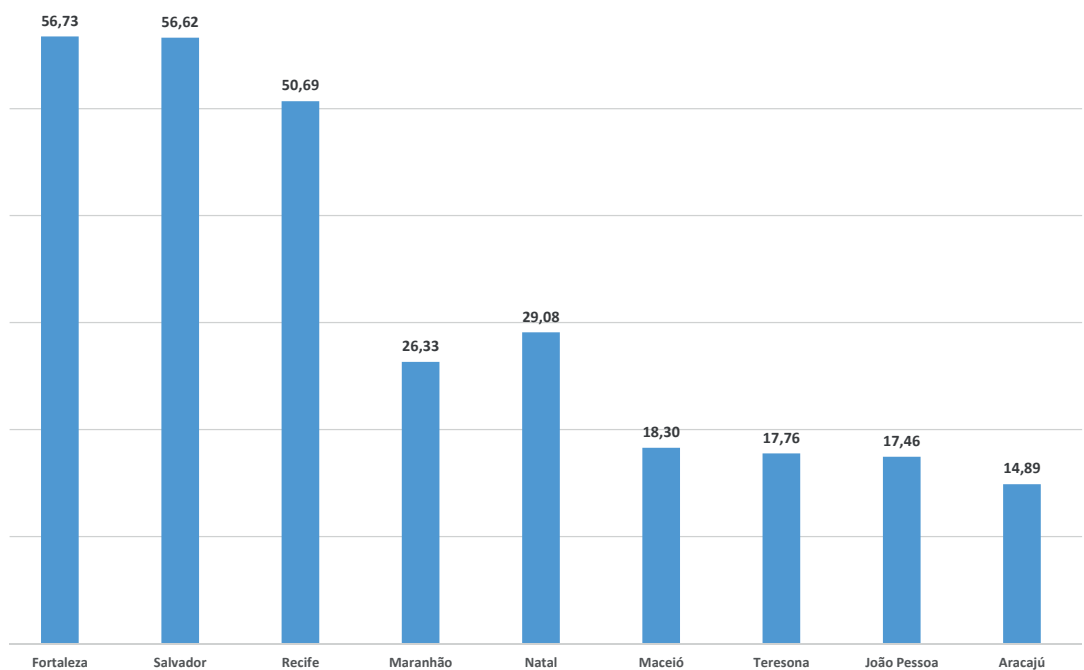
Gráfico 5 – Evolução do PIB de Fortaleza (R\$ bilhões – a preços de 2014)



Fonte: IBGE. Elaboração: SEPOG.

O Gráfico 6 mostra a dimensão da economia de Fortaleza quando comparada com as demais capitais do Nordeste. A capital cearense lidera o PIB na região, tendo, por exemplo, a produção de bens e serviços superior à soma da produção de Natal, Maceió e Teresina.

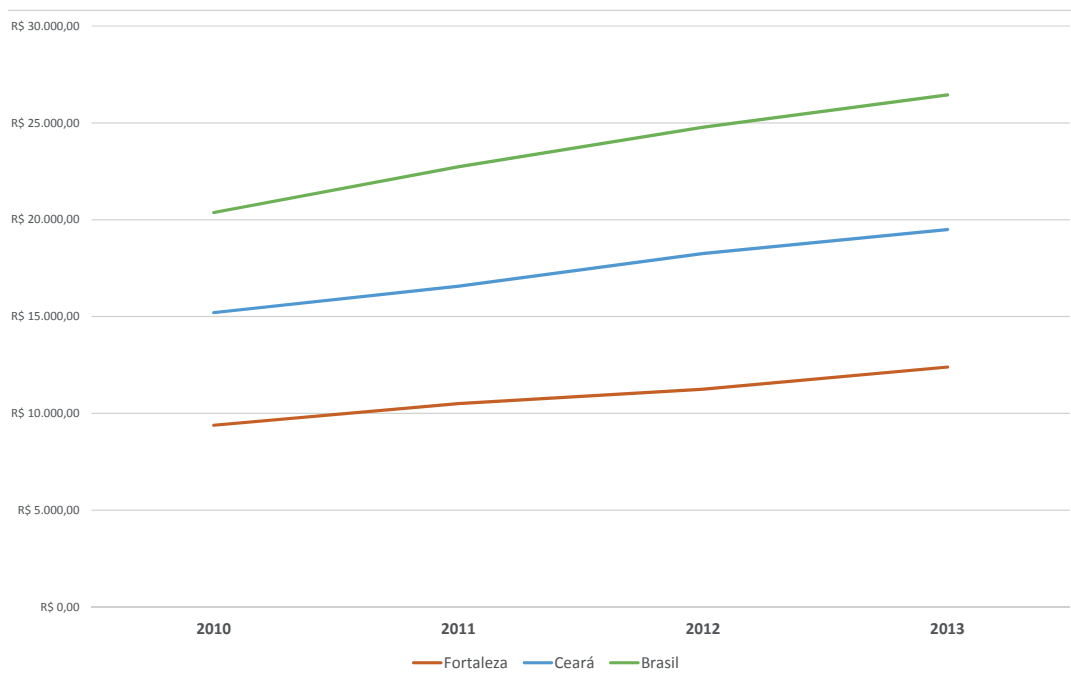
Gráfico 6 – PIB das capitais do Nordeste (R\$ bilhões – 2014)



Fonte: IBGE. Elaboração: SEPOG.

Em relação ao PIB per capita, dado que Fortaleza concentra quase a metade da produção de riqueza e aproximadamente um terço da população estadual, pode-se concluir facilmente que sua renda per capita é superior à observada no Ceará. Entretanto, apesar da maior pujança da capital, quando comparada ao restante do estado, ainda existe um considerável hiato de geração de riqueza ao se comparar a situação local com a nacional. O Gráfico 7 ilustra essas relações.

Gráfico 7 - Comparativo do PIB Per Capita de Fortaleza com o do Ceará e o do Brasil



Fonte: IBGE

Nesse sentido identifica-se um importante desafio para a capital de promover o seu crescimento econômico com o intuito de, pelo menos, alcançar a renda média nacional. Entretanto, deve-se ressaltar que a promoção do desenvolvimento local poderá resultar em maior distanciamento da realidade econômica das demais áreas do estado e, conseqüentemente, em atração de migrantes de outras regiões menos dinâmicas ou estagnadas.

ESTRUTURA PRODUTIVA

Nas últimas décadas, a economia de Fortaleza vem passando por mudanças importantes na base econômica, consolidando-se como uma cidade de comércio e serviços, embora ainda concentre uma parcela importante da indústria do estado e da Região Metropolitana.

Conforme o Gráfico 8, em 2013, o setor de Serviços respondeu por, aproximadamente, 81,5% do Valor Agregado Bruto (VAB) total do município, com destaque para as atividades de comércio, bem como de serviços de alojamento, transportes e alimentação, por conta do intenso fluxo turístico na capital. A Indústria é o segundo principal setor, com participação de 18,4%. Dentre os segmentos industriais, destacam-se o de Transformação e a de Construção Civil. Com relação à Agropecuária, Fortaleza praticamente não possui zona rural, o que justifica a pequena participação do setor Agropecuário na economia municipal (apenas 0,11%).

Gráfico 8 – Estrutura produtiva da economia de Fortaleza – % dos setores no VAB



Fonte: IPECE, Elaboração: SEPOG.

Nos últimos anos, verificou-se a instalação de grandes *shopping centers* em diferentes pontos da cidade, tais investimentos contribuíram para incrementar a participação do setor de serviços. Adicionalmente, trouxeram inúmeros benefícios indiretos, pois, pelo que se observa, esse tipo de empreendimento exige transformações no espaço urbano da cidade como também em municípios vizinhos.

TURISMO

O turismo tem grande relevância na dinâmica atual de cidade, dada a sua característica de ser uma atividade econômica sistêmica. O setor possui grande impacto na geração de empregos para a cidade, em função da interdependência que mantém no que diz respeito à oferta de serviços, desde a infraestrutura de aeroporto, passando por serviços de hotelaria, transporte, acesso a praias, oferta de culinária, até os demais aspectos da cultura local.

Segundo a Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza (SETFOR), em 2015, visitaram o Ceará, via sua capital, 3,34 milhões de turistas. A Tabela 1 mostra que houve um crescimento na entrada de turistas durante os últimos anos. Parte desse crescimento, certamente, foi impulsionado pelo turismo de negócio, que vem reunindo importantes eventos nacionais e internacionais em Fortaleza, tornando a capital um dos principais pólos de negócios do País. O Centro de Eventos do Ceará foi extremamente relevante para o fortalecimento do setor.

Tabela 1 – Demanda Turística via Fortaleza (1996-2015)

Ano	Total		Nacional		Internacional		Participação (%)
	Turistas	Índice	Turistas	Índice	Turistas	Índice	
1996	773.247	100	733.038	100	40.209	100	5,2
1997	970.000	125,4	914.710	124,8	55.290	137,5	5,7
1998	1.297.528	167,8	1.218.379	166,2	79.149	196,8	6,1
1999	1.388.490	179,6	1.296.850	176,9	91.640	227,9	6,6
2000	1.631.072	210,9	1.458.178	198,9	172.894	430	10,6
2002	1.629.422	210,7	1.446.927	197,4	182.495	453,9	11,2
2003	1.550.857	200,6	1.356.539	185,1	194.318	483,3	12,5
2004	1.784.354	230,8	1.534.544	209,3	249.810	621,3	14
2005	1.968.856	254,6	1.703.060	232,3	265.796	661	13,5
2006	2.062.493	266,7	1.794.369	244,8	268.124	666,8	13
2007	2.079.590	268,9	1.830.039	249,7	249.551	620,6	12
2008	2.178.395	281,7	1.956.285	266,9	222.110	552,4	10,2
2009	2.466.511	319	2.256.858	307,9	209.653	521,4	8,5
2010	2.691.729	348,1	2.472.299	337,3	219.430	545,7	8,2
2011	2.848.459	368,4	2.628.361	358,6	220.098	547,4	7,7
2012	2.995.024	387,3	2.761.412	376,7	233.612	581	7,8
2013	3.141.406	406,3	2.895.646	395	245.760	611,2	7,8
2014	3.262.259	421,9	2.989.465	407,8	272.794	678,4	8,4
2015	3.343.815	432,4	3.065.292	418,2	278.523	692,7	8,3

Fonte: SETUR/CE

Fortaleza destaca-se dentre as 65 cidades que compõem o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, *ranking* calculado por conta da parceria entre o Ministério do Turismo (MTUR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável técnica.

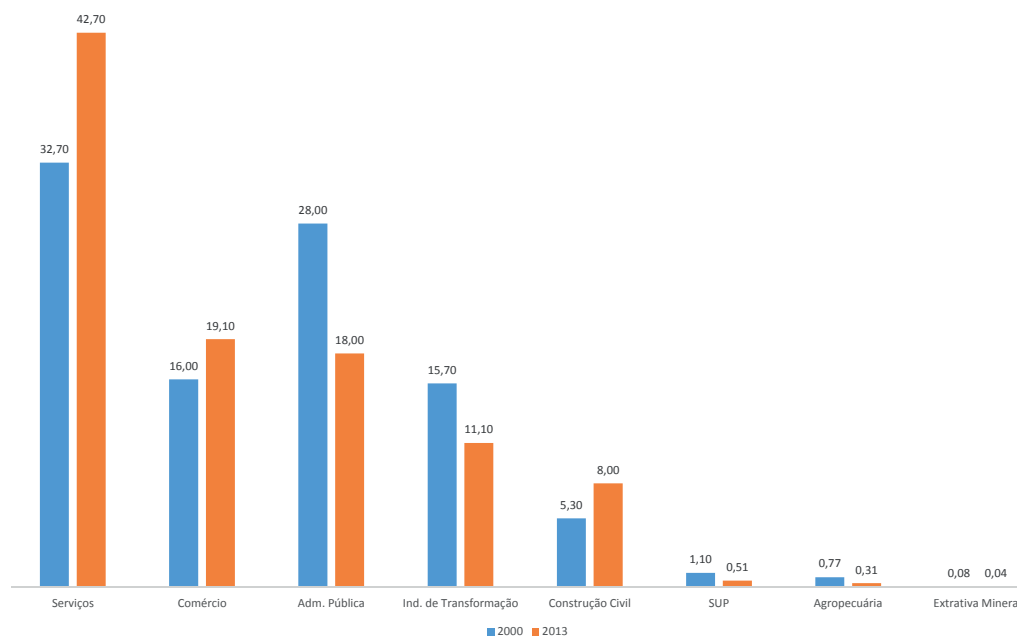
Os resultados do *ranking* medido para o ano de 2015 mostram que, entre as cidades classificadas como top 10, Fortaleza aparece em três dimensões, a saber: Serviços e Equipamentos, em 9º lugar; Políticas Públicas, em 8º lugar; e em Aspectos Ambientais em 10º lugar. No ano de 2014, Fortaleza aparece como top 10 apenas na dimensão “Aspectos Ambientais”, ocupando a 5ª posição.

Apesar dos avanços, importa reconhecer que, diante do extraordinário potencial de que a cidade dispõe em face da sua localização geográfica e das suas características tropicais litorâneas, ainda há um enorme espaço para avançar na exploração da atividade turística, melhorando a sua infraestrutura e a qualidade de todos os serviços.

MERCADO DE TRABALHO

A economia da cidade, por ser baseada em serviços, concentra a maior parte dos empregos formais nesse setor. O Gráfico 9, elaborado a partir dos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizados como *proxies* da estrutura produtiva, mostra a distribuição do emprego formal na estrutura da capital cearense para os anos de 2000 e 2013.

Gráfico 9 – Distribuição do emprego formal na estrutura da economia de Fortaleza (%)



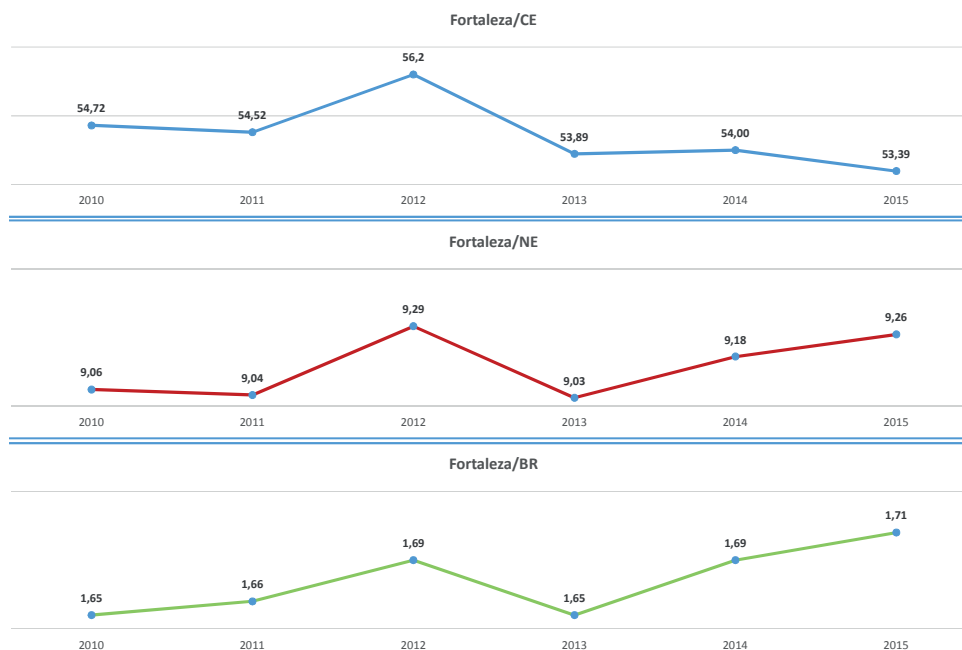
Fonte: IPECE, 2013.

Considerando que o comércio e os serviços contam com alto percentual de informalidade, a contribuição dessas atividades na ocupação e na renda de Fortaleza é, seguramente, muito maior do que a apresentada. Além da posição de destaque na estrutura produtiva, as atividades de comércio e serviços registraram um aumento da sua participação relativa no total do emprego formal da capital, de 2000 a 2013.

A administração pública, atividade importante em uma capital de estado, teve uma queda em sua participação relativa no emprego formal. No ano 2000, era a segunda maior empregadora em Fortaleza, acima do comércio, com 28% do emprego formal total, atrás apenas do setor de serviços. Mas, em 2013, sua participação no emprego formal caiu para 18%, perdendo a segunda posição no volume do emprego para o comércio, que chegou a 19,16% no último ano. As únicas atividades que aumentaram a participação relativa no emprego total foram os serviços, o comércio e a construção civil, essa última tendo passado de 5,3%, no ano 2000, para 8% em 2013.

Durante o período de 2010 a 2015, a cidade registrou ganhos de participação no estoque de vínculos formais no país e na região Nordeste. Entretanto, conforme o Gráfico 10, perdeu participação no estoque de empregos formais cearenses, revelando certa desconcentração dos vínculos formais dentro do estado.

Gráfico 10 – % Participação dos empregos formais de Fortaleza (2010-2015)



Fonte: IPECE (Adaptado)

A Tabela 2 apresenta, a seguir, o estoque de vínculos formais pelas capitais brasileiras, entre os anos de 2010 e 2015. Fortaleza ocupa a 6ª colocação nacional, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba. Em termos regionais, a capital cearense ocupa a 1ª colocação.

Tabela 2 – Estoques de empregos formais das capitais brasileiras (2010-2015)

Capitais	2010	2011	2012	2013	2014	2015
São Paulo - SP	4.873.339	5.024.883	5.237.258	5.247.904	5.308.401	5.126.131
Rio de Janeiro - RJ	2.348.611	2.497.662	2.572.044	2.614.937	2.654.076	2.520.718
Brasília - DF	1.099.832	1.156.908	1.181.649	1.302.284	1.321.828	1.263.872
Belo Horizonte - MG	1.356.769	1.370.942	1.411.147	1.377.682	1.354.683	1.216.511
Curitiba - PR	848.850	898.099	967.397	936.159	943.667	914.006
Fortaleza - CE	725.525	767.017	800.045	806.143	838.280	823.674
Salvador - BA	796.556	822.477	840.300	796.438	849.895	802.284
Porto Alegre - RS	726.098	741.196	767.128	771.089	780.126	750.359
Recife - PE	670.595	699.370	736.715	755.952	756.936	706.364
Goiânia - GO	558.901	576.241	606.571	614.240	608.119	599.401
Manaus - AM	492.429	513.938	535.702	557.950	550.327	517.918
Belém - PA	391.168	420.023	409.942	439.501	423.896	416.999
São Luiz - MA	324.299	337.140	348.421	350.252	354.124	332.974
Natal - RN	306.064	308.803	320.671	314.373	318.710	291.889
João Pessoa - PB	272.668	281.584	293.220	296.124	302.603	291.292
Teresina - PI	247.035	254.344	272.722	278.682	288.912	289.440
Florianópolis - SC	254.222	262.179	270.709	277.741	288.502	277.290
Campo Grande - MS	253.488	267.145	265.828	273.385	281.596	275.176
Maceió - AL	231.453	245.222	259.697	261.525	268.701	264.942
Cuiabá - MT	215.143	227.979	242.460	245.040	248.236	243.802
Vitória - ES	232.723	236.030	236.864	240.100	238.021	223.673
Aracaju - SE	208.667	216.226	221.813	224.587	234.200	219.064
Porto Velho - RO	184.107	191.402	195.243	189.785	188.800	174.539
Palmas - TO	112.915	109.193	113.827	115.888	130.442	128.919
Rio Branco - AC	96.778	96.959	99.601	101.569	104.457	105.252
Macapá - AP	88.053	96.596	99.127	101.859	106.177	98.261
Boa Vista - RR	70.034	83.023	84.834	81.669	83.797	86.403
Brasil	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807
Capitais	17.986.322	18.702.581	19.390.935	19.572.858	19.827.512	18.961.153
Interior	26.082.033	27.608.050	28.067.777	29.375.575	29.743.998	29.099.654

Fonte: RAIS/TEM. Elaboração: IPECE (Adaptada)

No período de 2010 a 2014, o município apresentou uma trajetória de crescimento no estoque de vínculos formais, entretanto, no ano de 2015, ocorreu uma perda de mais de 14 mil vínculos, reflexo da grave crise econômica vivenciada pelo país. Entre as capitais, apenas Teresina registrou aumento no número de empregados com carteira assinada durante o período.

FINANÇAS PÚBLICAS

O equilíbrio fiscal tem sido a tônica do modelo de gestão implementado no âmbito da execução das políticas públicas. De acordo com o *ranking* nacional do Índice Firjan de Gestão Fiscal 2016 (IFGF), a capital cearense é a quarta capital com melhor situação fiscal no País. Conforme o levantamento, feito com base em dados oficiais e tendo 2015 como ano de referência, Fortaleza ficou atrás apenas de Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

A Tabela 3 mostra que, no período de 2013 a 2016, a receita municipal cresceu em termos nominais, em média 11% a.a., totalizando R\$ 21,014 bilhões. Destaca-se o grande peso das Receitas Correntes, que representaram 96% do total arrecadado ante 4% das receitas de capital. Na composição das Receitas Correntes, o item de maior peso ainda são as Transferências Correntes, que representam 56% do total arrecadado, demonstrando certo grau de dependência de recursos advindos das transferências legais da União e do Estado. O segundo item de maior peso são as receitas tributárias com 24,2%.

Tabela 3 – Composição da Receita (2013–2016)

ITEM DE RECEITA	2013	2014	2015	2016	TOTAL	% Crescimento Médio do Quadrênio
1 - RECEITA CORRENTE (2+3+4+5+6+7)	4.351.293.023	5.057.313.146	5.797.018.963	5.917.082.189	21.122.707.321	11,0%
2 - Receita tributária	1.051.584.879	1.260.584.518	1.350.459.805	1.448.218.894	5.110.848.096	11,4%
ISS	523.604.502	606.568.759	641.511.623	678.853.118	2.450.538.003	9,1%
IPTU	211.496.816	308.833.436	339.444.877	394.985.622	1.254.760.751	24,1%
ITBI	138.949.967	140.394.216	136.650.901	107.901.005	523.896.089	-7,6%
IRRF	160.405.049	186.546.033	218.574.208	252.642.691	818.167.982	16,4%
Outras Receitas Tributárias	17.128.544	18.242.074	14.278.195	13.836.458	63.485.271	-6,1%
3 - Receita de Contribuição	590.601.915	634.283.370	748.088.620	803.691.126	2.776.665.031	10,9%
4 - Receita Patrimonial	70.000.595	196.771.086	174.181.191	230.064.253	671.017.124	67,2%
5 - Receita de Serviços	4.438.900	4.678.983	7.044.770	7.661.905	23.824.559	21,6%
6 - Transferências Correntes	2.578.924.793	2.919.121.645	3.074.560.758	3.254.154.347	11.826.761.543	8,1%
FPM	466.971.996	545.107.305	577.694.080	567.008.552	2.156.781.933	7,0%
ICMS	646.024.111	697.853.770	701.882.990	674.905.061	2.720.665.932	1,6%
IPVA	128.546.353	140.990.263	154.477.392	165.255.734	589.269.742	8,7%
Transferências SUS	681.015.043	765.503.367	788.481.961	831.359.721	3.066.360.093	6,9%
Transferências FUNDEB	444.800.369	470.174.374	555.795.979	584.791.963	2.055.562.685	9,7%
Outras Transferências Correntes	211.566.921	299.492.565	296.228.356	254.441.027	1.061.728.869	8,8%
7 - Outras Receitas Correntes	55.741.942	41.873.543	442.683.818	173.291.665	713.590.968	290,5%
8 - RECEITA DE CAPITAL (9+10+11+12)	178.385.066	262.476.849	114.228.641	337.129.388	892.219.944	61,9%
9 - Operações de Crédito	113.986.116	128.711.061	81.378.531	240.080.756	564.156.464	57,1%
10 - Alienação de Bens	786.109	322.230	583.001	705.043	2.396.382	14,3%
11 - Amortização de Empréstimos	246.233	117.215	93.223	49.054	505.724	-40,1%
12 - Transferências de Capital	63.366.608	133.326.344	32.173.887	96.294.536	325.161.374	77,9%
TOTAL (1+8)	4.529.678.089	5.319.789.995	5.911.247.604	6.254.211.578	22.014.927.265	11,5%

Fonte: Balanços Municipais / GRPFOR –FC - Nota: Valores nominais já com as deduções para o FUNDEB

Em relação à despesa, a capital cearense apresentou, no quadriênio, um crescimento médio de 7,97% (v. Tabela 4). O crescimento em valor absoluto foi de R\$ 1,2 bilhões. Desse valor, 90,7% corresponde aos gastos com despesas correntes e 9,3% com despesas de capital. Comparando 2015 e 2016, houve um acréscimo de 3,39%. Em 2016, as despesas totais somaram R\$ 6 bilhões. Verificado o resultado orçamentário, ou seja, a diferença entre receita e despesa orçamentária, obteve-se um superávit de R\$ 208,3 milhões, o que evidencia uma gestão que tem conseguido manter sob controle as despesas em estreita sintonia com a receita, apesar da conjuntura econômica extremamente desfavorável.

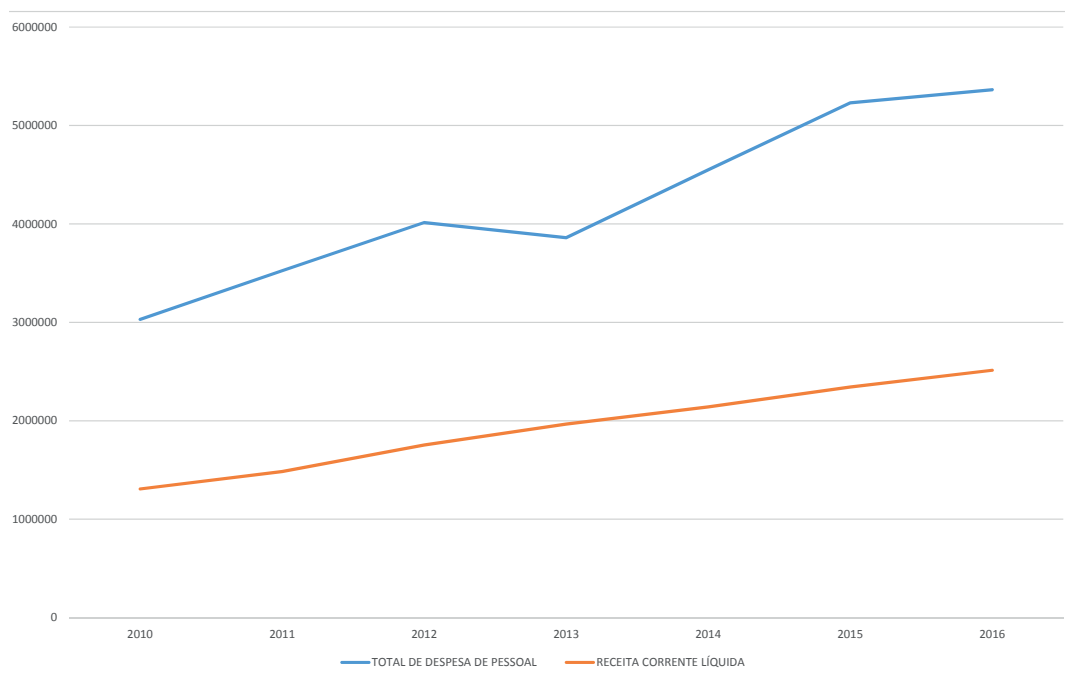
Tabela 4 – Composição da Despesa (2013-2016)

ITEM DA DESPESAS	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	4.372.506.315	4.847.583.719	5.253.391.365	5.484.194.476
Pessoal e Encargos Sociais	2.409.835.391	2.664.698.722	2.956.540.699	3.201.509.414
Juros e Encargos da Dívida	15.791.158	16.967.735	22.022.988	32.152.704
Outras Despesas Correntes	1.946.879.765	2.165.917.261	2.274.827.678	2.250.532.358
Despesas de Capital	439.534.355	567.374.328	594.436.299	561.654.381
Investimentos	385.907.374	523.972.125	542.787.216	483.468.350
Inversões Financeiras	1.473.870	221.907	322.206	238.196
Amortização da Dívida	52.153.111	43.180.295	51.326.876	77.947.835
TOTAL	4.812.040.670	5.414.958.046	5.847.827.663	6.045.848.857

Fonte: Elaboração SEPOG/ Balanços Municipais / GRPFOR – FC

A Administração Pública Municipal tem respeitado rigorosamente o artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito ao gasto de pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL). O Gráfico 11 mostra a seguir que, no período 2013-2016, a RCL teve um crescimento de 41%, em proporção maior que o gasto com pessoal, esse tendo aumentado em 25%.

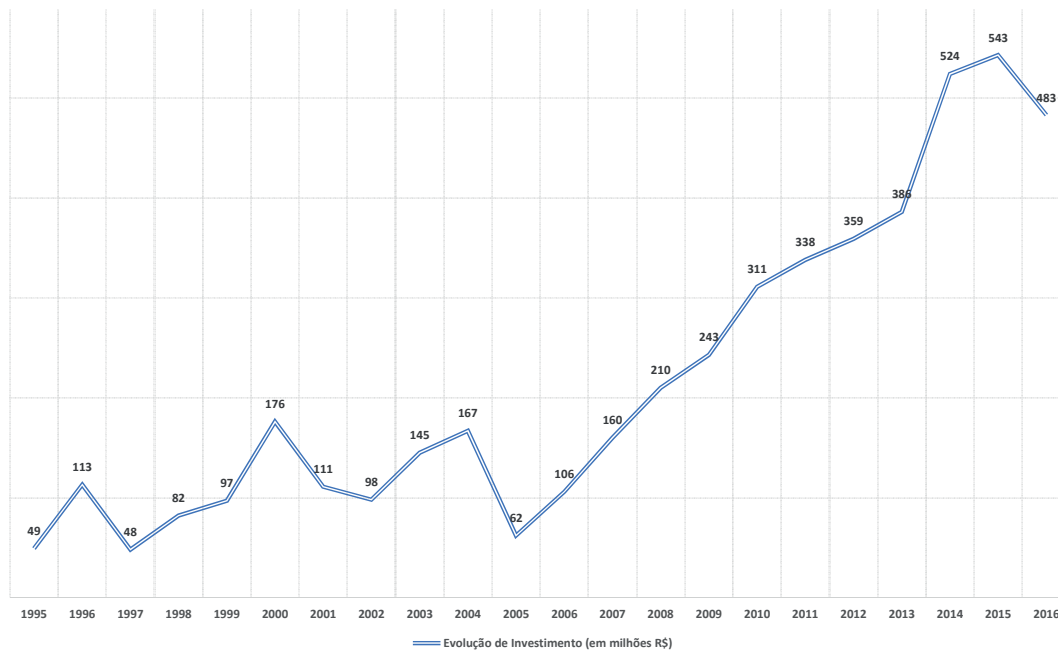
Gráfico 11 – Evolução da despesa com pessoal (2010-2016)



Fonte: RGF – 3º Quadrimestre de 2016

Em conjunto com o equilíbrio das contas públicas, o município vem aumentando os investimentos necessários para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Gráfico 12 demonstra que o valor investido nos exercícios de 2013 a 2016 foram os maiores dos últimos 20 anos em termos nominais.

Gráfico 12 – Evolução do Investimento (1995-2016)



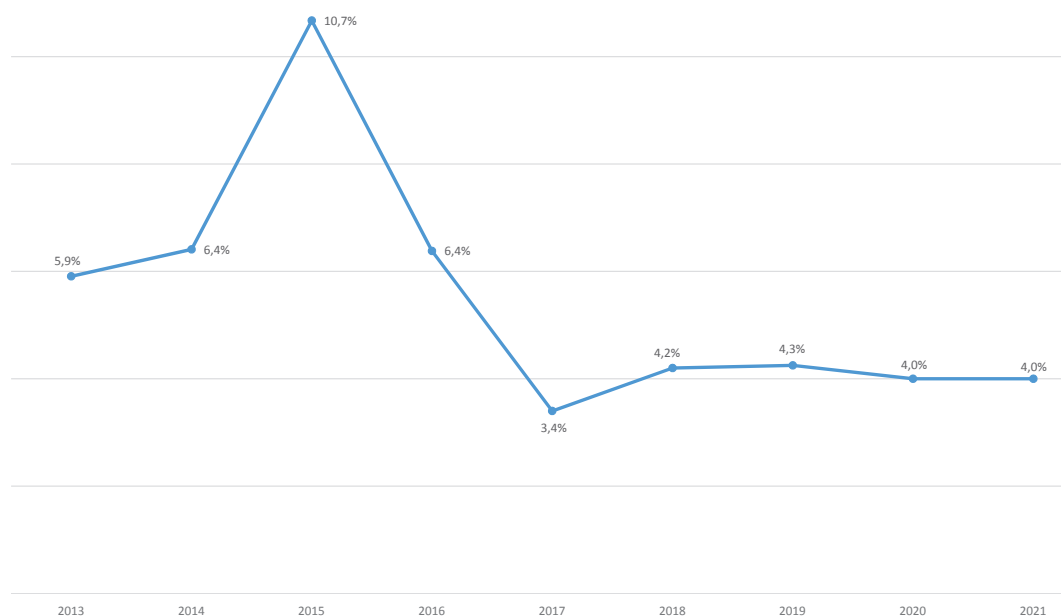
Fonte: GRPFOR-FC

PERSPECTIVAS PARA O PERÍODO 2018-2021

Apesar das incertezas no campo político, o conjunto de indicadores de atividade econômica indica um processo gradual de recuperação e estabilização da economia. O controle da inflação, a redução da taxa de juros referencial e a implementação de reformas e ajustes na economia têm impactado positivamente os índices de confiança dos agentes econômicos.

As expectativas apontam que, já em 2017, o país sairá da recessão e que o quadriênio 2018–2021 será marcado por um crescimento moderado (v. Gráfico 13). Além disso, o cenário externo tem-se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global se vem recuperando gradualmente, sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas.

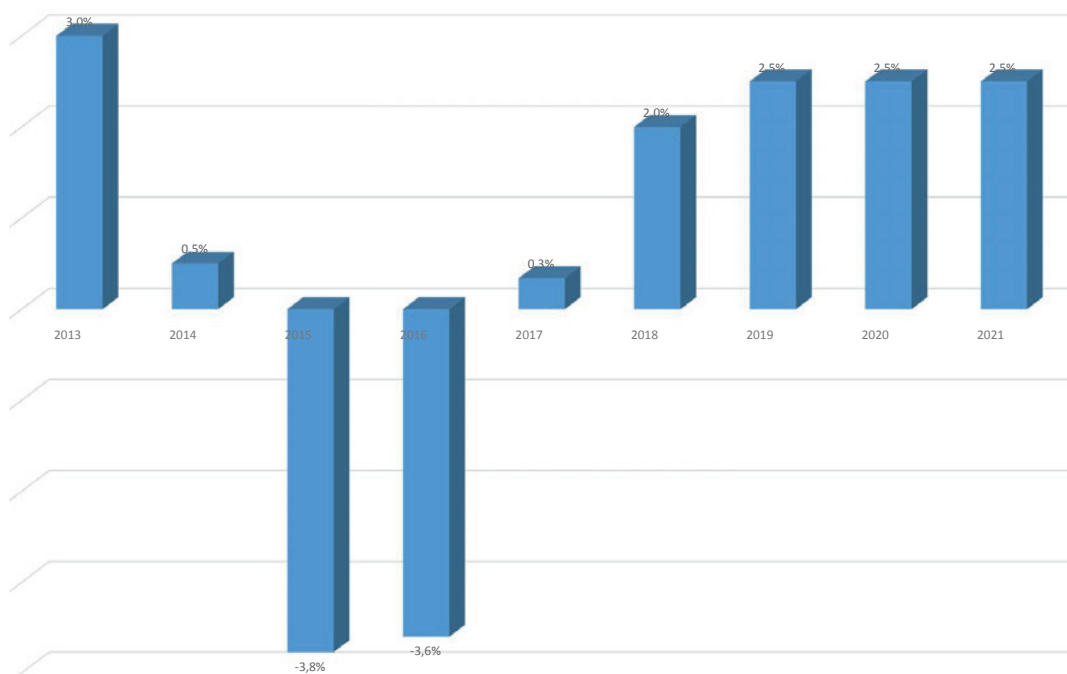
Gráfico 13 – Taxa de Variação do PIB Brasil (2013–2021*)



Fonte: BACEN. Elaboração: SEPOG. * As previsões para o período 2017-2021 são oriundas do Sistemas de Expectativas do BACEN

O Gráfico 14 mostra que a inflação segue uma tendência de queda. Adicionalmente, as expectativas sinalizam que, nos próximos anos, haverá uma estabilização do IPCA em torno do centro da meta (4,5%) estabelecida pelo BACEN. A redução da inflação permitirá a diminuição da taxa de juros e a recomposição do poder de compra dos salários, com efeitos positivos sobre a renda e as expectativas das famílias. Em 2017, a taxa Selic atingiu o menor patamar desde agosto de 2013, essa tendência de queda vem contribuindo para a retomada gradual da expansão do crédito e recuperação do investimento.

Gráfico 14 – Evolução do IPCA Brasil (2013–2021*)



Fonte: BACEN, Elaboração SEPOG * As previsões para o período 2017-2021 são oriundas do Sistemas de Expectativas do BACEN

As medidas de austeridade da política econômica, combinadas às estratégias mais recentes de incentivo à redução do custo para obtenção de crédito, tornam mais promissoras as perspectivas para o cenário macroeconômico dos próximos anos. Os investidores, empresários e consumidores têm-se mostrado mais confiantes, conforme se constata a partir da análise dos diversos índices de confiança, que buscam mensurar o sentimento desses agentes econômicos.

Com a previsão de inflação sob controle e de taxas de juros mais baixas, gera-se a expectativa de um cenário econômico mais estável. Esse quadro deve ajudar na recuperação da economia, em especial, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Dessa forma, caso esse cenário se concretize, o que certamente depende da melhora do cenário atual de crescente incerteza decorrente da crise política, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação própria e nas transferências constitucionais que possuem relação direta com a atividade econômica.

No primeiro trimestre de 2017, o PIB do Brasil cresceu 1,0% com relação ao último trimestre de 2016. Do ponto de vista puramente técnico, esse crescimento representa a saída da economia brasileira do ambiente recessivo no qual se encontrava após oito trimestres de quedas consecutivas da atividade econômica. Já o PIB do Ceará cresceu 1,87% no mesmo período, sendo o primeiro trimestre positivo nessa comparação desde o quarto trimestre de 2014. Em termos setoriais no estado, a Agropecuária teve expansão de 10,59%, a Indústria cresceu 1,81% e o Setor de Serviços cresceu 1,78%.

A recuperação da economia em nível nacional e regional traz boas perspectivas para a capital cearense. Durante a crise econômica, a Prefeitura de Fortaleza tomou como prioridade a eficiência da gestão dos recursos públicos, partindo da premissa do equilíbrio das contas públicas e da qualidade do gasto público. O reconhecimento dessa conduta veio com o prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Pública do Tribunal de Contas da União, que considerou o município de Fortaleza uma das cinco cidades brasileiras mais eficientes na gestão dos recursos públicos, única capital.

Um dado que retrata a saúde financeira do município diz respeito à Dívida Consolidada Líquida (DCL), que, no final de 2016, atingiu o percentual de 14,29% em relação à RCL. Conforme resolução do Senado Federal, o limite máximo da DCL é de 120% da RCL. A possibilidade de ampliação das contratações de operações de crédito é uma oportunidade para a realização de investimentos que são necessários para a melhoria da qualidade de vida do fortalezense e não seriam viáveis com recursos próprios do município.

Dentre as operações de crédito previstas no PPA 2018-2021, destacam-se: PROREDES, Fortaleza Cidade Sustentável, Cidade com Futuro e PROINFRA. Na área da Saúde, o PROREDES possibilitará, por exemplo, a construção de policlínicas e Unidades Básicas de Saúde (UBS). No eixo Juventude, essa operação permitirá a construção de Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) e Centros Educacionais Unificados (CEU). Obras de Infraestrutura, Saneamento Básico, Regeneração Urbana no Titanzinho e Serviluz, Escolas de Tempo Integral, Centros de Educação Infantil e Núcleos de Formações Esportivas (Areninhas) são exemplos de outras ações que também serão viabilizadas pela captação de crédito.

Mesmo tendo perspectivas econômicas favoráveis para os próximos anos, é imprescindível continuar desenvolvendo mecanismos eficientes de arrecadação, diminuição de custos e aumento de investimentos, os quais

venham a produzir resultados efetivos. Voltar esforços para a arrecadação própria e intensificar ações de inteligência fiscal são mecanismos que devem ser utilizados para reduzir a dependência das transferências legais e amenizar os efeitos externos nas contas municipais.

Esse conjunto de medidas intenta dar continuidade às transformações socioeconômicas que estão ocorrendo na cidade, essenciais para tornar a economia de Fortaleza mais competitiva e superar os principais desafios ao desenvolvimento econômico da cidade declarados no plano de longo prazo Fortaleza 2040, entre eles:

- elevada taxa de informalidade da economia, acompanhada do baixo rendimento do trabalho e das limitações da produtividade e mesmo da qualidade dos produtos;
- limitações na qualificação profissional da população, que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e que pode se acentuar no futuro com aumento das exigências de qualificação;
- altas taxas de pobreza, que, em grande parte, decorrem da exclusão produtiva de parcela da população em idade ativa, contribuindo para a enorme desigualdade de renda em Fortaleza; e
- existência de um elevado contingente de jovens que não trabalham nem estudam devido a limitações na educação e na qualificação profissional (não têm acesso à escola ou não se sentem atraídos e não encontram oportunidades no mercado de trabalho).

A elevação da competitividade econômica da cidade objetivando à continuidade das transformações com vistas à melhoria da qualidade de vida dos fortalezenses depende de vários componentes que transcendem a economia, como educação e qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura e qualidade do espaço urbano, e sistema normativo. Nesse sentido, os esforços do planejamento municipal, para os próximos anos, devem focar na seleção priorizada e direcionada para delinear as ações visando à eliminação ou mitigação dos entraves ao desenvolvimento econômico local.

Estágio Atual do Desenvolvimento Social

| Qualidade de vida da população na cidade integrada, acessível e justa

A Qualidade de Vida da População resulta da promoção de ações multissetoriais capazes de combater as desigualdades e favorecer a integração da cidade acessível e justa a todos os nela residentes. Entende-se como a repartição equitativa dos bens sociais, com respeito aos direitos humanos, maior acesso às oportunidades de desenvolvimento e justiça social. Implica o compromisso da gestão municipal na execução de políticas articuladas capazes de propiciar condições para que se conquiste um cenário favorável na emancipação da população, especialmente a que se encontra em situação de maior vulnerabilidade social. Tem como premissas a segurança cidadã, os direitos à saúde e ao conhecimento, habitação, alimentação adequada, ambiente saudável, recursos sustentáveis, equidade, desenvolvimento social e acesso aos bens culturais, possibilitando a melhoria real da qualidade de vida do cidadão fortalezense.

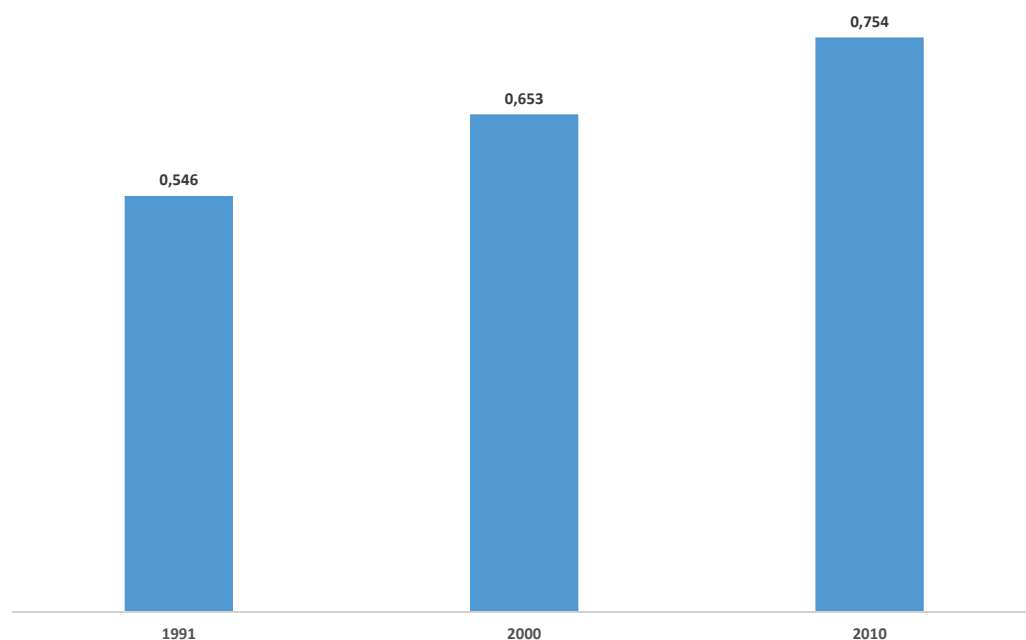
As ações relacionadas a esse tema intentam o cumprimento dos objetivos estratégicos, dentre outros, os distribuídos na Fortaleza Saudável, do Conhecimento, da Mobilidade e da Acessibilidade, sendo realizadas por diver-

sos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, passíveis de múltiplas avaliações por indicadores de qualidade.

Utilizado como um dos principais indicadores de qualidade de vida da população, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sintetiza as condições de vida da população sendo composto de três indicadores básicos: 1) a renda medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita; 2) o grau de conhecimento expresso em termos da taxa de alfabetização de adultos e a matrícula nos três níveis de ensino; e 3) a longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer.

Nos quase 20 anos de análise do PNUD, o IDH de Fortaleza subiu de forma significativa, mas sempre acompanhando o movimento das outras duas grandes capitais do Nordeste: passou de 0,546, em 1991, para 0,653 no ano 2000 e alcançando o patamar de 0,754 em 2010 (IPECE, 2015). Assim, Fortaleza passou de um IDH classificado pelo PNUD como baixo (0,546) para alcançar a categoria de médio desenvolvimento, aproximando-se da fronteira para o patamar de alto desenvolvimento (a partir de 0,80) (v. Gráfico15).

Gráfico 15 – Evolução do IDH de Fortaleza



Fonte: PNUD

A despeito de sua evolução histórica positiva para o município como um todo, no território municipal, o desenvolvimento humano é muito desigual, sendo que, como mostra a Tabela 5, três bairros alcançaram alto desenvolvimento (acima de 0,80): Meireles (com IDH de 0,953), Aldeota (0,866) e Dionísio Torres (0,859). Incluindo esses bairros de alto desenvolvimento, apenas sete bairros registraram um IDH acima de 0,70. Enquanto isso, 16 bairros de Fortaleza têm baixíssimo desenvolvimento com IDH abaixo de 0,200; a situação mais dramática está nos bairros Conjunto Palmeiras (0,119), Parque Presidente Vargas (com IDH de 0,135) e Canindezinho (0,136).

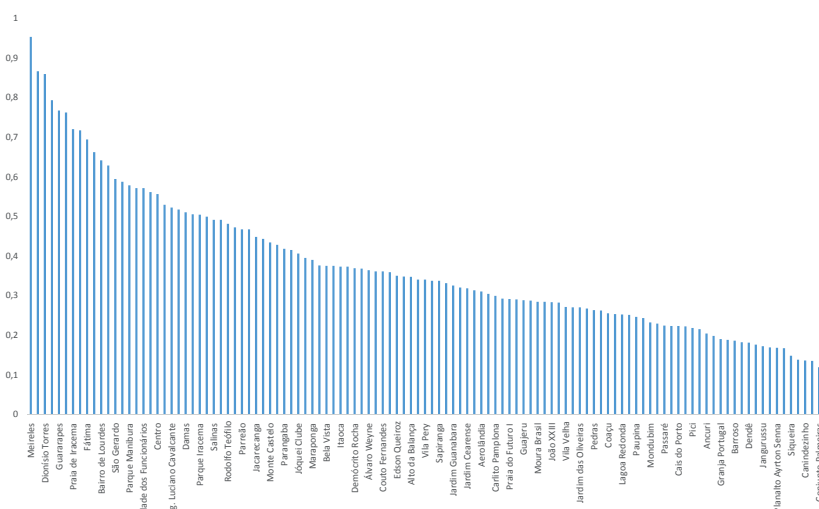
Tabela 5 - Os 10 maiores e menores IDHs por bairro de Fortaleza

Ranking 10 maiores IDHs			Ranking 10 menores IDHs		
Regional	Bairro	IDH	Regional	Bairro	IDH
II	Meireles	0,953	VI	Conjunto Palmeiras	0,119
II	Aldeota	0,866	V	Parque Presidente Vargas	0,135
II	Dionísio Torres	0,859	V	Canindezinho	0,136
II	Mucuripe	0,793	V	Genibaú	0,138
II	Guararapes	0,767	V	Siqueira	0,148
II	Cocó	0,762	II	Praia do Futuro II	0,167
II	Praia de Iracema	0,72	V	Planalto Ayrton Senna	0,168
II	Varjota	0,717	V	Granja Lisboa	0,169
IV	Fátima	0,694	VI	Jangurussu	0,172
II	Joaquim Távora	0,662	IV	Aeroporto	0,176

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Elaboração: SEPOG

O IDH resulta dos vários aspectos relativos à natureza de cada um de seus três indicadores, mais diretamente: i) educação; ii) saúde; e iii) trabalho/renda e evolução/estrutura da população. Ademais, contribuem para a obtenção dos resultados dos indicadores diversos outros aspectos direta ou indiretamente relacionados, tais como ocupação urbana e concentração territorial, índices de violência, habitação e saneamento. Uma comparação dos IDHs entre diversos bairros é apresentada no Gráfico 16 a seguir.

Gráfico 16 – Comparação dos IDHs de diversos bairros de Fortaleza



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Elaboração: SEPOG

O tema da Mobilidade Urbana vincula-se, em suas várias dimensões, à melhoria da qualidade de vida da população, influenciando tanto mais diretamente na geração de trabalho/renda quanto indiretamente em áreas correlatas, a exemplo da qualidade da prestação de serviços prestados, tais como na saúde e educação.

Norteadas pelas diretrizes inseridas em sua Agenda Estratégica, a gestão municipal vem desenvolvendo um conjunto de ações a fim de inverter a prioridade do transporte automotivo individual para o transporte público e para o transporte não motorizado, bem como alterando a circulação viária com o mesmo fim.

Entre as principais iniciativas visando à melhoria da qualidade do transporte urbano e mobilidade de Fortaleza incluem-se a implantação de faixas exclusivas, elevando a velocidade média do ônibus de 8,3 km/h (2013) para 23,15 km/h (2016), e a incorporação da integração temporal em todo o sistema possibilitando realização de um número ilimitado de viagens com transferências em qualquer ponto de acesso à rede dentro de um período de até 2h.

Com relação ao incentivo ao transporte não motorizado, após a implantação do Plano Diretor Cicloviário, houve a expansão anual da malha cicloviária em 9,97%, 34,82%, 42,88% e 26,33% respectivamente a 2013, 2014, 2015, 2016, a promoção da Ciclofaixa de Lazer, que conta com usuários percorrendo 21 km e a implantação do Sistema de Bicicletas Compartilhadas BICICLETAR, em que foram realizadas viagens totalizando anualmente 10.530 (2014-implantação), 591.708 (2015) e 642.817 (2016).

Foram promovidas alterações no Sistema Viário, no ano de 2014, dando início a um projeto de requalificação e modernização permanentes na utilização e gestão das vagas rotativas da cidade. No mesmo ano, foi criado o projeto piloto VIA LIVRE, que objetiva facilitar desde o ordenamento do tráfego até o atendimento a acidentes, melhorando a fluidez viária em pontos de gargalos.

| Desenvolvimento da cultura e do conhecimento

A construção de uma cidade com educação de qualidade, valorização do patrimônio cultural e incentivo às novas tecnologias constitui um pilar da gestão municipal no âmbito do planejamento governamental referente ao resultado de governo Fortaleza do Conhecimento, cujo escopo se compõe por duas áreas temáticas: a de Educação, Conhecimento e Inovação; e a da Cultura.

A área da Educação, Conhecimento e Inovação na gestão das políticas do governo municipal conjuga esforços com a finalidade de promover condições favoráveis a uma nova dinâmica nas formas de geração e aquisição de conhecimento que ultrapasse os limites da escola e contribua no processo de construção de uma cidade capaz de realizar a interação entre os agentes responsáveis pelo conhecimento formal, promovido pelas políticas de educação e o conhecimento gerado pela tecnologia. Nesse contexto, necessita-se desenvolver capacidades científicas, tecnológicas e organizacionais e esforços substanciais de aprendizado, que gerem educação de qualidade para todos, com instituições educacionais eficientes, renovadas em sua estrutura física e tecnológica, como o desenvolvimento e a inovação voltados à cultura e à cidadania digital.

O conceito formal de educação e conhecimento tem, portanto, nessa integração de áreas, a função de ampliar espaços e oportunidades de engajamento social, político e cultural na cidade de Fortaleza.

Fortaleza tem apresentado expressiva melhoria nos indicadores de desempenho relacionados com as áreas de Educação, Conhecimento e Inovação, especialmente no período 2013-2016 (v. Tabela 6), apesar de serem ainda insuficientes para reverter os baixos níveis históricos de nossa população.

Tabela 6 – Evolução dos Indicadores de Resultados em Educação, Conhecimento e Inovação (2013-2016)

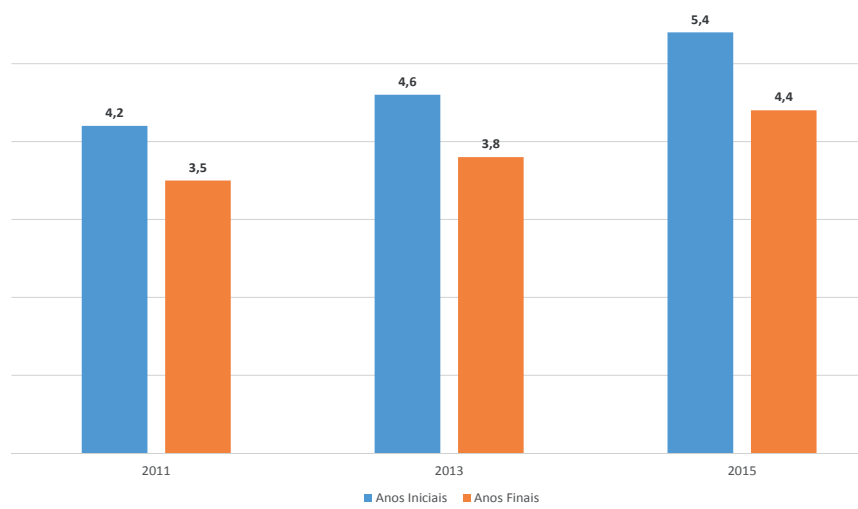
TEMA	INDICADORES DE RESULTADO	2013	2014	2015	2016
EDUCAÇÃO	Índice de desempenho escolar/SPAECE 2º Ano (escala de 0 a 10)	4,7	5,6	6,6	8,1
	Índice de desempenho escolar/SPAECE 5º Ano (escala de 0 a 10)	3,7	4,1	4,4	5
	Índice de desempenho escolar/SPAECE 9º Ano (escala de 0 a 10)	2,7	2,7	2,3	2,7
	Escolas com turmas de 2º ano com padrão de desempenho "desejável" no SPAECE (nº)	30	74	146	196
	Índice de desenvolvimento da educação básica -Anos Iniciais (bianual) (escala de 0 a 10)	4,6	-	5,4	-
	Índice de desenvolvimento da educação básica - Anos Finais (bianual) (escala de 0 a 10)	3,8	-	4,4	-
	Taxa de Abandono do Ensino Fundamental I (%)	2,5	1,6	1,1	0,8*
	Taxa de Abandono do Ensino Fundamental II (%)	5,9	4,9	4,4	4,1*
	Taxa de Permanência Durante Ano (TPDA) (%)	96,5	97,2	97,5	97,8*
	Distorção Idade-Série Anos Iniciais (1º ao 5º ano) (%)	29,2	25,06	21,9	21,7*
	Distorção Idade-Série Anos Finais (6º ao 9º ano) (%)	44,5	43,37	41,2	39,9*
	INOVAÇÃO	Equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município (nº)	-	-	10
Espaços com internet para livre acesso da população (nº)		-	-	17	22
CULTURA	Percentual do investimento público em cultura planejado (%)	1,62	0,9	0,9	1,21
	Bairros/comunidades beneficiados pelas ações de cultura (nº)	89	82	81	81

Fonte: SEPOG/ SIOFOR /SME/CITINOVA/SECULTFOR 2017 * Dados sujeitos a alterações.

Os resultados obtidos nas últimas avaliações externas aplicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – SPAECE, apresentam no período 2013-2016, como anteriormente exemplificado, um crescimento de 72,3% e 35,1% no desempenho dos alunos do 2º e 5º anos, respectivamente. Do mesmo modo, deve-se ressaltar na mesma avaliação, que, do total de 204 escolas avaliadas da rede municipal com turmas de 2º ano, 196 (equivalente a 96,08%) obtiveram o padrão de desempenho “Desejável”.

Outro importante processo de avaliação externa é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Trata-se de uma avaliação bianual com aplicação nacional e que tem revelado importantes conquistas quanto ao perfil de aprendizagem desejado pelos alunos da rede municipal de educação de Fortaleza nos anos iniciais e finais. Os esforços dispendidos produziram avanços no referido índice, evidenciados no Gráfico 17 referente à comparação 2011-2015. O índice dos anos finais também revelou significativo empenho na melhoria da educação da rede municipal de ensino fundamental, embora com suaves acréscimos de uma edição para outra, o que denota a urgência em tornar o empenho na melhoria da qualidade da educação das séries finais mais aguerrido.

Gráfico 17 – Evolução do IDEB de Fortaleza (2011-2015)

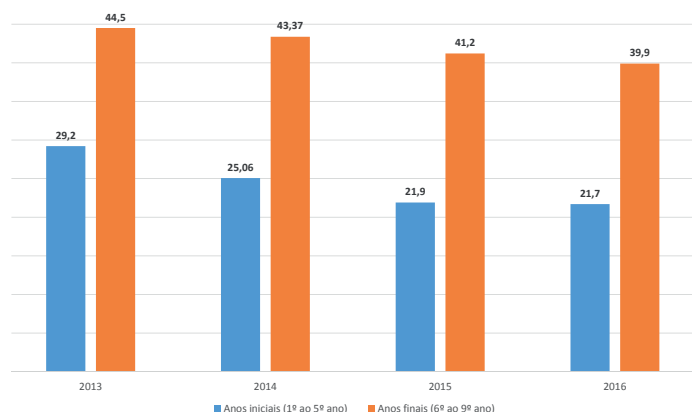


Fonte: SEPOG/COPLAM/SME 2016

Cumprir destacar o grande investimento na expansão de escolas e creches de tempo integral, na melhoria do parque escolar, com a construção de quadras esportivas; aquisição de mobiliário e equipamentos, o que colaborou para o resgate da credibilidade da escola municipal.

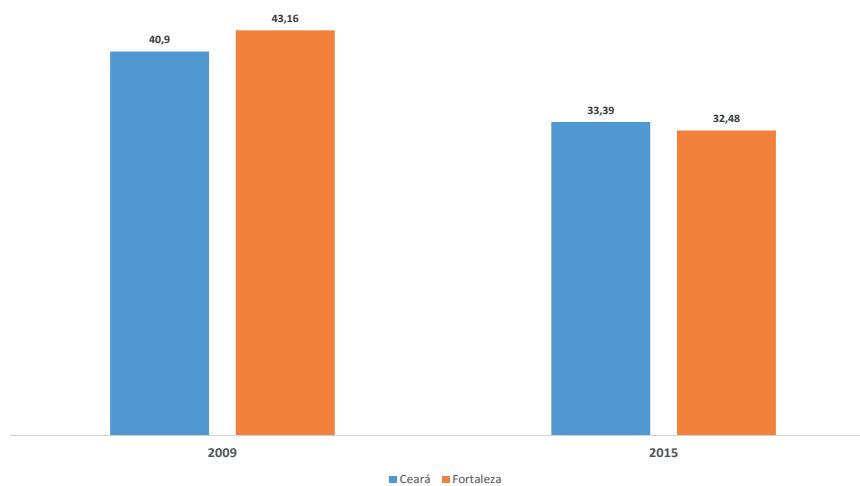
As ações de gestão escolar e pedagógica culminaram, considerado o período 2013-2016, na diminuição da distorção idade/série, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Fortaleza (v. Gráfico 18) e na redução da média de alunos por sala de aula na rede municipal de ensino, visualizada no Gráfico 19.

Gráfico 18 – Distorção Idade/Série no Ensino Fundamental da rede municipal (2013-2016)



Fonte: SEPOG/COPLAM/SME 2016.

Gráfico 19 – Evolução da média de alunos por sala de aula da rede municipal (2009-2015)



Fonte: PMF – Mensagem do Prefeito à CMFOR (2017)

As principais ações governamentais que contribuíram para a melhoria dos indicadores na área de Educação e tornaram possível os avanços ocorridos no período 2013-2016, foram: abertura de 86 creches, possibilitando o crescimento de 70% no número de crianças atendidas; implantação de 20 Escolas de Tempo Integral, alcançando mais de 8 mil alunos da rede municipal; e crescimento do parque escolar de 457 para 525 unidades, significando crescimento de 15%.

Com base no ano de 2016, tratando-se especificamente do desenvolvimento da Educação Infantil, a rede municipal de Fortaleza compõe-se de 220 equipamentos (138 Centros de Educação Infantil e 82 creches conveniadas), em que foram realizadas 39.479 matrículas na Educação Infantil, sendo 11.660 realizadas no regime de Tempo Integral.

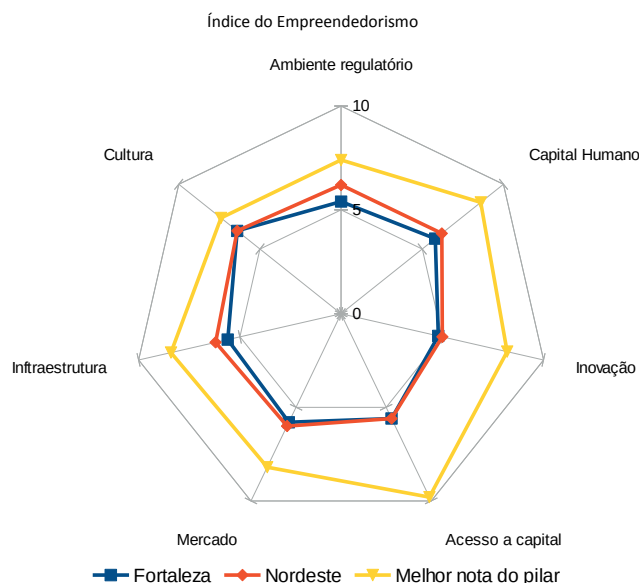
Relativamente ao desenvolvimento do Ensino Fundamental, integram a rede municipal (ano-base: 2016) 289 escolas, sendo 269 dessas em regime de tempo parcial e 20 em regime de tempo integral. Nesse nível de ensino foram realizadas 146.074 matrículas, incluindo-se 34.499 em Educação de Tempo Integral (6.099 dessas nas Escolas de Tempo Integral-ETI implantadas), 26.500 no Programa Mais Educação, 1.500 no Programa PROTÉCNICO e 400 no Programa Integração. A capital cearense teve um aumento significativo na proporção de matriculados nos ensinos técnico e profissionalizante, com quase 11 mil matrículas a mais se comparada a 2015.

Visando à melhoria da qualidade na Educação Básica, a estrutura da rede pública municipal apresenta, em 2016: 525 escolas em funcionamento nas quais foram realizadas 199.279 matrículas; e 85 polos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que 13.726 matrículas foram efetivadas. Ademais, a Educação Básica promoveu a inclusão de 4.338 alunos nas unidades municipais que compõem a rede municipal de Fortaleza.

Um importante indicador que abrange Educação, Cultura e Inovação, entre outras áreas, trata-se do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor (2016)¹, que aponta a capacidade competitiva de Fortaleza ainda limitada, refletida na 29ª colocação no *ranking* de 32 cidades brasileiras. Entretanto, como mostra o Gráfico 20, deve-se ressaltar Fortaleza com nota superior à média do Nordeste no pilar “Capital Humano”, no qual avançou sete posições, justificado pelos recentes esforços da gestão para iniciar a reversão desses resultados, a exemplo do

aumento no número de matrículas nos ensinos técnico e profissionalizante, anteriormente referenciado.

Gráfico 20 – Índice de Empreendedorismo



Fonte: Endeavor - O Índice de Cidades Empreendedoras do Brasil utiliza 60 indicadores organizados em sete pilares: Ambiente Regulatório, Infraestrutura, Mercado, Acesso à Capital, Inovação, Capital Humano e Cultura

“Cultura” foi, dentre os eixos componentes do Índice Endeavor, o que apresentou o melhor desempenho da capital cearense, tendo alcançado a 9ª posição no ranking, enquanto obteve a 30ª colocação no pilar “Inovação”, o que demonstra, com maior ênfase, a necessidade de implementação de ações que promovam o desenvolvimento desta última área e a preservação do incentivo à primeira.

Relacionados ao tema “Inovação”, três projetos do Programa Fortaleza Inteligente - Casa da Cultura Digital, Projetos Inovadores e Wi-fi Gratuito - destacam-se pelo conjunto de ações desenvolvidas a seguir exemplificadas, respectivamente: realização de cursos, encontros e diversos eventos inclusive no âmbito internacional; execução de projetos inovadores, com destaque para o Projeto CITILAB cujo objetivo é incentivar a participação de cientistas, alunos e especialistas de instituições de renome mundial, na construção de soluções criativas e inovadoras para a melhoria das condições da vida urbana e para questões prementes de Fortaleza; e instalação de equipamentos que permitiram o acesso gratuito da população em praças, BRTs e ônibus.

A manutenção da abrangência das ações de natureza cultural alcança diferentes bairros de Fortaleza, independentemente do percentual do investimento público aplicado, o que sugere a eficácia dos programas desenvolvidos no período 2013-2016, cuja evolução dos principais indicadores de Resultados em “Cultura” apresenta-se na Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução dos Indicadores de Resultados em Cultura de Fortaleza (2013-2016)

INDICADORES DE RESULTADO	2013	2014	2015	2016
% de Investimento público em cultura planejado	1,62	0,9	0,9	1,21
Bairros/comunidades beneficiados pelas ações de cultura	89	82	81	81

Fonte: SEPOG/ SIOPFOR /SME/SECULTFOR 2016

A abrangência dessas ações pode ser avaliada em função da consolidação de eventos permanentes na Promoção do Acesso à Cultura e Apoio às Manifestações Artísticas, que, em 2016, beneficiaram, por exemplo: cerca de um milhão participantes dos 77 eventos do Ciclo Carnavalesco; 97.923 pessoas em 73 eventos de Festejos Juninos; bem como 70.610 indivíduos de outros setores econômicos nos diversos eventos permanentes. Relativamente ao Apoio à Criação e Fomento à Cultura, em 2016, 9.181 foi o público total beneficiado pela realização do Salão de Abril (superior em seis vezes ao da edição de 2013). Na Educação para o Patrimônio Cultural, por exemplo, 12 eventos foram realizados pelo projeto “25 é Dia de Maracatu” que contou com 6 mil participantes, enquanto na Promoção da Formação Cultural e Artística 117 eventos pelas escolas públicas de formação cultural da Vila das Artes, beneficiando 1.707 pessoas que assistiram a 4.262 horas-aula ministradas.

| SAÚDE E BEM-ESTAR

Com a adoção de um conceito de saúde abrangente e intersetorial, a gestão vem primando pela oferta de serviços públicos que possam impactar na melhoria da qualidade de vida do cidadão fortalezense. Dentre as áreas e os setores que contribuem para essa melhora, além da própria política de saúde, destacam-se as políticas de esporte e lazer e de enfrentamento às drogas, que, em uma proposta das ações articuladas, buscam minimizar os problemas mais crônicos referentes à construção de uma cidade saudável, que veja e trate seu cidadão de forma integral, na perspectiva do desenvolvimento humano, do direito à cidadania, à vida e à cidade.

Os investimentos realizados nessas áreas já apresentam algumas respostas positivas, observadas na alteração de alguns indicadores de resultado e nas entregas feitas à cidade, como a melhoria da infraestrutura e implantação de novos serviços de saúde, o incremento das atividades de esporte e lazer, a qualificação dos espaços públicos, a implantação da política de "Areninhas", a revitalização das praças com o incremento das academias ao ar livre e parques infantis. Adicionalmente, houve a implementação de políticas específicas de prevenção e combate ao uso de drogas e a ampliação da oferta para o tratamento dos usuários, que são algumas respostas às demandas apresentadas, apontando para a melhoria da qualidade de vida da população de Fortaleza (v. Quadro 1).

Quadro 1 - Evolução dos Indicadores em Saúde, Esporte e Combate a Drogas (2013-2016)

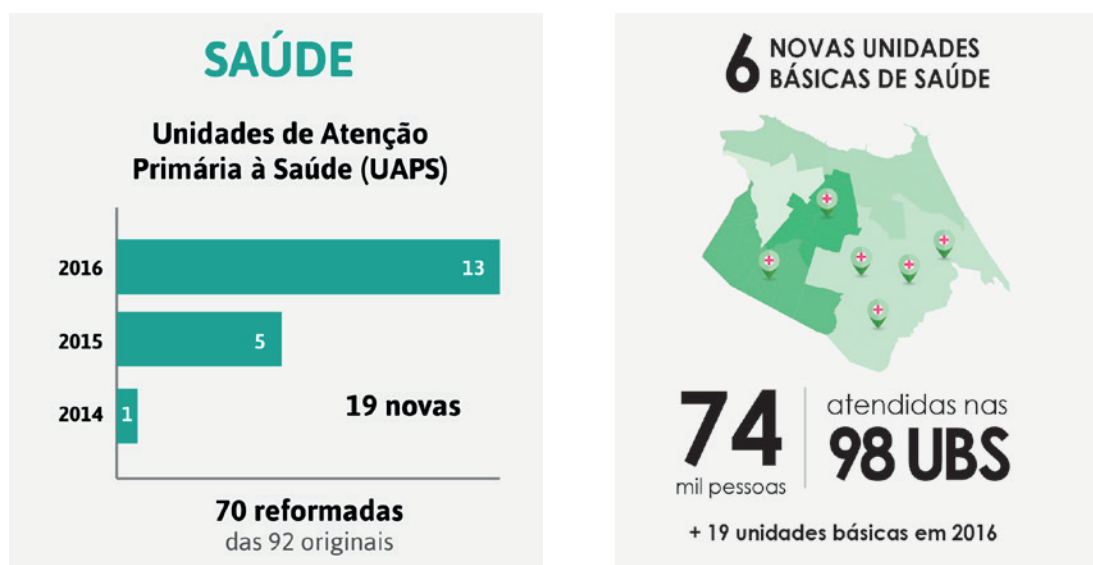
TEMA	Indicadores de Resultados	2013	2014	2015	2016
SAÚDE	Cobertura Populacional pelas Equipes de Atenção Básica (%)	49,8	54,6	59,7	60,31
	Taxa de Cobertura de Saúde Bucal (%)	28	28	29	40
	Razão de mortalidade materna (por 100 mil)	72	64,2	31,2	37,4
	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	11,7	11,8	11,7	11,5
	Taxa de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal (%)	43,9	51	57	59
ESPORTE	Pessoas atendidas com eventos e programas de esporte e lazer (nº)	9.100	256.663	98.530	193.220
COMBATE ÀS DROGAS	Acompanhamento terapêutico de jovens usuários de drogas (nº)	830	2.081	4.771	1.105

Fonte: SEPOG/SIOPFOR/SMS/CPDrogas

De modo particular, as ações delineadas para a área da saúde resultaram em avanços efetivos verificados no tocante à melhoria e qualificação da oferta dos serviços, especialmente na Atenção Primária à Saúde (v. Figura 2), por ser essa a coordenadora e ordenadora das Redes de Atenção à Saúde, integrando os pontos de atenção secundários e terciários, na perspectiva de continuidade e integralidade de atenção à população de Fortaleza. Conta com 110 unidades, que, com os esforços empreendidos, especialmente na contratação de profissionais de saúde, médicos e não médicos, permitiram a duplicação da cobertura do Programa de Saúde da Família pelas Equipes de Atenção Básica.

Nesse contexto, os resultados alcançados podem ser visualizados na melhoria de indicadores, como a Taxa de Mortalidade Materna, que apresentou redução de 52%, assim como a Taxa de Mortalidade Infantil, que mantém uma tendência decrescente nos últimos quatro anos e nas realizações entregues à população, possibilitando a ampliação do acesso e a oferta de serviços mais qualificados.

Figura 2 - Principais avanços dos serviços ofertados na Atenção Primária à Saúde (2014-2016)



Fonte: Mensagem do Prefeito à CMFOR (2017)

Ainda na perspectiva da construção de uma cidade saudável, o município também tem apresentado avanços no que diz respeito à atenção especializada à saúde, responsável pelos procedimentos mais especializados (área ambulatorial, de intervenção de urgência e emergência, ou tratamento de situações crônicas e de doenças agudas), que são realizados na Rede de Atenção Hospitalar de Média Complexidade, nas Unidades de Pronto Atendimento - UPA, SAMU, CAPS e Policlínicas, a exemplo dos realizados nas UPAS do Cristo Redentor, Jangurussu e Itaperi.

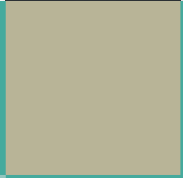
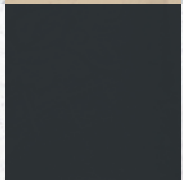
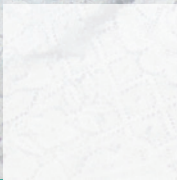
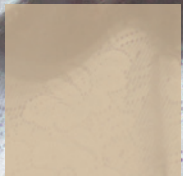
Na Atenção Terciária ao Trauma, o Instituto Dr. José Frota- IJF priorizou, nesse mesmo período, a melhoria dos processos logísticos e a ampliação e modernização da estrutura física e tecnológica, incluindo a unidade IJF2, iniciada em 2016 e em processo de conclusão, ofertando serviços adicionais com 223 novos leitos (30 em UTI) e 9 salas cirúrgicas.

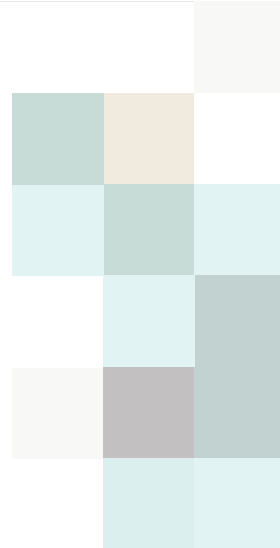
A construção de uma cidade saudável, como já mencionado, busca integrar as ações tradicionais de saúde com a política de esporte e lazer e de enfrentamento às drogas, de forma a fortalecer o conceito da integralidade da

saúde na medida em que o incentivo à prática de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de práticas preventivas e curativas, do uso de drogas, especialmente junto à juventude, é parte essencial na busca pela melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, Fortaleza oferta o seguinte conjunto de equipamentos com esse fim: 22 areninhas construídas a partir de junho de 2014 em diversos bairros, visando à prática de esportes; 224 praças e áreas verdes revitalizadas para o lazer de seus cidadãos, sendo 44 praças "Amiga da Criança" com parquinho (11 delas com academia ao ar livre); e 94 praças adotadas em parceria com diversas entidades.

Os esforços dispendidos nos últimos anos intentando à melhoria da Qualidade de Vida dos fortalezenses justificam a continuidade e aperfeiçoamento de muitas das diversas ações multi e intersetoriais relatadas no presente documento, bem como estimulam a promoção da criatividade e inovação por parte tanto dos gestores quanto da população engajada e envolvida no alcance de novos patamares dos indicadores de resultados futuros.





3.

Processo participativo 2021-2018

A Constituição de 1988 estabeleceu diretrizes de participação da sociedade nas decisões governamentais, mais especificamente na elaboração dos instrumentos de planejamento público. Dessa forma, vem-se implementando mecanismos que buscam dar operacionalidade aos princípios da democracia participativa, no sentido de não só promover o diálogo entre o governo e a sociedade como também propiciar condições de inovações na condução da gestão pública, que se faz mais transparente e democrática por ser capaz de promover comprometimento compartilhado com a sociedade.

Como principal instrumento de planejamento de uma gestão, o PPA organiza e viabiliza o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos. É o documento que declara as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

A metodologia aplicada na etapa de participação social de elaboração do PPA 2018-2021 buscou otimizar as informações já existentes com relação às percepções e aos desejos da sociedade civil levantadas pelas diversas iniciativas ocorridas nas discussões nos territórios de cidadania, nos Ciclos de Planejamento Participativo, nas oficinas realizadas nos grupos de bairro do Fortaleza 2040 e em outras instâncias de participação.

A população foi mobilizada em duas etapas: encontros regionalizados e encontros territoriais, estes, tendo por base as instâncias territoriais de participação definidas no processo de elaboração do Plano Fortaleza 2040 num total de trinta e um territórios divididos nas seis Regionais.

Os encontros regionalizados tiveram como objetivo ampliar a compreensão a respeito do processo de planejamento municipal, com foco na elaboração do PPA, apresentar eixos definidos pelo Plano Fortaleza 2040 e nortear a metodologia dos encontros territoriais, a ser executada por meio da utilização de cadernos orientadores, construídos especificamente para esse fim, que contêm informações técnicas essenciais para o entendimento do processo de planejamento das ações da gestão pública, informações consolidadas ao longo dos últimos quatro anos sobre o município de Fortaleza, dados específicos de cada território e propostas apresentadas nas diversas instâncias de participação social nos últimos três anos.

Baseando-se nas informações e orientações passadas nos encontros regionais, os encontros territoriais objetivaram a priorização da população no que se refere as principais demandas a serem contempladas nos programas e ações finalísticas do PPA 2018-2021. O caderno orientador foi o instrumento de trabalho destes encontros, coordenados pelos agentes da cidadania ou por outra liderança comunitária, que resultou na consolidação de um relatório sintético contendo a descrição e as justificativas das demandas priorizadas em cada território, encaminhado para a Coordenadoria de Participação Social. Foram realizados 06 Encontros Regionais com a participação direta de 410 participantes e 84 encontros territoriais, conforme Quadro xx a seguir:

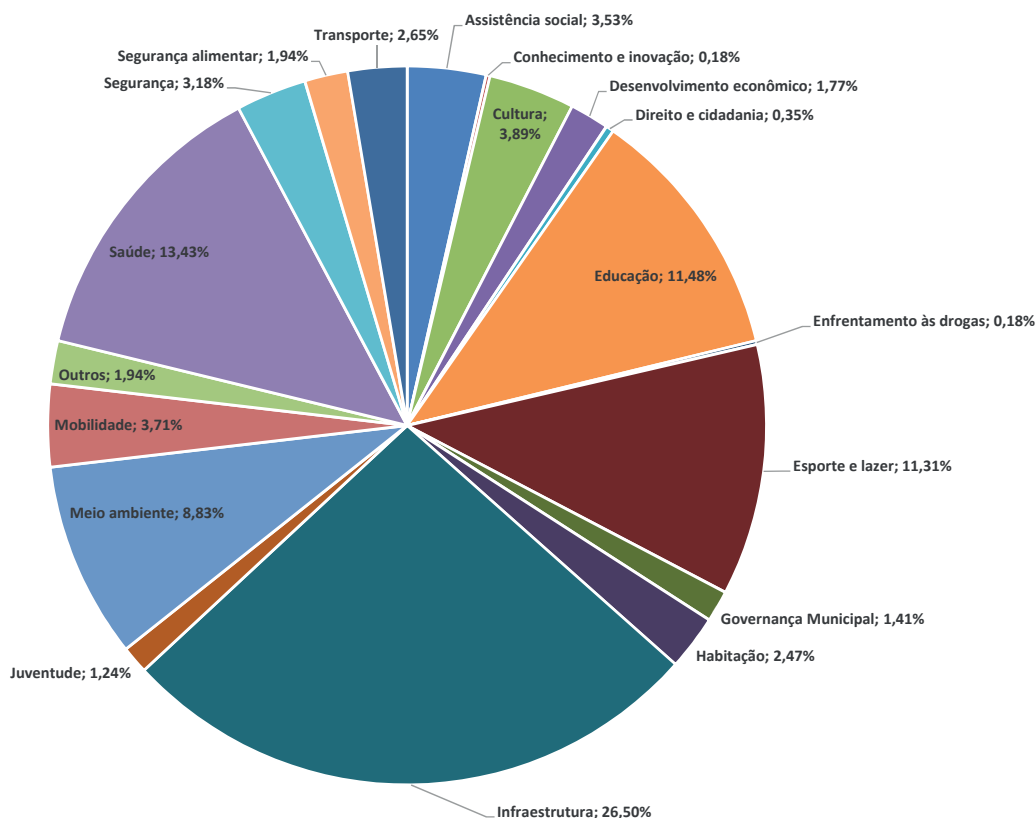
Quadro 2 – Quantidade de Participantes e Propostas dos Encontros Regionais

REGIONAL	BAIRROS	PROPOSTAS APRESENTADAS	PARTICIPANTES
I	14	148	173
II	19	79	481
III	8	53	116
IV	10	99	344
V	15	83	64
VI	18	104	220
TOTAL	84	566	1398

Fonte: SEPOG/COPLAM

As propostas apresentadas nos relatórios finais dos encontros territoriais foram consolidadas por áreas temáticas apresentando os seguintes resultados (v. Gráfico yy):

Gráfico 21 – Consolidado das Propostas Priorizadas no processo de Participação Popular



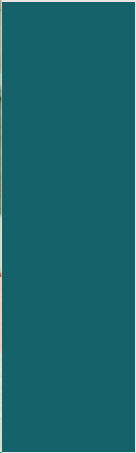
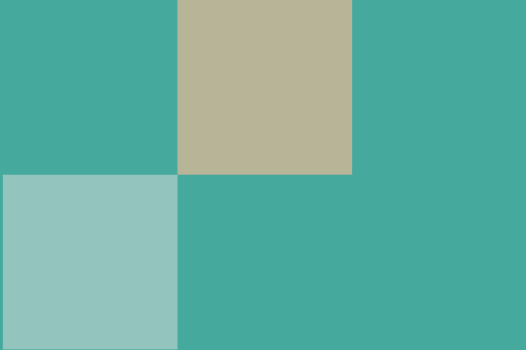
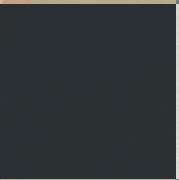
Fonte: CEPS/elaboração SEPOG/COPLAM

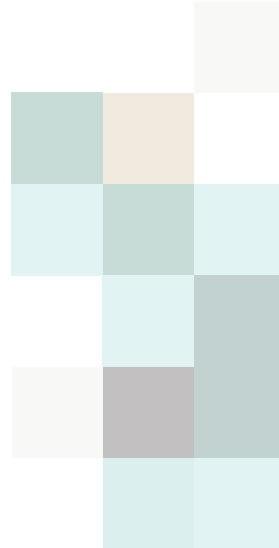
Ainda como atividade da etapa do processo participativo, foi realizado um encontro com os diversos conselhos setoriais, no sentido de socializar a Matriz Estratégica de Governo - PPA 2018-2021, consolidada a partir do Plano Fortaleza 2040, e colher as percepções e subsídios das instâncias de controle social das diversas políticas públicas. Referida matriz foi construída a partir da análise dos resultados estratégicos e objetivos das áreas temáticas pro-

postos, elencando as contribuições para o aprimoramento dos mesmos, bem como as percepções com relação aos principais problemas, desafios e potencialidades identificados pelos conselhos no exercício contínuo de suas atribuições. Importa o entendimento de que cada um traz um olhar apropriado da política social a qual representa, no sentido de fortalecer e aprimorar a proposta apresentada e a definição de programas e ações de governo, elementos-chaves na elaboração do PPA 2018-2021.

Utilizando-se da metodologia de exposição participativa, foi apresentada a matriz estratégica e orientado o exercício para a coleta das percepções e contribuições dos conselhos setoriais. Participaram da reunião 17 conselhos, sendo eles: Conselho Municipal do FUNDEB; Conselho Municipal de Segurança Alimentar; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso; Comitê de Prevenção de Homicídios da Assembleia Legislativa; Conselho Municipal do Turismo; Conselho Regional de Saúde – Regional V; Conselho Municipal de Juventude; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselho Municipal do Trabalho; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; Conselho de Defesa Civil; Conselho Municipal de Planejamento Participativo; Conselho Municipal de Políticas de Cultura; Conselho da Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável da Sabiaguaba; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; e Conselho Municipal de Habitação Popular. Por solicitação da área de meio ambiente foi realizada uma reunião específica para os conselhos dela integrantes, tendo comparecido e apresentado suas considerações: Conselho do Meio Ambiente; Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Comissão Participativa do Plano Diretor e Conselho da Unidades de Conservação de Proteção Integral e de uso sustentável da Sabiaguaba.

Seguindo a metodologia utilizada, os representantes dos 17 conselhos presentes na primeira reunião levaram o exercício para ser discutido em seus colegiados, sendo as contribuições enviadas posteriormente para análise e inclusão, levando em conta a viabilidade das mesmas a fim de compor o PPA 2018/2021. Obteve-se retorno dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; Conselho Municipal de Habitação Popular; Conselho Municipal de Políticas de Cultura; Conselho Municipal de Assistência Social, e os específicos de meio ambiente. Após a análise, verificou-se que muitas das propostas apresentadas estavam contempladas em programas e ações já definidos para este instrumento de planejamento municipal.





4. Orientação Estratégica do Governo

Agenda Estratégica

Eixos, Resultados Estratégicos e
Áreas Temáticas

Matriz Programática por Eixo

EIXO I – EQUIDADE TERRITORIAL e SOCIAL

| Resultado Estratégico: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana

Um dos grandes compromissos da gestão, pactuados no desenvolvimento do Plano Fortaleza 2040, constitui a superação das desigualdades sociais e territoriais, principalmente das condições dramáticas das áreas mais precárias da cidade. Esse pacto passa por assegurar a melhoria da habitabilidade a todos os seus cidadãos, quaisquer que sejam sua faixa de renda, sua idade ou seu estilo de vida. Para tanto, é necessário implementar ações e projetos de mais de um eixo estratégico que proporcionem a requalificação dos assentamentos precários com habitações dignas de qualidade, ações de regularização fundiária, plano urbanístico com implantação de equipamentos e serviços públicos, mobilidade e acessibilidade para integrar as áreas precárias à cidade, saneamento, e meio ambiente confortável.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) reconhece que 80% dos principais problemas da cidade têm origem nos 856 assentamentos precários, onde residem mais de 40% da população de Fortaleza, numa área de apenas 12% do tamanho total do território, em que se contabiliza a maioria das vítimas de mortes por causas externas e das ocorrências de doenças decorrentes da falta de saneamento. Essas dificuldades podem ser enfrentadas, com maior efetividade, por meio de políticas públicas integradas e focadas nesses territórios, que possam desenvolver ações de moradia digna, infraestrutura domiciliar e oferta adequada de equipamentos e serviços públicos, além de acessar as oportunidades de emprego e renda, proteção social e promoção de uma cultura de paz e segurança do cidadão.

No seu conjunto, esse eixo concentra objetivos de alta prioridade, identificando circunstâncias, contextos, territórios, grupos ou comunidades em que o direito à vida e à cidade estariam sob clara ameaça. Por meio dele, é tentada a redução da intensa desigualdade social e territorial que resulta da formação histórica da cidade, visando ao enfrentamento de três grandes desafios: a precariedade da habitação; a pobreza e desigualdade social; e o alto índice de violência.

As ações necessárias para a consolidação dos objetivos desse eixo passam necessariamente pelas políticas de: habitação, como a construção de casas populares; educação; saúde, assistência social; defesa dos direitos humanos; segurança cidadã; e inclusão produtiva, entre outras, atuando de forma integrada e intersetorial visando à efetiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida, redução da desigualdade territorial e social e integração desta população à sociabilidade urbana. Os principais órgãos responsáveis por essas ações são: Secretaria Municipal da Segurança Cidadã (SESEC), Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF) e Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) e Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas (CPDrogas).

| Área Temática: Segurança Cidadã

Trata-se de uma área temática orientada para a redução da violência e criminalidade, minimização do medo e potencialização da sensação de segurança. Essencialmente, busca preservar os direitos e liberdades cidadãs, oferecer segurança (objetiva e subjetiva) e melhorar a qualidade de vida. As estratégias focam na prevenção para

lidar com os problemas de crime, violência, conflitos urbanos e sensação de insegurança ou medo, sem que isso se dissocie de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais.

A despeito da existência de casos de caráter punitivo para indivíduos, grupos e organizações que praticam crimes ou causam desordem pública, a segurança cidadã assenta-se numa agenda de controle dos fatores de risco e dos fatores de proteção, visando à redução dos primeiros e ampliação dos segundos. O presente plano plurianual objetiva para o quadriênio 2018-2021 a promoção da cultura de paz, segurança cidadã, e proteção do patrimônio público.

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está vivendo uma epidemia de violência, uma vez que se considera epidemia quando os crimes de morte ultrapassam o limite de dez para cada grupo de cem mil habitantes. Fortaleza encontra-se entre as cidades com maior índice de homicídios da população jovem do país dentre as capitais. Segundo o “Mapa da Violência 2016: Homicídio por Arma de Fogo no Brasil”, a capital cearense ocupa o primeiro lugar no *ranking* das capitais com as maiores taxas de morte em 2014 e apresenta uma taxa de homicídios por arma de fogo de 81,5 para cada 100 mil habitantes. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE), o estado registrou 471 assassinatos no mês de maio de 2017, tendo sido 186 a mais que o mesmo período do ano de 2016. Em Fortaleza o aumento da violência foi o mais expressivo, tendo um crescimento de 124% no número de assassinatos.

A PMF, por meio da SESEC e de suas vinculadas, busca a integração das políticas municipais que podem contribuir para o enfrentamento dessa realidade, na medida em que essas, direta ou indiretamente, interferem nos assuntos de segurança pública da cidade. Adicionalmente, a gestão municipal realizará ações programáticas com as finalidades de: promover a colaboração com os governos federal e estadual para priorizar as ações de policiamento investigativo, preventivo e ostensivo, realizadas sob a responsabilidade dos órgãos de segurança dessas esferas de governo; estabelecer ações conjuntas, convênios e parcerias com entidades nacionais ou estrangeiras; contribuir com procedimentos de prevenção, de redução da violência e da criminalidade; e realizar a mediação de conflitos e o respeito aos direitos fundamentais do cidadão de forma a consolidar a cultura de paz e segurança cidadã.

Nesse sentido, encontram-se em andamento e pretende-se uma ampliação das seguintes ações integradas, a saber: 1) segurança escolar; 2) prevenção ao uso de drogas; 3) reinserção social; 4) atenção à saúde da população em situação de rua - “Consultório na Rua”; 5) atuação do Comitê de Políticas sobre Drogas; 6) monitoramento da área turística (vídeo, polícia e guarda) e de áreas comerciais do centro; 7) blitz integrada entre guarda municipal, Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) e Polícia Rodoviária Estadual (PRE); 8) ação de mediação escolar e cultura de paz; 9) Projeto Planeta Limpo; 10) atuação dos agentes comunitários de saúde (Vicente Pinzon e Bom Jardim); e 11) desocupação irregular do espaço público.

Os novos projetos previstos nessa área são a implantação de sistema de videomonitoramento com o uso de *drones* e a integração de câmeras de vigilância privada com as câmeras de segurança pública, do Selo Escola Embaixadora da Paz e do Programa Guarda Infante-Juvenil.

Encontram-se também em fase de desenvolvimento os projetos: 1) ampliação das oportunidades e proteção social da juventude de Fortaleza nas áreas de maior vulnerabilidade com a ampliação da rede CUCA e demais

projetos integrados até 2020, bem como o fortalecimento das estratégias de redução de danos, por meio de capacitação das equipes dos órgãos da PMF envolvidos, sob a responsabilidade da CPDrogas; 2) capacitação em segurança cidadã e mediação de conflitos de servidores públicos e gestores nas áreas de segurança pública e educação; e 3) implantação do programa Escola/Cidade/Família como veículo de construção de uma instituição educacional efetivamente aberta a comunidade, com funcionamento nos fins de semana, que seja fomentadora da participação social, da cultura da paz e da valorização do patrimônio cultural e ambiental.

As metas propostas para o período de 2018-2021 estão em consonância com as seguintes linhas de ação contempladas pelo Plano Fortaleza 2040 para Segurança Cidadã: a) Convivência Cidadã e Controle Social; b) Violência Urbana, Drogas e Delinquências (Trânsito, Homicídios, Juventude e Grupos Vulneráveis; c) Justiça, Mediação de Conflitos e Direitos Humanos, e buscam reforçar a integração e o constante debate entre as várias instituições de Segurança Cidadã e Cultura de Paz.

| Programas Prioritários

- SESEC:

Fortaleza Cidade com Futuro
Proteção e Defesa Civil
Segurança Cidadã em Fortaleza

- AGEFIS:

Fiscalização Integrada
Convivência Urbana

- SCSP:

Infraestrutura Urbana e Viária
Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza
Fortaleza Iluminada

| Área Temática: Habitabilidade e Direito à Cidade

A habitabilidade constitui o alicerce ao direito à cidade. Considerado tema relevante pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), está presente nas agendas das organizações e governos que trabalham em prol da superação das desigualdades sociais e da melhoria de vida dos mais vulneráveis no planeta. O direito à moradia, portanto, está diretamente relacionado ao direito à cidade e integra outros direitos, tais como os culturais, sociais e econômicos.

A informalidade urbana associada às condições precárias de moradia constitui um fenômeno intrinsecamente ligado à produção do espaço urbano da capital cearense. Com a velocidade do processo de urbanização, desde meados do século XX, vinculada aos fluxos migratórios provenientes do Sertão Nordeste, as famílias sem alternativas viáveis de moradia na cidade ocuparam informalmente imóveis públicos e privados em áreas sem infraestrutura. Para ter um lugar na cidade, inúmeras famílias se submeteram e se submetem – para além da falta da propriedade fundiária – a condições insalubres e muitas vezes em situação de risco, como beiras de córregos, mananciais e encostas.

Essa área temática tem suas ações implementadas, principalmente, para atender ao objetivo de promover o direito à moradia digna e acesso a serviços e espaços públicos.

As atuais contradições urbanas identificadas em Fortaleza, que carrega um expressivo déficit habitacional estimado em cerca de 80.000 moradias, não podem ser atribuídas, exclusivamente, à expansão demográfica constatada. Apesar dos avanços ocorridos no último quadriênio, o quadro hoje existente é o resultado explícito de intervenções insuficientemente realizadas por parte do poder público no decorrer das últimas décadas.

O estabelecimento de diretrizes e metas direcionadas não só priorizou, mais recentemente, a redução do déficit habitacional, com a construção de unidades habitacionais, como também investiu esforços na regularização fundiária de assentamentos precários, apresentando resultados positivos tais como: 22 mil famílias beneficiadas com unidades habitacionais, superando em mais de quatro vezes o número de 4.022 unidades entregues nas duas gestões anteriores (2005-2012) e 1.144 unidades habitacionais passaram pelo processo de titularização imobiliária policiando a segurança patrimonial tão almejada pelos seus respectivos proprietários.

Um dos grandes compromissos da gestão, oriundos do plano Fortaleza 2040, constitui a superação das desigualdades sociais e territoriais, principalmente das condições dramáticas das áreas mais precárias da cidade. O referido pacto envolve assegurar a melhoria da habitabilidade a todos os seus cidadãos, quaisquer que sejam sua faixa de renda, idade ou estilo de vida, buscando, no quadriênio 2018-2021, desenvolver ações e projetos de forma articulada e intersetorial de mais de um eixo estratégico, no sentido de proporcionar: a requalificação dos assentamentos precários com habitações dignas de qualidade; as ações de regularização fundiária; plano urbanístico com implantação de equipamentos e serviços públicos; mobilidade e acessibilidade para integrar as áreas precárias à cidade; saneamento, e meio ambiente confortável em termos ambientais.

Destaca-se, nesse contexto, o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) que traz em seu bojo alguns objetivos estratégicos a serem consolidados por meio das ações diretas da HABITAFOR e de forma articulada com as demais políticas públicas que contribuem para a consecução dos mesmos, sendo eles: 1) garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, priorizando programas e projetos para famílias de baixa renda, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população; 2) respeitar o direito da população de permanecer nas áreas ocupadas por assentamentos precários ou em áreas próximas, desde que estejam ambiental e socialmente adequadas, preservando seus vínculos sociais com o território, o entorno e sua inserção na estrutura urbana e considerando a viabilidade econômico-financeira das intervenções; c) promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de políticas e projetos de geração de trabalho e renda, redução dos ônus da moradia para os beneficiários e gestão ambiental, inclusão da população de baixa renda e de grupos sociais vulneráveis.

Ainda integrando o compromisso da gestão, destaca-se a linha de ação “Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais” do Plano Fortaleza 2040, onde se encontram algumas metas importantes para o quadriênio 2018-2021, a saber: a) regulamentação e elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) de até 41 ZEIs tipo 1¹; b) instituição das Comissões Municipais de Urbanização e Legalização – compostas por representantes da Prefeitura e de moradores em 100% dos assentamentos que passarem por intervenções da PMF;

1- As Zonas Especiais de Interesse Social 1 (Zeis 1) são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental.

c) iniciar a promoção de legalização da posse dos assentamentos e suas respectivas unidades habitacionais, preferencialmente nos assentamentos alvo de urbanização.

| Programas Prioritários

- HABITAFOR:

Habitar Bem

Regularização Fundiária de Assentamentos Precários

- IPLANFOR:

Gestão Participativa e Social

Desenvolvimento do Planejamento Municipal

EIXO ESTRATÉGICO II - Cidade Integrada, Acessível e Justa

| Resultado Estratégico: Fortaleza da Mobilidade – Melhoria da forma e acessibilidade urbana

Fortaleza encontra-se fortemente conurbada com os municípios de Caucaia, Maracanaú e Eusébio e, de forma modesta, com os municípios de Itaitinga e Aquiraz, formando um aglomerado urbano que tem uma forte interação diária, principalmente com relação à economia e mobilidade. A capital cearense fez uma transição do modelo de uma cidade com um só centro para uma cidade de múltiplos centros, dispostos em toda a região metropolitana e que convergem para determinadas áreas de dentro da capital, gerando inúmeras consequências negativas. Entre essas, vale destacar, a corrosão do conjunto de atributos típicos da vida em comunidade.

Nesse contexto, é necessário melhorar a forma urbana, integrando o planejamento da mobilidade e acessibilidade ao planejamento urbano, de forma a reduzir os impactos sociais e ambientais, que tomam proporções significativas, segregando radicalmente as pessoas e apresentando desequilíbrio nas ofertas de acesso a oportunidades, que não ocorrem equitativamente nos territórios da cidade.

O eixo estratégico “Cidade Integrada, Acessível e Justa” busca promover indicações urbanísticas no intuito de assegurar uma cidade compacta, acessível e integrada, que possibilite o acesso aos espaços e serviços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal, integrando espaços de convivência, trabalho e serviços, com equipamentos públicos seguros e bem distribuídos e transporte público de qualidade, visando à “melhoria da forma urbana e a acessibilidade”.

Essas indicações do eixo têm como princípio a redução e otimização dos investimentos em mobilidade urbana por meio do aumento do acesso urbano, que se entende ser a presença em toda as regiões da cidade de uso do solo diversificado, mixando habitações, atividades econômicas, serviços públicos, áreas de lazer e, ainda, a inte-

gração destes com o meio ambiente natural, proporcionando uma interação das pessoas.

As principais ações previstas para esse eixo são: realização de intervenções, em parceria com o governo estadual, de ocupação do solo, alterações na forma urbana e mobilidade, a fim de favorecer os corredores de urbanização orientados pelo transporte público de alta capacidade, atentando-se às prioridades estabelecidas no Plano Fortaleza 2040, a exemplo do Metro Sul e Maranguapinho-II Etapa; requalificação dos espaços públicos priorizada visando à democratização da mobilidade e acessibilidade; continuidade de implantação e manutenção de corredores exclusivos de ônibus e a criação de novos binários e ciclofaixas, contribuindo para uma melhor integração dos diversos núcleos econômicos e sociais distribuídos pela cidade; elevação da acessibilidade veicular do Sistema de Transporte Público em ônibus, contribuindo efetivamente para incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho; e melhoria das condições do transporte público, como a implantação de ar condicionado nos veículos coletivos e a requalificação de paradas de ônibus.

A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP) e a Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF) são as principais responsáveis pelas ações a serem desenvolvidas para efetivar diversas intervenções na melhoria da forma e acessibilidade urbana.

| Área Temática: Mobilidade e Acessibilidade Urbana

Para ampliar e democratizar a mobilidade e acessibilidade do fortalezense, inclusive favorecendo a qualificação da circulação viária, o PPA 2018-2021 prevê tanto a continuidade das ações bem sucedidas como a implementação de projetos inovadores relacionados com o tema, enfatizando-se a interdependência existente e a integração necessária entre as políticas de mobilidade urbana e as intervenções propostas para a forma urbana, especialmente as que promovem segurança na acessibilidade aos espaços públicos e maior fluidez na circulação de pessoas, bens e serviços.

A coordenação do elenco dessas ações e intervenções, sob a responsabilidade da SEINF e SCSP, intenta alcançar os seguintes objetivos:

- 1) garantir a expansão, a melhoria e a qualidade da infraestrutura urbana e da malha viária, além de, complementarmente, ampliar o sistema de drenagem e esgotamento sanitário contando com a profícua relação mantida com a Administração Pública Estadual; 2) propiciar a mobilidade urbana sustentável em Fortaleza, por meio do aprimoramento da gestão do transporte urbano, na infraestrutura e no serviço de transporte público em parte da rede, com vistas à integração dos diversos modais e da adequação do espaço urbano em torno dos corredores sob intervenção, nas ações de segurança viárias e ações de fortalecimento institucional; 3) promover a mobilidade e acessibilidade da população em relação ao trânsito, por meio de ações educativas para exercício pleno da cidadania e da sinalização viária, incluindo a implantação e manutenção de equipamentos de fiscalização de multas para reduzir o número de acidentes e outras infrações; 4) assegurar a gestão integral da iluminação pública de Fortaleza, possibilitando a melhoria, ampliação, conservação, manutenção e a implantação de novas tecnologias para a satisfação e segurança da população de Fortaleza relativas à acessibilidade e ao incremento na ocupação dos espaços públicos.

Comparativamente ao passado recente, a cidade de Fortaleza apresenta saltos qualitativos em mobilidade, obras

públicas de infraestrutura, conservação e serviços públicos. O PPA 2018-2021 abrange o desenvolvimento de ações programáticas que visam suportar a gestão municipal na superação do desafio de remover importantes entraves da dinâmica na mobilidade, sempre com o foco e a orientação direcionados à: adoção de medidas preventivas relativas à Educação e Segurança no Trânsito e a Iluminação Pública; e contínua preservação da prioridade tanto para o transporte público (p. ex. corredores exclusivos de ônibus) como para o transporte de baixa ou nenhuma emissão de carbono (p. ex. bicicletários, estações de carros elétricos compartilhados), por meio da requalificação de vias e calçadas, abertura de vias novas, implantação de binários, complementados com importantes transposições através de pontes, túneis e viadutos.

Ademais, a SEINF desempenha um relevante papel no gerenciamento e implementação de programas e projetos de infraestrutura, financiados em grande parte por meio de operações de crédito internas e externas(*)¹, como também pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados com empresas especializadas em termos de consultoria e execução de obras de engenharia.

Adicionalmente à execução do conjunto de ações que culminam na melhoria do transporte coletivo, diminuição do tempo de deslocamento, conferindo qualidade ao trajeto percorrido, pode-se destacar as ações a serem desenvolvidas pela SCSP de ampliação da infraestrutura cicloviária e expansão do projeto Bicicletar, alcançando um maior número de territórios atendidos por estações de bicicletas compartilhadas, inclusive promovendo acréscimos no número de viagens por estação.

No âmbito da SCSP, ressalta-se a adoção de novas tecnologias no Centro Operacional Integrado (COI), implantado na sede da Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza (ETUFOR), que acompanha e monitora as operações do Sistema Integrado de Transporte de Fortaleza, propiciando a tomada de decisões imediatas que necessitem de ações emergenciais.

No sentido de aperfeiçoar os programas inerentes à Área Temática - Mobilidade e Acessibilidade Urbana e aumentar a efetividade das ações, o PPA 2018-2021 propõe o aperfeiçoamento daquelas bem sucedidas e a implantação de inovações, destacando-se:

- ✓ Educação e Segurança do Trânsito – expansão da capacitação da população em ações educativas não limitadas apenas a ensinar regras de circulação, mas também para inspirar e transformar as pessoas em cidadãos comprometidos com a preservação da vida, incorporação permanente de novas tecnologias para a comunicação entre semáforos inteligentes e maior abrangência da implantação das lâmpadas LED em semáforos;
- ✓ Infraestrutura para a Mobilidade Urbana - execução do Plano de Acessibilidade Sustentável de Fortaleza; dos Túneis Longitudinal e Alberto Sá, dos corredores de ônibus nas Avenidas Dedé Brasil e Senador Fernandes Távora e do Viaduto Sobre a BR – 116, ligando Raul Barbosa a Alberto Craveiro; entrega das obras (segunda etapa) dos Corredores de ônibus nas avenidas Paulino Rocha e Alberto Craveiro;
- ✓ Transporte Urbano – incentivo ao uso do transporte coletivo por meio da melhoria do conforto com a elevação da taxa de veículos com ar condicionado e WiFi, implantação de veículos articulados com ar-condicionado e WiFi na 2ª etapa do corredor Antônio Bezerra/Papicu na linha 222 – Antônio Bezerra/Papicu via Antônio Sales, operando nas estações do Corredor Expresso Fortaleza; ampliar as vagas do sistema de Táxi de Fortaleza.

1 - Os programas financiados por operações externas encontram-se identificados na lista de programas finalísticos apresentados a posteriori com (*).

Desse total, 10% serão destinadas a um projeto piloto de Táxi, 100% elétrico; implantação de “motocímetro” para o Sistema de Transporte por Mototáxi; ampliação das Estações do VAMO (Carros Elétricos Compartilhados), do Bicicletar e das Bicicletas Integradas; e ampliação de faixas exclusivas, ciclofaixas e faixas elevadas.

- ✓ Iluminação Pública – substituição de todos os pontos de luz amarela por luz branca, contratando obras para substituir atuais equipamentos obsoletos por outros com luz branca, vapor metálico ou LED, elevando a taxa de modernização para 100% a fim de garantir maior segurança e conforto à população, fomentando a economia e sociabilização das comunidades, que passam a fazer uso dos espaços públicos com maior frequência e regularidade.

| Programas Prioritários

- SEINF:

Infraestrutura Urbana e Viária

Infraestrutura de Equipamentos e Prédios Públicos

Fortaleza Cidade com Futuro (*)

Cidade Sustentável (*)

Infraestrutura em Educação e Saneamento – PROINFRA (*)

Fortalecimento de Inclusão e Redes de Atenção – PROREDES (*)

- SCSP e vinculadas:

Fortaleza Limpa

Infraestrutura Urbana e Viária

Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza

Fortaleza Iluminada

Educação e Segurança no Trânsito

EIXO III - Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar

Resultado estratégico 1: Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Resultado estratégico 2: Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade, fortalecendo a política de direitos humanos

Resultado estratégico 3: Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social, especialmente aos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social.

O eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar” tem como objetivo construir uma cidade em que predominem sentimentos e atitudes do acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, da valorização das suas identidades, do desenvolvimento do sentimento de afeição pela cidade, contribuindo para uma cultura de paz e tolerância, que favoreçam a melhoria da qualidade da população.

A visão de acolhimento intenta transformar Fortaleza em uma cidade com uma população saudável e bem aco-

lhida no sistema de saúde pública, com amplo acesso à saúde pública de qualidade desenvolvendo ações preventivas, com sistema bem estruturado, com ampliada capacidade e eficiência, bem como contando com uma alimentação saudável com apoio de agricultura urbana e reeducação alimentar.

O eixo propõe diversas abordagens para alcançar os resultados pretendidos, destacando as políticas públicas de:

1) saúde e bem-estar da população residente em seus distintos territórios, abrangendo ações preventivas, imediatas e corretivas viabilizando a promoção e atenção à saúde assegurada, socialmente integrada e cujos cidadãos com adicção sejam acolhidos; 2) direitos humanos visando à proteção e defesa dos direitos de grupos vulneráveis, incluindo a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e organizando a assistência social para enfrentar a pobreza e proteger a população em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente a garantia do direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de risco nutricional; 3) atenção à juventude, com ações que disseminem a cultura e o esporte entre os jovens, por meio do acolhimento e apoio a jovens em seu processo de conquista de autonomia, inclusão social e produtiva.

A prioridade dada às medidas preventivas relacionadas com o tema evidencia-se, de modo mais acentuado, com a promoção universal do esporte e lazer, integrados à saúde, ao combate à violência, à educação e à cultura, que conta com o desenvolvimento de ações voltadas para o esporte participação - lazer, integração e saúde pública -, o esporte educacional e o esporte de alto rendimento.

No âmbito da saúde, o PPA 2018-2021 alinha as ações relacionadas com esse eixo tanto às diretrizes do Plano Fortaleza 2040 como aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade de acesso, equidade social, igualdade no cuidado e integralidade da atenção, com efetiva participação e controle social na definição prioridades e destinação de recursos. O Plano reúne ações programáticas visando à oferta de atenção e cuidados de promoção, proteção e recuperação da saúde e qualidade de vida da população, num sistema de saúde público, gratuito, efetivo, eficaz e humanizado, em consonância com os direitos fundamentais da pessoa.

No contexto de transformação da nossa cidade em uma comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade, busca-se a construção de uma sociedade sem preconceito ou discriminação de qualquer tipo, com igualdade de oportunidades e respeito às minorias e aos setores vulneráveis, acolhendo todas as faixas etárias, gêneros, orientações sexuais, raças, etnias e pessoas com deficiência.

Esse processo de transformação demanda o aprimoramento dos diversos avanços já promovidos pela gestão municipal e o desenvolvimento de ações inovadoras, tais como:

- ✓ assistência social, em que se prevê tanto a proteção social básica que promove o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidades sociais, por meio da convivência nos equipamentos especializados ou do serviço domiciliar para pessoas com deficiência e idosos, quanto a proteção social especial, fortalecendo medidas socioeducativas em meio aberto e ampliando os equipamentos públicos especializados para beneficiários de média e alta complexidade;
- ✓ igualdade de oportunidades e respeito às minorias e aos setores vulneráveis (pessoas com deficiência, idosos, mulheres, LGBT's, crianças e adolescentes, grupos raciais historicamente excluídos etc.), agindo para atingir progressivamente a transversalidade plena em todos os serviços públicos na municipalidade, com intérpre-

tes de libras, transporte público e praças com equipamentos adequados visando ao acesso em igualdade de condições.

A atenção à juventude complementa o elenco de abordagens que almejam o alcance dos resultados estratégicos do Eixo III, com foco em: beneficiar pessoas diretamente por Projetos de Protagonismo Juvenil; formar e qualificar profissionalmente o grupo de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos; financiar negócios para jovens de 18 a 29 anos; diminuir a taxa de desocupação de jovens entre 15 a 29 anos; e acompanhar terapêuticamente jovens usuários de drogas.

Os órgãos responsáveis pelas principais intervenções desse eixo são: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SECEL), Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), Departamento Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (PROCON), Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.

| Área Temática: Saúde e Bem-Estar

O PPA 2018-2021 propõe a execução de programas de promoção da saúde e bem-estar dos fortalezenses, de modo a integrar as ações nele previstas sob a responsabilidade dos diversos órgãos da Administração Pública Municipal e articular, coordenar e complementar outras por meio de cooperação tanto com entidades pertencentes às outras esferas públicas (estadual e federal) como organizações representativas da sociedade civil. Os objetivos pretendidos com as ações programáticas dessa área são:

1) promover o bem-estar e a integração social da população; 2) promover e assegurar a atenção à saúde; 3) acolher a população com adicção.

A área temática de Saúde e Bem-Estar contempla ações de incentivo à prática de hábitos saudáveis, proporcionando inúmeros benefícios à saúde e atuando na prevenção da obesidade, doenças cardíacas, diabetes, dislipidemias e várias outras doenças, contribuições essenciais para a formação física e, conseqüentemente, psíquica das pessoas.

Relativamente ao primeiro objetivo, promove-se avanços significativos no ordenamento das atividades nos diferentes espaços públicos como praças, lagoas e novos equipamentos, adequando-os a todas as faixas etárias e necessidades especiais de pessoas com deficiência e pessoas idosas. O presente plano estabelece a continuidade e expansão dos programas que objetivam proporcionar o “empoderamento” dos espaços públicos como: Academia na Comunidade e Atleta Cidadão; as Praças da Juventude, Praças “Amiga da Criança”, “Areninhas”, ciclofaixas, dentre outros, como espaços públicos de valorização do lazer, e do convívio intergeracional, implantados nos diversos bairros da cidade.

Pretende-se disseminar o esporte nas comunidades, que, por vezes, são desprovidas de equipamentos que viabilizem a prática de qualquer atividade desportiva e reduzir a vulnerabilidade e os riscos sociais nos territórios mais pobres, visando à superação da grande diferença entre territórios com altíssimos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros com baixos.

Esse plano plurianual articula ações para intervir, conjuntamente, nos determinantes sociais do processo saúde-

-doença, contemplando as seguintes linhas intersetoriais que favorecem mais diretamente a promoção e atenção à saúde assegurada:

- ✓ envelhecimento saudável da população, condições crônicas não transmissíveis e cuidados paliativos, atendendo-se à acessibilidade funcional, geográfica, social e cultural, assim como ao desenvolvimento de atividades intergeracionais;
- ✓ proteção da gestante e do concepto, reprodução assistida e desenvolvimento da criança na primeira infância;
- ✓ formação profissional, acumulação epidemiológica e transição demográfica, abrangendo gestão de pessoas, acolhimento e ética, informações para tomada de decisões e pesquisa, inovação tecnológica, qualificação em diagnóstico e terapia voltadas para a assistência às necessidades da população;
- ✓ assistência à saúde e organização de serviços, por meio da organização de redes temáticas de atenção, pesquisa, inovação tecnológica em diagnóstico e terapia e gestão do trabalho e educação permanente; e
- ✓ saúde mental, redução de danos e convivência saudável.

No mesmo sentido, propõe-se a ampliação e qualificação dos serviços prestados pelo município fundamentados na organização e implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), arranjos organizativos integrados de ações e serviços de saúde, como estratégia para garantir atenção integral, efetiva e eficaz às populações assistidas, e a construção de vínculos de cooperação e solidariedade entre as equipes e os níveis de gestão do sistema de saúde.

O desenvolvimento dessas ações previstas no PPA 2018-2021 implica em investimentos nas Redes Temáticas municipais de atenção à saúde - Rede Materno-Infantil (Rede Cegonha), Rede de Atenção às Condições Crônicas, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Urgências e Emergências, bem como no sistema de apoio diagnóstico e terapêutico e assistência farmacêutica, sem prejuízo do fortalecimento da Vigilância em Saúde a partir da integração das Vigilâncias (Epidemiológica, Sanitária e Ambiental) e da Saúde do Trabalhador.

A Atenção Primária à Saúde, como um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo, abrange a promoção e a proteção à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, tendo como objetivo desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e na autonomia das pessoas, bem como nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. Dessa forma, consolida-se a principal porta de entrada, responsável por coordenar o caminhar dos usuários pelos outros pontos de Atenção da Rede de Saúde, sendo encontrada nessa área a maior concentração de esforços do município, no sentido de aprimorar o fluxo da atenção à saúde do usuário e potencializar a garantia da integralidade, continuidade, eficiência e eficácia do sistema de saúde.

O enfrentamento à problemática da drogadição em Fortaleza é uma ação realizada de forma integrada e interdisciplinar pela Secretaria Municipal da Saúde e a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas (CPDdrogas), que vêm desenvolvendo ações diversificadas, orientadas para a prevenção, tratamento e reinserção social de adictos em recuperação, por meio de dispositivos que interagem, de forma complementar e funcional, para garantir a atenção integral aos usuários, familiares e rede social implicada.

Como aspecto fundamental, a Política de Atenção Integral aos usuários de álcool, crack e outras drogas adotada reconhece os princípios do SUS; respeita a pluralidade dos modos de vida; busca a redução de danos, bem como a direção de tratamento e a corresponsabilização do usuário pelo seu processo, estando na agenda governamental por meio de uma rede articulada e especializada composta de diversos pontos de atenção e de cuidado sob a responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde, como as unidades de acolhimentos implantadas e as Unidades de Atendimento Psicossocial, de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Juventude.

| Programas Prioritários

- SMS:

Atenção Primária à Saúde Gestão Estratégica e Participativa do SUS
Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Atenção Especializada à Saúde
Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
Assistência Farmacêutica
Vigilância à Saúde
Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)

- CPDrogas:

Atenção e Reinserção Social de Usuários de Drogas e seus Familiares em Situação de Vulnerabilidade
Prevenção ao Uso Indevido de Álcool, Crack e outras Drogas

- SECEL:

Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de Lazer
Programa de Esporte Educacional e Rendimento
Infraestrutura de Esporte e Lazer
Atenção Integral à Pessoa com Deficiência

| Área Temática: Direitos Humanos e Assistência Social

O objetivo de fortalecer a defesa de direitos do cidadão e, por consequência, combater o assistencialismo e a “psicologização”, associado à responsabilidade pública da assistência social como política efetiva de proteção social, traz de forma mais contundente a defesa dos direitos das populações mais vulneráveis. Desse modo, a relação entre a afirmação dos direitos humanos e o exercício da política de assistência social torna-se cada vez mais estreita, visto ambos possuírem o horizonte comum de assegurar que todas as pessoas, independentemente de classe social, sexo, raça, condição física, etnia ou idade, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, devam ser respeitadas e ter os seus direitos reconhecidos, resgatados e efetivados numa perspectiva abrangente.

Essa área temática abrange o atendimento, da forma mais integrada e potencializada, dos seguintes objetivos:

1) proteger e defender os direitos de grupos vulneráveis; 2) promover e defender os direitos de crianças e adolescentes; 3) organizar as ações da assistência social, para garantir direitos, enfrentar a pobreza e proteger à população em situação de vulnerabilidade e risco social; e 4) garantir o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação e risco nutricional.

A despeito da abordagem de integração, as demandas vinculadas à essa área temática não perdem suas especificidades nem a autonomia das ações correlatas. De um lado, a Assistência Social, política pública de seguridade social, reclama para si a responsabilidade de promover o enfrentamento das desigualdades sociais, por meio de um modelo de proteção social não contributivo. De outro lado, a Política Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, com a suas diretrizes e prioridades já definidas no sentido de assegurar direitos e garantias de acesso das pessoas ao exercício da cidadania, tem como alvo atender aos segmentos relativos à pessoa idosa, às mulheres, às crianças, e adolescentes, às pessoas com deficiência, à diversidade sexual e à igualdade étnica e racial, assim favorecer iniciativas direcionados à garantia de defesa dos direitos do consumidor.

Organizado no formato de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as ações a ele inerentes são destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, sendo classificadas, por nível de complexidade, em proteção básica e especial. Essa organização, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), intenta a garantia dos espaços de defesa e atenção dos interesses e das necessidades sociais da população que dela necessita. As ações vêm sendo desenvolvidas por meio dos serviços das Proteções Sociais Básica e Especial, da gestão dos benefícios Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios eventuais, dentre outros prestados pelo município.

Neste contexto, a Proteção Social Básica (PSB) tem por objetivos: prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; e fortalecer vínculos familiares e comunitários, por meio da qualificação do atendimento, ampliação e melhoria da rede física, com a reforma e implantação de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade visa ao atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, negligência, violência, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres vítimas de violência doméstica e sexista, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação de direitos.

Esse plano plurianual contempla a manutenção e possível expansão do número das equipes do Serviço de Abordagem Social dos atendimentos realizados nos Centros POPs e das vagas de acolhimento institucional para pessoa em situação de rua, resultando na inclusão cidadã destes usuários, culturalmente segregados, nas diversas políticas públicas setoriais, como a saúde, a assistência social e cultura.

A política pública de Cidadania e Direitos Humanos se consolida como responsabilidade compartilhada por diversos órgãos e tem por objetivo induzir a construção de uma cidade mais pacífica e tolerante, que busca garantir espaços de participação social para a população e, mais especificamente, para os segmentos historicamente discriminados pela sua condição física ou financeira, sexo, raça, cor, gênero ou orientação sexual. Envolve a formação na área de direitos humanos, desenvolvendo o sentido de coletividade, retirando dos atores participantes a responsabilidade isolada de consciência e de resolução dos diversos níveis de violação de direitos e dos demais problemas sociais específicos, vividos em seu cotidiano.

As ações programáticas de Segurança Alimentar e Nutricional buscam assegurar o direito à alimentação adequada e beneficiam prioritariamente a população em situação de pobreza, extrema pobreza e risco alimentar,

buscando assegurar o direito humano à alimentação adequada por meio do programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O grande desafio é estruturar uma rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos), assegurando o acesso ao alimento saudável de baixo custo para as famílias em situação de pobreza, inscritas no cadastro único de programas sociais e a adoção de iniciativas para o incentivo e apoio à agricultura urbana e periurbana, com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar por meio da produção extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da “agrobiodiversidade”.

| Programas Prioritários

- SDHDS:

Atenção Integral à Pessoa com Deficiência

Promoção da Igualdade Racial

Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Cidadania e Direitos Humanos - Cidadania em Rede

Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT

Atenção Integral Pessoa Idosa

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Proteção Social Básica

Gestão e Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Proteção Social Especial de Alta complexidade

- PROCON:

Proteção e Defesa do Consumidor

- FUNCI:

Promoção dos Direitos e Prevenção de Violações contra Crianças e Adolescentes

Gestão das Unidades do Sistema de Garantia de Direitos

Gestão Executiva e Intersetorial do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza (PMPIF)

| Área Temática: Juventude

O segmento de população jovem - pessoas de 15 a 29 anos - é resultado de um recorte introduzido legalmente para direcionamento das políticas públicas (Estatuto da Juventude), possuindo características bem peculiares. Os jovens entre 15 e 17 anos são menores de idade, sendo também considerados adolescentes, alvos de políticas públicas específicas. Paralelamente, jovens entre 18 e 24 anos se enquadram em um perfil de cuidados sociais especiais por serem jovens adultos, porém ainda em plena formação de responsabilidades sociais e de enquadramento no mercado de trabalho. Por fim, os jovens entre 25 e 29 anos, na maior parte do território, são considerados adultos que devem estar inseridos no mercado de trabalho e, em grande parte, são responsáveis e chefes

de família. Diante do quadro exposto, planejar políticas públicas para este segmento torna-se bastante complexo.

O Censo Demográfico de 2010 revela que 28,4% da população total de Fortaleza está representada por jovens entre 15 e 29 anos, que somavam, à época, 696.154 habitantes. Adicionalmente, ressalta-se o fato de a cidade apresentar grande desigualdade econômica e social, a maioria dos jovens habitar em áreas de baixo IDH, 70,3% deles concluírem o ensino médio e apenas 22,4% constituírem a população economicamente ativa nessa faixa etária. Percebe-se, assim, a existência de um grande grupo de risco de vulnerabilidade composto dos jovens que não estudam e nem trabalham.

Essa constatação conduz a uma atenção especial do poder público para essa faixa da população, no sentido de: prevenir riscos iminentes como a disseminação do uso de drogas, o fortalecimento de ambientes férteis à prática de violência e de atos delituosos; construir oportunidades sob a lógica da produção social, cultural, política e econômica, criando condições mais propícias para reduzir os homicídios de jovens, principais vítimas diretas da violência urbana; e desenvolver o potencial juvenil no mundo prático por meio de conjunto articulado e intersetorial de políticas públicas com foco muito claro, preciso e conectado com os desejos e perspectivas das juventudes.

Neste contexto, os desafios de governar com e para essa população jovem produz muitas inquietações, frustrações, exigências e definições. Faz-se necessário substancial esforço para romper a reprodução cíclica da desigualdade, exclusão e violência no contexto urbano da cidade de Fortaleza. Assim, as políticas voltadas para os jovens requerem avanços na construção da Fortaleza da Juventude, com investimentos em ações e projetos a serem preservados e, se possível, expandidos, tais como o Academia ENEM, levando mais oportunidades de qualificação, emancipação social e política, geração de renda, inserção cultural e esportiva aos jovens, em especial das áreas mais vulneráveis da cidade.

O PPA 2018-2021 contempla ações programáticas a serem desenvolvidas no Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), com destaque para a periferia de Fortaleza, propiciando ações relevantes nas áreas de educação, saúde, arte, cultura, esporte e lazer, qualificação profissional e cidadania e direitos humanos aos jovens beneficiados e também às suas famílias e comunidades do entorno.

Esse plano plurianual prevê a continuidade de projetos importantes como o Integração³ e o Juventude na Onda⁴, além da execução de novos projetos como as Olimpíadas da Juventude e o Viradão Cultural, ampliando os números de atendimento e de jovens beneficiado, por meio da Rede CUCA. Adicionalmente, projetos inovadores serão lançados pela gestão municipal a fim de mobilizar parcela significativa da juventude nas áreas musical, esportiva, ambiental, política, social, artístico-cultural, musical e de inovação tecnológica, em especial, os moradores dos territórios mais vulneráveis de Fortaleza, contando-se com recursos provenientes de operações de crédito externas.

| Programas Prioritários

- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude:

Fortaleza Inclusiva

Programa de Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção - PROREDES

EIXO IV – Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento

Resultado Estratégico: Fortaleza Do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais

o PPA 2018-2021 abrange iniciativas relacionadas ao Eixo Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento que intentam a integração, a produção e o fortalecimento das diversas formas de conhecimento (formal, informal, científico e tecnológico) e a produção de bens culturais, estabelecendo uma relação íntima entre conhecimento, inovação, trabalho e desenvolvimento social. Contempla quatro componentes interligados e complementares: ampliação e melhoria da educação, fortalecimento da educação de jovens e adultos que favorece a sua qualificação profissional, bem como desenvolvimento científico e desenvolvimento cultural da cidade.

O município de Fortaleza tem o complexo desafio de construir espaços para o diálogo das múltiplas culturas que forneceram os princípios da sua composição, originando um conjunto que lhe é próprio e simboliza o patrimônio cultural fortalezense. A cidade também é ponto de convergência de representações provenientes de todo o Ceará, presentes na bagagem dos muitos migrantes que se deslocam para a capital em busca de novas oportunidades.

A Cultura é um vetor estratégico da cidade para se chegar a uma política descentralizada, acessível e impulsionadora do desenvolvimento, criando, assim, uma ambiência social e fortes sinergias criativas, motivadoras da plena exploração de seus saberes, vocações e potencialidades. As ações programadas no plurianual no âmbito da cultura objetivam o aprimoramento das prioridades estabelecidas segundo suas três dimensões: a população em geral e os que visitam Fortaleza; os artistas e demais agentes culturais; e a própria cidade.

Analogamente, almeja-se uma cidade educadora, capaz de promover um processo educativo que contemple a relação com os espaços e os indivíduos do bairro/município, com ampliação da oferta de atendimento em tempo integral, que, em sua essência, seja alegre, atrativa, integrada ao seu contexto e comprometida com a sustentabilidade do planeta, além de cumprir sua função social de desenvolver aprendizagens significativas.

No campo da inovação tecnológica, propõe-se o aprimoramento e desenvolvimento de instrumentos, bem como a execução de ações complementares no sentido de tornar Fortaleza uma cidade inteligente, que busca qualificar a oferta de serviços de informação e tecnologia à cidade, nos quesitos: inovação e transparência; acesso universal à Informação; participação social, eficiência e eficácia no gerenciamento da cidade.

Os principais órgãos responsáveis pelas ações a serem realizadas são: Secretaria da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), Secretaria Municipal da Educação (SME) e Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (CITINOVA).

| Área Temática: Educação, Conhecimento e Inovação

O PPA 2018-2021 propõe o aprimoramento das ações direcionadas à: melhoria da qualidade dos serviços ofertados no campos da Educação formal em seus diversos níveis de Ensino; coordenação e integração desses serviços

com as iniciativas que favoreçam a aquisição de conhecimento por processos informais. Ademais, busca-se a geração de conhecimento em prol da transformação de Fortaleza em uma cidade que proponha soluções criativas e inovadoras para a superação de seus principais desafios.

Os principais objetivos envolvidos com essa área temática são:

- ✓ fortalecer uma ambiência social criativa com ampla manifestação cultural e democratização do acesso;
- ✓ ofertar educação pública de qualidade, ampliando os avanços obtidos nos índices de desempenho escolar;
- ✓ induzir e propiciar ambiência favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a ampliação do acesso à rede Internet por parte da população, por meio da promoção e inovação do mercado e retenção de talentos.

O elenco de intervenções dessa área temática inclui: o apoio a diversos eventos culturais durante o ano, na cidade; o desenvolvimento de projetos culturais dentro das escolas; o aumento das estruturas e de vagas no sistema educacional; e o desenvolvimentos de projetos de inovação na cidade, como os bairros criativos e os sistemas informatizados de auxílio aos usuários dos serviços públicos de Fortaleza.

No campo da cultura, esse plano plurianual prevê as seguintes atividades: promoção de cursos de formação para o patrimônio, assim como cursos de formação em cultura e arte na Vila das Artes e equipamentos; realização de cursos de formação em atividades circenses; elaboração de inventário do patrimônio de Fortaleza; programação em bibliotecas; publicação de volumes da coleção Fortaleza Grande; manutenção das bibliotecas públicas; promoção de eventos de ações permanentes de cultura; ocupação das praças públicas em bairros de Fortaleza, com ações de arte e cultura; lançamento de editais de apoio às produções artísticas; realização de feiras e mostras para fomento da economia criativa; e implementação de projetos o no âmbito do Turismo Cultural.

No sentido de aperfeiçoar os programas no âmbito da educação formal e aumentar a efetividade das ações a ela inerentes, o PPA 2018-2021 propõe o aperfeiçoamento daquelas bem sucedidas e a implantação de inovações, que visam à elevação da Taxa de Permanência do Aluno na escola (TPDA); melhoria contínua no desempenho da rede municipal nas avaliações realizadas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), por meio do SPAECE; redução das taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade, de Evasão Escolar nas séries do Ensino Fundamental II.

No mesmo âmbito, esse plano contempla ações complementares para: a manutenção da escola com currículo reconceptualizado à luz da Base Nacional Curricular Comum (BNCC); a implantação de Escola Empreendedora, Eficaz e Embaixadora da Paz; o aumento da oferta de Centros de Educação Infantil (CEI); a formação continuada dos profissionais da educação, bem como o reconhecimento por efetividade no seu desempenho; o redimensionamento da EJA nos aspectos pedagógicos e na perspectiva da economia criativa; e a ampliação do Programa de Educação Integral em desenvolvimento, inclusive com aumento do número de Escolas de Tempo Integral em funcionamento e de matrículas em Educação de Tempo Integral (ETI).

O processo de indução ao desenvolvimento tecnológico da cidade traduz-se nas ações propostas nesse plano plurianual, intentando incentivar a participação de cientistas, alunos e especialistas de instituições de renome mundial e visando à melhoria das condições da vida urbana e solução das questões prementes de Fortaleza.

Tornar-se uma cidade inteligente e inovadora é ser capaz de produzir e usar o conhecimento para a melhoria do bem-estar de seus habitantes, constituindo-se no habitat de pessoas que encontram as condições adequadas para viver e desenvolver seus projetos e negócios, estimular e potencializar o conhecimento, os valores, os talentos, a criatividade e a inovação em suas diversas acepções.

| Programas prioritários

- SECULTFOR:

Promoção da Formação para o Patrimônio, a Cultura e as Artes
Valorização, Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural
Promoção de Políticas do Livro, da Leitura, da Literatura e Biblioteca
Apoio à Criação, Difusão e Fomento à Cultura
Apoio à Economia e Produção Criativas

- SME:

Desenvolvimento da Educação Infantil
Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Educação de Jovens e Adultos
Desenvolvimento da Política de Educação em Tempo Integral

- CITINOVA:

Fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação na Cidade
Promoção da Inovação na Gestão Pública

EIXO V – QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

| Resultado Estratégico: Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do Meio Ambiente assegurada

O território de Fortaleza engloba um complexo mosaico de sistemas ambientais, que possui diversos rios perenes e semiperenes e uma grande variedade de corpos lânticos. Boa parte desses corpos hídricos existentes na capital cearense vem sofrendo, historicamente, um processo de degradação acarretado pelos usos inadequados das áreas urbanas. Com relação à área verde, em 2012, essa representava 2,7 metros quadrados por habitante, menos de uma quarta parte do nível recomendado pela Organização Mundial da Saúde e, atualmente, de acordo com dados oficiais, representam 6,7% da área total, número ainda insuficiente para a manutenção da qualidade de vida em Fortaleza.

Diante do contexto, os desafios impostos à gestão pública exigem a política continuada de adotar práticas de planejamento que assegurem a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente com atenção especial para as questões de saneamento, qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos e geração de energia limpa e renovável na cidade. Esses desafios são, então, os objetivos do eixo “Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais”.

As principais ações do eixo são: a ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário e de drenagem das águas pluviais; o melhor tratamento dos resíduos sólidos da cidade; o uso sustentável dos recursos hídricos por meio do monitoramento dos mesmos; e as atividades que promovem educação ambiental. Além disso, o enfrentamento da degradação ambiental deve articular ações de ciência, tecnologia e inovação, desenvolvendo tecnologias que moderam a pressão antrópica das atividades produtivas e permitem o uso sustentável dos recursos naturais, de saneamento, e, principalmente, da coleta seletiva de resíduos.

As principais responsáveis por esse conjunto de medidas são a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e a Autarquia de Paisagismo e Urbanismo de Fortaleza (URBFOR).

| Área Temática: Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica

Os sistemas ambientais que estão presentes em Fortaleza se apresentam em três grandes regiões naturais: litoral, superfícies pré-litorâneas e planícies de acumulação. O planejamento e a gestão da cidade deverão garantir o melhor aproveitamento das potencialidades do território, respeitando as suas limitações naturais e garantindo o desenvolvimento sustentável, bem como fazer um melhor ordenamento da cidade.

A ocupação desordenada do solo da cidade vem ocasionando uma série de problemas urbanísticos, vulnerabilidades e riscos ambientais, tais como: enchentes, inundações, contaminação do lençol freático e do solo pelo despejo de resíduos. A cidade exibe, ainda, grandes contrastes sociais e econômicos, que se refletem no difícil acesso à educação e moradia, assim como na infraestrutura urbana precária em grande parte dos bairros, especialmente o saneamento básico, que se encontra distribuído irregularmente ao longo da área urbana.

De acordo com o conceito instituído pela Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), o saneamento básico é constituído de quatro serviços essenciais e que impactam diretamente na qualidade de vida, sobretudo na saúde pública, devendo ser geridos de maneira integrada, quais sejam: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais.

Nesse sentido, a SEUMA, que tem como atribuições o planejamento, ordenamento e controle do ambiente natural (envolvendo os recursos naturais presentes na cidade, como corpos hídricos, solo e subsolo, fauna e flora) e do ambiente construído (composto de edificações, saneamento básico, áreas de mobilidade e as de uso comum da população), tem como objetivos centrais: assegurar o efetivo planejamento, controle e ordenamento urbano e ambiental, a função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade; e preservar e conservar o patrimônio natural e cultural.

Em ações como a atualização da Lei de Usos e Ocupação do Solo (Lei 7.987/96) e do Código de Obras e Posturas do Município (Lei 5.530/81), a secretaria busca contribuir com a dinamização da economia, promovendo e ampliando a inclusão produtiva das populações em novas áreas de Fortaleza, ao reduzir os deslocamentos e permitir o adensamento de áreas residenciais pouco exploradas.

Alguns resultados podem ser apontados na gestão dos ambientais naturais, tais como: o incremento de 1.005% de árvores, entre 2013 e 2016; 90.067 novas mudas plantadas/doadas com os projetos; e a ampliação da delimitação das Zonas de Preservação Ambiental, aumentando a cobertura vegetal de Fortaleza. Com a implantação

do sistema “Fortaleza Online”, que já oferece serviços ligados à SEUMA, pode-se verificar o aprimoramento no controle urbano-ambiental, com a expansão da emissão de autorizações e licenças, a efetividade da fiscalização e o aumento na arrecadação. Com esse recurso digital, o alvará poderá ser emitido em até 48 horas, contribuindo para o fomento de novos empreendedores, menos burocracia na gestão pública e na geração de emprego e renda. Durante o período de 2013 a 2016 foram protocolados 2.886 processos relacionados à construção de empreendimentos e emitidos 1.870 alvarás de construção, um desempenho de 64,8% de resolutividade na emissão do documento.

Em 2016, destacaram-se as seguintes ações municipais na área do saneamento ambiental: interligação à rede de esgoto de 872 imóveis, em virtude das ações de fiscalização que geraram um total de 1.391 autos de infrações; 649 vistorias de estações de tratamento de esgoto (ETE) de um total de 920 ETES; desobstrução e limpeza de bocas de lobo com a retirada de 562 mil toneladas de resíduos; e a limpeza de canais realizada de forma mecânica com a retirada de 23.264 toneladas de resíduos.

Adicionalmente, a SEUMA, em parceria com ACFOR, Secretarias Regionais, ECOFOR e a Rede Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis, desenvolve, desde 2015, o Programa “Reciclando Atitudes”, para uso e gestão compartilhada dos centros de triagem de materiais recicláveis e outras ações de coleta seletiva da cidade. Entre as ações, destacam-se a coleta de materiais recicláveis e de óleo de cozinha e a instalação de Ecopontos (22 já estão em funcionamento e mais 40 serão instalados pela SEUMA nos diversos bairros da cidade).

Para o quadriênio 2018-2021, alguns desafios se apresentam como oportunidades que favorecem ações e políticas integradas, buscando assegurar o direito à cidade e a qualidade de vida da população de Fortaleza. De acordo com o Plano Fortaleza 2040, a cidade deverá ser um modelo no que concerne às políticas públicas relativas ao meio ambiente. A partir dos processos de planejamento e gestão urbana, o governo municipal assume seu papel de liderar as políticas e programas de conservação, preservação, sustentabilidade e resiliência ambiental, promovendo um eficiente, equilibrado e justo tratamento dos recursos naturais da cidade.

Entre os desafios que se evidenciam na área de meio ambiente, ressalta-se: a mudança da cultura ambiental da população, por meio de programas educativos; a recuperação das áreas degradadas; o aumento da fiscalização ambiental; a redução dos pontos de depósito de resíduos inadequados; o incremento do percentual de utilização de resíduos orgânicos e da coleta seletiva para reciclagem de resíduos inorgânicos; a redefinição da matriz energética; a diminuição dos gases de efeito estufa; a ampliação e preservação da área verde da cidade; a universalização do serviço de esgotamento sanitário; a execução de programas de recuperação da qualidade das águas de Fortaleza e de áreas degradadas pelo aterramento de lagoas.

De forma a mitigar as problemáticas ambientais, Fortaleza deverá, de forma intersetorial, implementar projetos de recuperação e ampliação das áreas verdes, realizando o aproveitamento dos resíduos recicláveis com grande potencial de negócio, mudanças no padrão urbanístico e a remodelação do sistema de transporte público, assim como a ampliação distributiva de geradores de energia, com a utilização de energia elétrica solar e a energia produzida através dos resíduos sólidos.

Enfim, a visão de futuro do Fortaleza 2040 aponta para uma capital como uma cidade-modelo com relação às políticas públicas de meio ambiente, promovendo um eficiente, equilibrado e justo tratamento dos recursos na-

turais da cidade, e, ao mesmo tempo, ofertando condições adequadas de vivência em um meio ambiente sadio, seguro e equilibrado. Para tanto, aposta-se na promoção da eficiência energética, da qualidade do ar e na baixa pegada de carbono, além do uso sustentável dos recursos hídricos. A cidade inovadora ampliará seu arsenal tecnológico para consolidar sua resiliência às secas, garantindo a segurança hídrica quantitativa, qualitativa e regular, por meio da integração de fontes tradicionais e alternativas de água.

Para a obtenção de melhores resultados nessa área temática, o PPA 2018-2021 contempla diversas ações a serem desenvolvidas ao longo dos quatro anos de sua vigência, destacando-se:

- ✓ controle do ambiente natural e construído, regulando-se as diversas atividades por meio de alvarás e licenciamentos;
- ✓ sustentabilidade do ambiente natural, com o plantio de mudas, manutenção de diversos parques na cidade, monitoramento de corpos hídricos e uma contínua capacitação de pessoas na área de educação ambiental;
- ✓ melhoria na coleta de resíduos sólidos urbanos e na coleta seletiva por meio da manutenção de ecopontos.

| Programas Prioritários

- URBFOR:

Parques Urbanos Temáticos

Sustentabilidade do Ambiente Natural

- SEUMA:

Planejamento do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

Controle do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

Cidade Sustentável

Sustentabilidade do Ambiente Natural

Sustentabilidade do Ambiente Construído

- SCSP:

Fortaleza Limpa

Vigilância à Saúde

EIXO ESTRATÉGICO VI – Dinamização Econômica e Inclusão Produtiva

| Resultado Estratégico: Fortaleza Produtiva e Inovadora – desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado

Embora seja umas das principais economias do país, possuindo o décimo segundo maior PIB do Brasil e o maior do Nordeste, a capital cearense possui um nível de competitividade ainda baixo, inferior, por exemplo, ao do Recife e de Salvador, conforme se constata por meio do Índice de Cidades Empreendedoras da Endeavor (2016). De acordo com esse indicador, os principais fatores responsáveis pelo desempenho competitivo insatisfatório são: o ambiente regulatório desfavorável, a defasagem na infraestrutura e o modesto nível de educação da população.

A alta taxa de informalidade e a baixa média salarial nos empregos formais são outros fatores que merecem atenção. Em 2010, 23,6% da população ocupada da cidade não tinha carteira assinada, e 22,8% era formada por trabalhadores por conta própria e empregados informais, totalizando 46,4% da população ocupada na informalidade. Esse nível é bem superior ao registrado no Recife (41,5%) e em Salvador (38,7%). Por outro lado, em relação à remuneração no mercado formal, em dezembro de 2015, Fortaleza apresentou a pior média salarial paga nos empregos formais, dentre as capitais brasileiras, no valor de R\$ 2.218,21. Entre 2010 e 2015, o indicador registrou um crescimento real de apenas 7,74%, o 18º entre as capitais.

Nesse contexto, o eixo estratégico “Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva” busca o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando fortalecimento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda e ampliação da inclusão produtiva para promover o “Desenvolvimento Econômico Sustentável, Solidário, Competitivo e Dinamizado”. As metas gerais do eixo tratam diretamente de resultados econômicos que são mensuráveis por indicadores previamente definidos, conforme apresentado na matriz estratégica. Dentre as ações previstas, destacam-se: capacitação de cidadãos para o mercado de trabalho; requalificação dos corredores turísticos e gastronômicos; investimentos em áreas de potencial econômico, como a atividade turística; promoção da inovação; e apoio ao micro e pequeno empreendedor. As principais responsáveis por essas intervenções são a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) e a Secretaria Municipal do Turismo (SETFOR).

| Área Temática: Desenvolvimento Econômico

Intentando promover a “Fortaleza Produtiva e Inovadora”, essa área temática contempla dois grandes objetivos estratégicos:

- 1) fomentar a exploração das vocações e potencialidades econômicas do município na perspectiva de originar soluções produtivas, criativas e inovadoras; e 2) promover a Inclusão Produtiva por meio de formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Para que seja possível alcançar os resultados almejados, mostra-se necessária a combinação de ações que levem ao aumento da competitividade sistêmica da cidade. Assim, o desenvolvimento de alguns setores específicos da

economia de Fortaleza, pelo seu protagonismo e/ou potencial, revela-se como fundamental, são eles: a Economia do Mar, a Economia Criativa e o Turismo.

Apesar de sediar instituições, universidades e laboratórios voltados ao estudo do mar, a cidade não tem tradição no uso e aproveitamento econômico do conhecimento gerado para a exploração e exploração marinha, tampouco no uso sustentável da costa. Além disso, ainda não há consciência da importância da preservação do meio ambiente e do planejamento para o crescimento ordenado. Os desafios relacionados à Economia do Mar exigem, portanto, ações direcionadas à promoção do melhor aproveitamento das potencialidades locais e à educação ambiental.

Em relação ao Turismo, não obstante a capital cearense se destacar nessa atividade, ainda existem problemas em relação à infraestrutura de apoio. São muitos os desafios para promover a hospitalidade, relacionados a problemas de segurança pública e de carências urbanas. Apesar dos investimentos, os destinos turísticos cearenses, inclusive Fortaleza, apresentam oferta de infraestrutura de apoio ao turismo precária, os serviços urbanos básicos são deficientes e o sentimento de insegurança é difuso na cidade. Adicionalmente, a área de transporte urbano carece de mais transformações, mesmo considerando ter havido grandes melhorias através de iniciativas tais como terminais integrados de transporte coletivo, implantação do serviço de bicicletas compartilhadas e criação de ciclovias.

A Economia Criativa, por sua vez, surge como atividade de grande potencial para a capital cearense. Esse segmento favorece a criação de empregos e a inclusão social, em função dos amplos complexos produtivos oriundos dos setores criativos. Embora ainda não exista uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento desse setor, a cidade demonstra uma grande aptidão para atividades associadas ao design de moda, à gastronomia, à música e ao artesanato.

Dessa forma, o PPA 2018-2021 propõe a continuidade e implementação de ações direcionadas ao desenvolvimento do turismo e ao melhor aproveitamento dos recursos ambientais. Ademais, busca-se a disseminação da cultura empreendedora, implementando e ampliando o apoio às micro e pequenas empresas, aos empreendedores individuais, aos empreendimentos da economia criativa, solidária e do artesanato, com o objetivo de possibilitar uma maior organização, competitividade e sustentabilidade dos negócios por meio do incentivo à formalização dos empreendimentos, à oferta de capacitação técnica e gerencial, à prestação do serviço de consultoria, ao apoio à comercialização e ao acesso ao microcrédito.

A coordenação dessas ações, sob a responsabilidade da SDE e da SETFOR, intenta alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar o potencial turístico e a competitividade por meio do aperfeiçoamento da infraestrutura urbana e da valorização dos recursos naturais, culturais e históricos;
- ✓ integrar a infraestrutura turística com os diversos setores da economia da cidade, gerando emprego e renda, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística;
- ✓ fomentar e apoiar o empreendedorismo na perspectiva de melhorar a gestão e os resultados dos empreendimentos;

- ✓ realizar ações de atração de investimentos e promover a indução de polos estruturantes;
- ✓ desenvolver as competências humanas e profissionais da população por meio de ações de qualificação profissional e geração de trabalho, emprego e renda;
- ✓ ampliar a infraestrutura turística, complementando as ações necessárias para desenvolver a atividade turística de forma sustentável;
- ✓ desenvolver e promover o município de Fortaleza no mercado nacional e internacional visando o aumento do PIB da cidade; e
- ✓ organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística a serem implantadas, de forma que o turismo represente uma alternativa econômica geradora de emprego e renda.

| Programas Prioritários

- SDE:

Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios
 Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes
 Fortaleza Cidade com Futuro
 Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda

- SETFOR:

Prodetur Nacional – Fortaleza
 Fortaleza Cidade com Futuro
 Desenvolvimento e Promoção do Turismo
 Valorização e Ampliação da Infraestrutura e Atividade Turística de Fortaleza - PROVATUR

EIXO ESTRATÉGICO VII – Governança Municipal

| Resultado Estratégico: Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco na ação acolhedora das prioridades da população, com equilíbrio fiscal e transparência

Possibilitar uma maior aproximação entre sociedade civil e Administração Pública, trabalhando a participação social como uma metodologia de governo por meio do estabelecimento da gestão participativa baseada na transparência, prestação de contas e diálogo, é uma das estratégias implementadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). A atual administração reconhece a relevância da contribuição dos cidadãos para a promover a inclusão social, o respeito à diversidade, a cooperação e a construção da cidadania.

Adicionalmente, entende-se que, no processo de construção coletiva da Governança Municipal, se faz necessária a qualificação da participação da sociedade, expandindo sua habilidade de intervir nas decisões da gestão por meio do trabalho dos Conselhos de Políticas Públicas e de outros órgãos colegiados de colaboração popular. É indispensável também a realização de conferências, mesas de diálogos, fóruns, audiências e consultas públicas, bem como a implementação de ouvidorias e ambientes virtuais voltados ao fortalecimento do diálogo direto

entre governo e sociedade. Esse conjunto de instrumentos deve propiciar a participação e o controle social focados: no monitoramento e na avaliação de políticas públicas; no funcionamento e na melhoria da qualidade dos serviços; na efetividade alocativa dos recursos; na eficiência e no compromisso dos servidores. Nesse contexto, a estrutura institucional tem um papel preponderante no sistema de governança, já que a municipalidade necessita estar qualificada para garantir o relacionamento entre os atores envolvidos.

O eixo estratégico “Governança Municipal” busca promover a melhoria da relação Estado-Sociedade, bem como criar e o fortalecer os espaços públicos de participação e controle para que a sociedade possa auxiliar o Poder Público a promover a redução das desigualdades e a inclusão social. Dentre as ações que visam suscitar a “Fortaleza Planejada e Participativa”, destacam-se: o investimento em plataformas de contato com os cidadãos; o desenvolvimento de auditorias e controles internos; e a modernização na gestão de compras, objetivando a maior transparência nos processos. A Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), Secretaria das Finanças (SEFIN), a Secretaria de Governo (SEGOV), o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a Controladoria e Ouvidoria Geral do Município (CGM) e a Coordenadoria Especial de Participação Social (CEPS) são as principais responsáveis por essas intervenções.

| Área Temática: Planejamento e Gestão

A partir de 2013, a PMF iniciou o processo de instauração do modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR), bem como a implementação da cultura de planejamento de curto, médio e longo prazo no âmbito da Governança Municipal. Essas iniciativas vêm transformando a Administração Pública, uma vez que esse novo modo de gerir passa a dar ênfase ao objetivo final da ação governamental, ou seja, aos impactos e benefícios sobre a vida da população e não mais aos aspectos burocráticos e operacionais da gestão tradicional, que se condicionava aos produtos entregues e fazia do governo um fim em si mesmo.

Romper com a inércia e a cultura de continuísmo de ações e projetos pautados em visão de curto prazo, sem qualquer alinhamento com planos ou perspectivas continuadas, é um dos desafios enfrentados pela atual administração. Nesse sentido, adotou-se uma série de medidas tais como: a instalação e estruturação do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor); a criação do Plano Fortaleza 2040; a institucionalização da carreira de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão; a criação da Rede de Planejamento e a adoção do Sistema de Monitoramento de Ações de Projetos Prioritários de Fortaleza (MAPPFOR).

A busca por soluções que garantam a eficiência da gestão pública é um caminho repleto de desafios, envolvendo diversas vertentes. Uma Gestão Pública Municipal compartilhada, democrática, eficiente e efetiva, com políticas públicas planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas de forma integrada é o que se busca com a adoção do modelo GPR.

Essa área temática possui o objetivo estratégico de dotar a Administração Pública com mecanismos que assegurem o cumprimento das exigências legais, administrativas e fiscais, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores ofertas de serviços à sociedade.

Nesse sentido, o PPA 2018-2021 propõe a continuidade e implementação de ações direcionadas à melhoria da

Governança Municipal. Ademais, busca-se a geração de conhecimento em prol da transformação de Fortaleza em uma cidade de oportunidades, mais justa e acolhedora. A coordenação dessas ações, sob a responsabilidade, principalmente, da SEPOG, da SEFIN, da SEGOV e do IPLANFOR, possui a intenção de:

- ✓ promover, de forma eficiente e eficaz, o controle da legalidade, transparência e ouvidoria da administração municipal;
- ✓ desenvolver e implementar sistemas e políticas de gestão dos recursos logísticos e de serviços compartilhados, na busca por melhoria da qualidade dos serviços prestados e otimização do gasto público; e
- ✓ coordenar a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento, consolidando no município a prática do planejamento governamental

| Programas prioritários

- SEFIN e vinculada:

Modernização Administrativa e Fiscal do Município
Programa de Fortalecimento do Fisco

- SEPOG e vinculadas:

Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação
Modernização da Gestão de Recursos Logísticos e Serviços Compartilhados
Gestão de Patrimônio
Desenvolvimento do Planejamento Municipal
Modernização Administrativa da Gestão Municipal

- SEGOV:

Comunicação Institucional e Apoio as Políticas Públicas
Gestão do Conhecimento

- IPLANFOR:

Gestão do Conhecimento
Gestão Participativa e Social
Desenvolvimento do Planejamento Municipal

| Área Temática: Participação e Controle Social

A transformação de Fortaleza em uma cidade proprietária de um elevado nível de planejamento participativo requer uma Governança Municipal pautada em políticas que promovam a justiça social, a participação e controle social, a redução das desigualdades, inclusive entre territórios e bairros, garantindo, ainda, os princípios de transparência e economicidade.

Nessa perspectiva, a gestão municipal intenta possibilitar, no quadriênio 2018-2021, uma participação mais qua-

lificada da sociedade, ampliando sua capacidade de interferir nas decisões da gestão, fortalecendo do diálogo direto entre Governo e Sociedade.

Como órgão incumbido de incentivar e ampliar a participação da sociedade no âmbito de programas e políticas públicas e consolidar a construção de processos educativos e formativos dirigidos à participação social, a CEPS tem como finalidade possibilitar uma maior aproximação entre sociedade civil e governo, promovendo espaços de diálogo e proporcionando condições favoráveis ao debate e à formulação de políticas verdadeiramente públicas.

Nesse sentido, trabalha-se a cooperação das comunidades como uma relevante diretriz de governo, por meio do estabelecimento de uma gestão participativa nas políticas e instituições públicas, baseadas na transparência, prestação de contas e diálogo social em todas as áreas de atuação. Essa estratégia implementada pela PMF reconhece a participação social como impulsionadora da inclusão social, da promoção da tolerância e do respeito à diversidade, cooperação e construção de valores de cidadania. Assim, entende-se o planejamento participativo como uma construção coletiva com forte poder de interferir na realidade.

Além da realização dos Ciclos de Planejamento Participativo, que, a cada ano, vêm melhor qualificando a participação - resultado expresso na ampliação de 138% na quantidade de propostas apresentadas e de 247% no número de propostas eleitas no período de 2014 a 2016 para os projetos de Lei Orçamentária Anual - foram implementados outros instrumentos e iniciativas, tais como: o Sistema de Participação Social para Governança Municipal, o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal dos Usuários do Transporte Coletivo Urbano; o Comitê Técnico Intersetorial e Participativo das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e um amplo leque de instâncias colegiadas, composto por 285 conselhos escolares, 112 locais de saúde, oito conselhos tutelares, seis conselhos regionais de saúde e 30 conselhos municipais de políticas públicas. Além dessas instituições, a Coordenadoria Especial de Participação Social implementou os Agentes de Cidadania e Controle Social - interlocutores diretos das comunidades - e o Conselheiros Municipais de Planejamento Participativo.

Esse modelo inicia a promoção da participação mais direta da população, no que se refere à identificação das prioridades locais, poderá evoluir para uma governança mais efetiva do território por meio da organização de conselhos territoriais, visando à deliberação, o acompanhamento e o monitoramento das políticas, programas e ações.

Percebe-se que a construção da Governança Municipal já se encontra em andamento, a despeito do reconhecimento da existência dos diversos desafios a serem enfrentados para a consolidação da participação e controle social, tais como: o descrédito da sociedade em relação à gestão participativa; a descontinuidade das estratégias e dos canais de interlocução; e a ausência de formação continuada para os conselheiros. Não haverá adequada evolução desse processo sem a articulação dos cidadãos em torno de uma causa pública comum, em espaços de participação institucionalizados e/ou legitimamente reconhecidos, buscando-se, de forma compartilhada, conduzir as decisões e as ações públicas.

Tomando por base a visão de futuro do Plano Fortaleza 2040, as instâncias de Participação e Controle Social têm como objetivo garantir a representação dos diversos segmentos sociais para participar ativamente do planejamento de curto, médio e longo prazo, tanto na etapa da formulação como nas

demais etapas da implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, observando-se, sempre, a transversalidade e a necessária integração entre as referidas políticas.

Dentre as ações que se direcionam ao incremento da participação e controle social na gestão pública municipal estão definidas:

- ✓ aprovação e implementação da Lei da Política Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ expansão do número das Câmaras Setoriais e dos Fóruns Setoriais,
- ✓ criação e pleno funcionamento do Sistema Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ ampliação das instâncias e instrumentos de participação e gestão previstos na Política Municipal de Participação e Controle Social;
- ✓ órgãos municipais contando com agentes públicos capacitados e integrados à cultura da governança;
- ✓ capacitação dos conselheiros, das entidades representativas da sociedade civil e dos agentes de cidadania visando à efetiva atuação no desempenho das atribuições previstas nos diferentes canais de participação e controle social;
- ✓ proposições oriundas das diferentes instâncias de participação social inseridas no contexto do território e/ou das políticas setoriais estimulando o interesse coletivo;
- ✓ estabelecimento e cumprimento do percentual mínimo de ações propostas para a cidade, pelos canais de participação social assumidos, geridos e executados de forma compartilhada e/ou autônoma por entidades da sociedade civil ou da iniciativa privada;
- ✓ conjunto dos programas, projetos e ações do poder público municipal monitorados de forma acessível e transparente pelas instâncias de participação e controle social e pela sociedade em geral.

| Programas prioritários

- **SEGOV:**

Comunicação Institucional e Apoio as Políticas Públicas
Gestão de eventos governamentais

- **IPLANFOR:**

Gestão participativa e social
Desenvolvimento do planejamento municipal
Gestão do conhecimento

- **CGM:**

Controle interno preventivo e auditoria governamental
Transparência: ouvidoria, participação e controle social

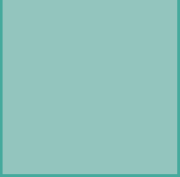
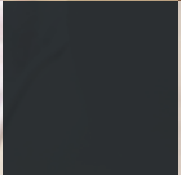
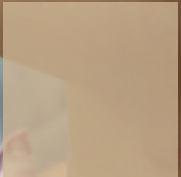
- **CEPS:**

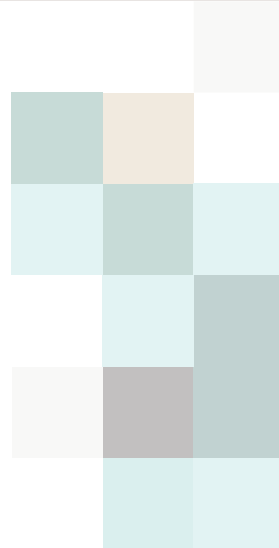
Gestão participativa e social

Programas / Órgãos

INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER
OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA
ATENÇÃO INTEGRAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ORDENAMENTO DOS ESPAÇOS URBANOS
FORTALEZA LIMPA
PARQUES URBANOS TEMÁTICOS
FORTALEZA INCLUSIVA
GESTÃO DE PESSOAS E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES
SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL E DO AMBIENTE CONSTRUÍDO
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DO MUNICÍPIO
GESTÃO PARTICIPATIVA E SOCIAL
INFRAESTRUTURA URBANA E VIÁRIA
TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE FORTALEZA
FORTALEZA CIDADE COM FUTURO
DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
SEGURANÇA CIDADÃ EM FORTALEZA
VALORIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E ATIVIDADE TURÍSTICA DE FORTALEZA - PROVATUR
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE ATENÇÃO - PROREDES
CIDADE SUSTENTÁVEL

SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI	SERCE	GABINETE DO PREFEITO			GVP	SEGOV	PGM		CGM	SESEC		SEPOG			SCSP				SEFIN	SME	SMS	SDE	SEINF	SEUMA			SECEL	SETFOR	SDHDS			SECULTFOR	TOTAL DE ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	
							CEPPJ	IPLANFOR	AGEFIS			CEPS	FAPGM		ACFOR	SESEC	GMFOR	SEPOG	IMPARH	IPM-PREVFOR	IPM-SAÚDE	SCSP	AMC		URBFOR	FUNLIMP			FME	FMS	SEUMA			FUNDEMA	FUNDURB	SDHDS			FUNC
																																							8
																																							10
																																							3
																																							7
																																							7
																																							2
																																							2
																																							24
																																							3
																																							2
																																							2
																																							2
																																							2
																																							5
																																							2
																																							3
																																							2
																																							4
																																							2





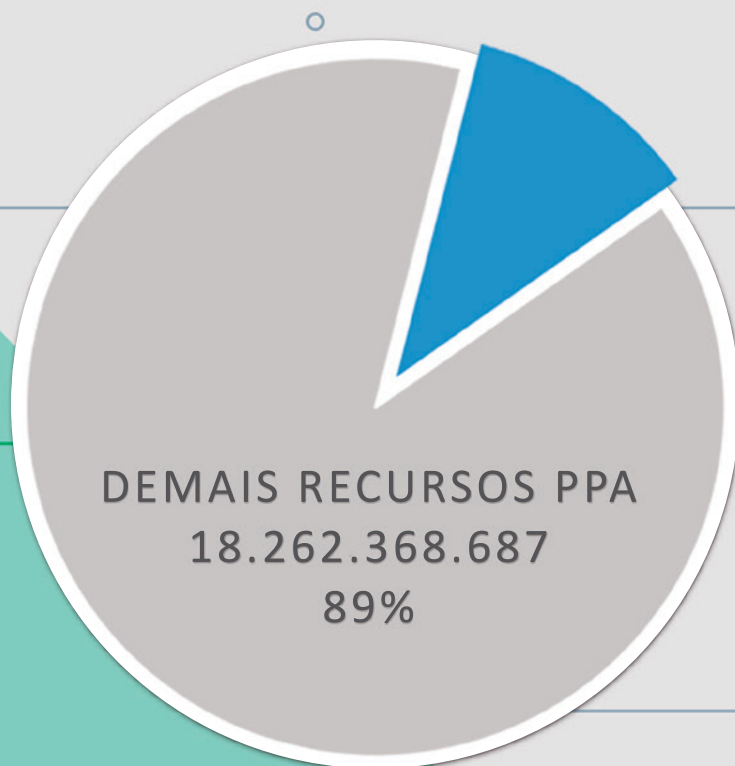
5. PPA EM RESULTADOS E GRANDES NÚMEROS

Agenda Estratégica de Governo - Resultado sintético

Indicadores de Resultados Estratégicos	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores de Objetivos Temáticos	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
% de pessoas habitando em assentamento precário	42,00	40,00	Habitabilidade e Direito à Cidade	Promoção do direito a moradia digna e acesso a serviços e espaços públicos	Taxa de produção habitacional(%)	3,55	5,44	Habitar Bem	Unidade habitacional construída (Unidade)
% de assentamentos requalificados	3,00	5,00			Nº de famílias beneficiadas com melhorias habitacionais(und)	108	1500		Regularização Fundiária de Assentamentos Precários
% de unidades habitacionais de assentamentos beneficiados com melhorias habitacionais	1,00	4,00			% de assentamentos com serviços de pavimentação e drenagem adequados	22,00	43,00	Desenvolvimento do Planejamento Municipal	Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) das ZEIS elaborado
							Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento - PROINFRA	Ampliação e recuperação do sistema de drenagem (m)	
Taxa de homicídios (CVLI) (por 100.000 hab)	38,58	34,73	Segurança Cidadã e do Patrimônio Público	Promoção da cultura de paz, segurança cidadã e proteção do patrimônio público	% de atendimentos a denúncias recebida pela AGEFIS	10,00	100,00	Fortaleza Iluminada	Parque de iluminação pública mantido (%)
					Taxa de conflitos mediados(%)	45,00	50,00	Segurança Cidadã em Fortaleza	Implementação do plano de segurança cidadã (%)
					Taxa de ocorrências atendidas pela GMF (%)	86,26	94,00		Implementação do Plano Municipal de Proteção Urbana (%)
					Número de bairros com célula de proteção urbana implantada (und)	-	42,00		Reestruturação da GMF (%)
Taxa de bairros atendidos por regional, nos núcleos de mediação de conflitos(%)	62,17	100,00							

1 EIXO I - EQUIDADE TERRITORIAL E SOCIAL

RESULTADO: Fortaleza Segura, Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO I R\$ 2.320.857.034,00

11% do orçamento para programas finalísticos

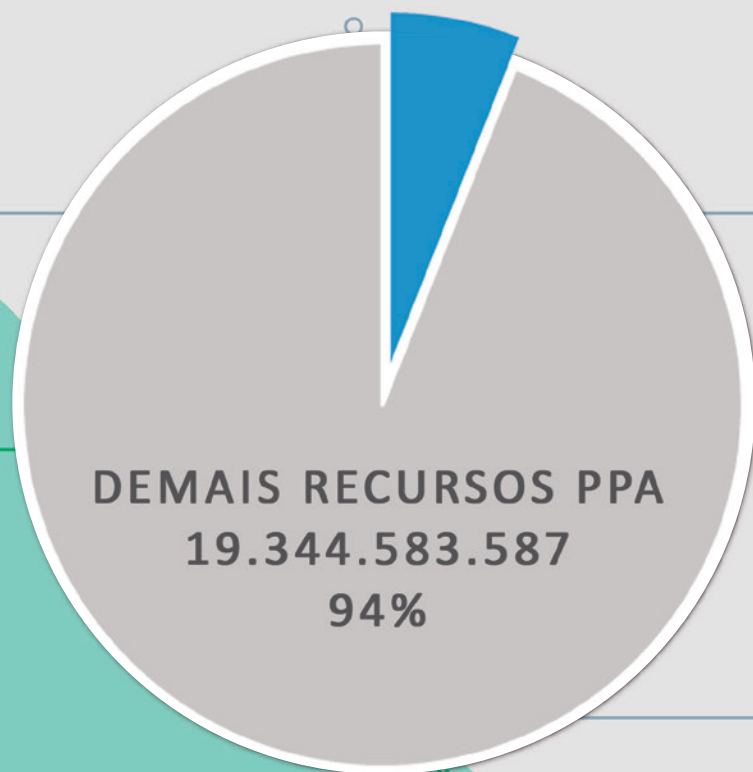
Principais órgãos envolvidos: HABITAFOR, FMHI, AGEFIS, IPLANFOR, SEINF, SEUMA, SCSP, URBFOR, SESEC, ETUFOR, AMC, AGEFIS.

Indicadores de Resultados	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores Temáticos	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Índice de acessibilidade econômica do STP (%)	12,42	12,30	Mobilidade e Acessibilidade Urbanas	Ampliação e democratização da mobilidade e acessibilidade ao espaço urbano e segurança viária	% de vias requalificadas em relação às existentes	18,00	26,00	Infraestrutura Urbana e Viária	Pavimentação ampliada ou recuperada (m ²)
Índice de acessibilidade veicular do STP - ônibus (%)	88,51	100,00							Requalificação de calçadas (m ²)
Velocidade média de ônibus em vias com faixas exclusivas (km/h)	23,15	25,00			% de acidentes com relação ao número de veículos	2,63	1,60	Educação e Segurança no Trânsito	Equipamento de controle de tráfego implantado (unidade)
Taxa de mortes por acidentes no trânsito (morte por 10 mil veículos)	2,63	1,60			% de corredores previstos implantados/reestruturados	10,00	30,00	Transporte Urbano e Mobilidade de Fortaleza	Corredor de transporte coletivo implantado (km)
									Faixas exclusivas para ônibus (km)
									Binários implantados (unidade)
									Infraestrutura cicloviária (km)

2

EIXO II - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

RESULTADO: Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO II R\$ 1.238.642.134,00

6% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SEINF, SCSP, ETUFOR, AMC

Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Taxa de internação por condições sensíveis à Atenção Primária(%)	19,25	16,50	Saúde e Bem-Estar	População com promoção e atenção à saúde assegurada	Cobertura das Equipes de Atenção Primária à Saúde (ESF+EACS)	64,84	71,00	Atenção Primária à Saúde	Crianças assistidas (unidade)
					Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	11,70	9,70		Núcleo de Apoio à Saúde da Família implantado (unidade)
					Percentual de Mulheres com 7 ou mais consultas de Pré-Natal (%)	61	80		Serviço de Atendimento Domiciliar implantado (unidade)
					Número de Óbitos Materno	15	6		UIAPS reformada e mantida (unidade)
					Cobertura de atendimento das equipes de saúde bucal (%)	39,98	46,00		UIAPS implantada (unidade)
					Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 60is anos de idade com cobertura vacinal preconizada (%)	100,00	100,00		Equipe de ESF implantada (unidade)
Taxa da população com obesidade(%)	20,00	15,00	Saúde e Bem-Estar	Promoção do bem-estar e integração social da população	% de nascidos vivos de mães menores de 19 anos	16,00	9,00	Atenção Especializada à Saúde & PROREDES	UIAPS mantida (unidade)
					Taxa de óbito por infarto agudo do miocárdio (por 100 mil hab)	21,50	7,50		Crianças assistidas no Programa Cresça com seu Filho (unidade)
Taxa de mortalidade por causas externas (por 100 mil hab)	82,00	79,00	Saúde e Bem-Estar	Promoção do bem-estar e integração social da população	Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	112,20	98,20	Atenção Terciária à Saúde	Casa da Gestante em funcionamento (unidade)
									Ponto da Rede de Atenção Psicossocial em funcionamento (unidade)
Coeficiente de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT* (por 100 mil)	250,70	226,70	Saúde e Bem-Estar	Acolhimento da população com adição	NR de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social	200	800	Desenvolvimento do Desporto Comunitário e de Lazer	Pessoas atendidas em UPA (unidade)
					NR de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos	2.038	8.000		Programa de Ortese e Prótese em funcionamento (unidade)
					NR crianças e adolescentes (7 - 17 anos) matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas	1.424	8.000	Atenção e Reinserção Social de Usuários de Drogas e seus Familiares em Situação de Vulnerabilidade	Encaminhamentos do PSF para as policlínicas (unidade)
					NR de jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos	1.194	6.400		Prevenção ao Uso Indevido de Alcool, Crack e outras Drogas
								Hospital mantido (unidade)	
									Atendimentos de emergência e CTQ - IIF realizados (unidade)
									Partos de risco realizados - HMZAN (unidade)
									Academia ao Ar Livre em funcionamento (unidade)
									Areninha em funcionamento (unidade)
									Pessoas em território com maior vulnerabilidade ao uso de drogas beneficiadas com eventos desportivos e de lazer (Un.)
									Atendimentos de apoio aos usuários de drogas e seus familiares com foco na redução de danos prestados (unidade)
									Gestante usuária de drogas acompanhadas (unidade)
									Crianças assistidas pelo Comitê Territorial de Fortalecimento da Rede de Atenção Intersetorial de Usuários de Alcool e outras Drogas em funcionamento (unidade)
									Crianças assistidas no Sistema de Integração de Atendimento ao usuário de Drogas (unidade)
									Crianças e adolescentes envolvidos em ações de prevenção ao uso indevido de drogas (unidades)
									Jovens envolvidos em ações de prevenção ao uso indevido de drogas e redução de danos (unidade)
									Ações de prevenção e enfrentamento ao uso indevido de drogas implementadas (unidade)

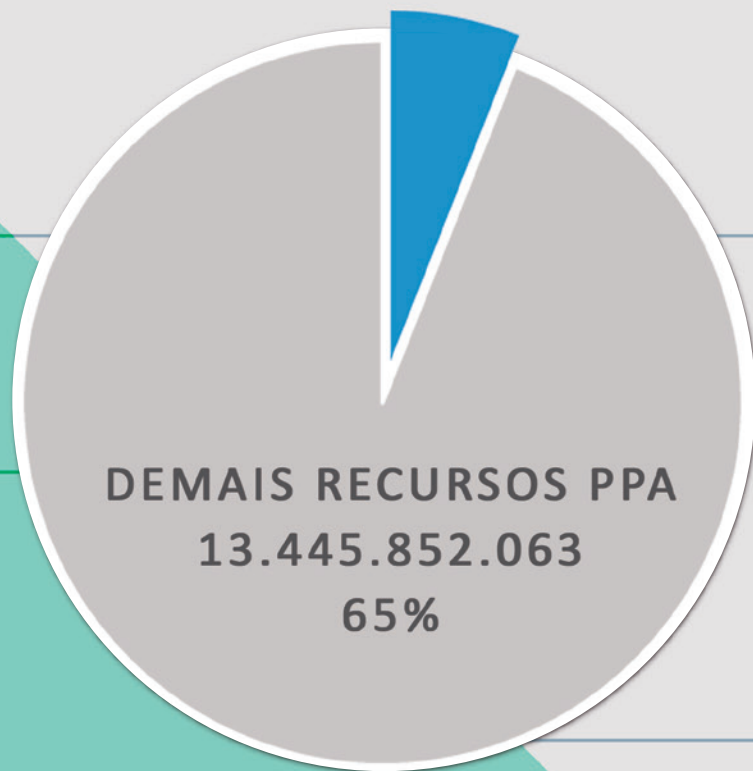
3

EIXO III - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

RESULTADO: Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população

Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade

Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO III R\$ 7.137.373.658,00

35% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SMS, SECEL, CPDROGAS, SDHDS, CEPPJ

Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude(und)	151.034	259.000	Juventude	Acolhimento e apoio a jovens em seu processo de conquista de autonomia, inclusão social e produtiva	Pessoas diretamente beneficiadas por Projetos de Protagonismo Juvenil (Und)	7910	10.000	Fortaleza Inclusiva; Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)	Jovens atendidos pela rede CUCA (unidade)
					Taxa de desocupação de jovens entre 15 a 29 anos (%)	27,16	20,00		Projeto inovador de Juventude selecionado por editais de Protagonismo Juvenil (unidade)
					Jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional (Und)	5347	6000		Jovens atendidos pela Academia Enem (unidade)
Jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios (Und)	145	200			Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios; Fortalecimento de Inclusão Social e Redes de Atenção (PROREDES)	Atividade realizada nas Praças da Juventude (unidade)			
						CUCA em funcionamento (unidade)			
						Jovens atendidos pelos CEUs (unidade)			
Taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos(%)	39,00	20,00						CEU implantado (unidade)	
								Jovens beneficiados com ações de empreendedorismo (unidade)	
								Cursos de formação e qualificação profissional realizados para o público de 15 a 29 anos (unidade)	
								Financiamento a empreendimentos de jovens de 18 a 29 anos (unidade)	

Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora, inclusiva, com valorização e respeito à diversidade

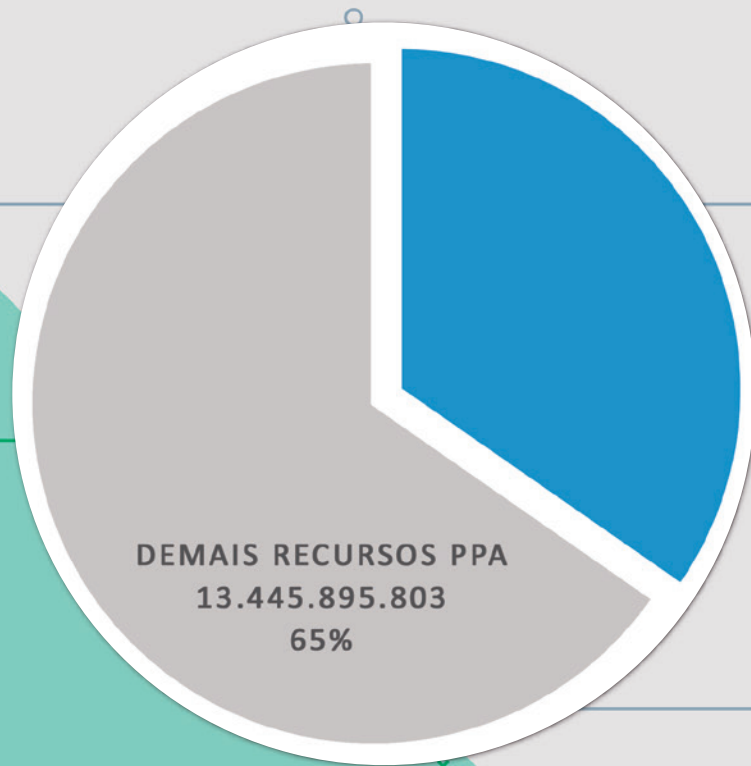
Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (Unidade de medida)	
	2016	2021				2016	2021			
% de denúncias atendidas contra violação aos Direitos Humanos	...	100,00	Direitos Humanos e Assistência Social	Promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes	% de encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos realizados para a rede de atendimento	62,50	80,00	Promoção dos Direitos e Prevenção de Violações contra Crianças e Adolescentes	Atendimentos multidisciplinares a criança e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias (unidade)	
				Proteção e defesa dos direitos de grupos vulneráveis	Nº de servidores capacitados/formados em competências alinhadas à estratégia	324	2.000	Atenção Integral à Pessoa Idosa	Conselho Tutelar em funcionamento (unidade)	
									Pessoas beneficiadas com registro civil de nascimento (unidade)	
									Crianças e adolescentes em situação de rua atendidas com abordagem social (unidade)	
					Nº de LGBT atendidas	4.359	20.000	Atenção Integral à Pessoa com Deficiência	Idosos atendidos (unidade)	
									Centro de Referência da Pessoa Idosa implantado (unidade)	
									Idosos beneficiados com hortas hidropônicas (unidade)	
				% de Execução das Metas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza	...	50,00	Promoção da Igualdade Racial	Equipamento público de Fortaleza com acessibilidade (unidade)		
								Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	Núcleo de Inclusão Profissional Implementado (unidade)	
									Conferência Municipal Apoiada/Realizada (unidade)	
				Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens)	80,00	73,00	Cidadania e Direitos Humanos - Cidadania em Rede	Centro de Referência da Pessoa com Deficiência implantado (unidade)		
								Promoção e Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT	Ações do Plano Municipal de Igualdade Social e Racial implementadas (unidade)	
Mulheres vítimas de violência atendidas em Casa Abrigo e Centro de Referência (unidade)										
Organização das ações da assistência social, para garantir direitos, enfrentar a pobreza e proteger à população em situação de vulnerabilidade e risco social	...	100,00	Direitos Humanos e Assistência Social	Taxa de cobertura do Programa de Proteção Integral à Família - PAIF (%)	36,00	60,00	Proteção Social Especial de Média Complexidade	Redes locais de convivência e cidadania formadas; Centro de Cidadania e DH mantidos (unidade)		
				Taxa de Cobertura do Programa de Proteção Especializada à Família - PAEF (%)	50,00	100,00	Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Redes locais de convivência e cidadania formadas; Centro de Cidadania e DH mantidos (unidade)		
								Edital para fomento à produção científica e literária de pessoas LGBT (unidade)		
				Segurança Alimentar Nutricional (SAN)	Formação de servidores públicos para atendimento não LGBTfóbicos em Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança (unidade)	
									Proteção Social Especial de Média Complexidade	Capacitação de profissionais no acolhimento e garantia dos direitos LGBT (unidade)
										Segurança Alimentar Nutricional (SAN)
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Linhas de crédito para pequenos negócios de pessoas LGBT (unidade)					
					Segurança Alimentar Nutricional (SAN)	Programa de Qualificação Profissional para Pessoas LGBT (unidade)
Proteção Social Especial de Média Complexidade						Adolescentes em medidas socioeducativas acompanhados (unidade)
					Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos realizados pelo PAEF (unidade)
Proteção Social Especial de Média Complexidade						Crianças e adolescentes atendidas pelo Serviço de Abordagem Social de Rua (unidade)
					Proteção Social Especial de Média Complexidade	Pessoas em situação de rua atendidas em abrigo (unidade)
Proteção Social Especial de Média Complexidade						Pessoas em situação de rua atendidas em Centro POP (unidade)
					Proteção Social Especial de Média Complexidade	Crianças atendidas em abrigos (unidade)
Proteção Social Especial de Média Complexidade						Idosos acolhidos em abrigos (unidade)
					Proteção Social Especial de Média Complexidade	Refeições fornecidas pelo Restaurante Popular; Gêneros alimentícios distribuídos pelo Banco de Alimentos (unidade)
Proteção Social Especial de Média Complexidade						Pessoas beneficiadas com ações de segurança alimentar e nutricional (unidade)

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
% de Bairros beneficiados pelas ações de cultura	64,5	85,00	Educação, Conhecimento e Inovação	Fortalecimento de uma ambiência social criativa com ampla manifestação cultural e democratização do acesso.	Quantidade de Ações Permanentes de Cultura Realizadas(und)	176	976	Promoção da Formação para o Patrimônio, a Cultura e as Artes	Pessoas beneficiadas pelos cursos de formação para o patrimônio (unidade)
									Pessoas beneficiadas pelos cursos de formação em cultura e arte na Vila das Artes e equipamentos (unidade)
									Pessoas beneficiadas pelos cursos de formação em atividades circenses (unidade)
								Valorização, Preservação e Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural	Inventário do patrimônio de Fortaleza realizado (%)
					Promoção de Políticas do Livro, da Leitura, da Literatura e Biblioteca	Pessoas atendidas com programação em bibliotecas (unidade)			
						Publicação realizada da coleção Fortaleza Grande (unidade)			
						Biblioteca pública mantida (unidade)			
					Apoio à Criação, Difusão e Fomento à Cultura	Evento promovido, realizado e apoiado de ações permanentes de cultura (unidade)			
						Praça pública em bairros de Fortaleza, ocupada com ações de arte e cultura (unidade)			
						Pessoas beneficiadas pelos editais de apoio às produções artísticas (unidade)			
Apoio à Economia e Produção Criativas	Feira e mostra para fomento da economia criativa realizada (unidade)								
	Projeto implementado no âmbito do Turismo Cultural (unidade)								
				% do orçamento destinado à função Cultura	1,21	2,00			

4

EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

RESULTADO: Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade, ao conhecimento e aos bens culturais.



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO IV R\$ 7.137.329.918,00

35% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SECULTFOR, SME, CITINOVA

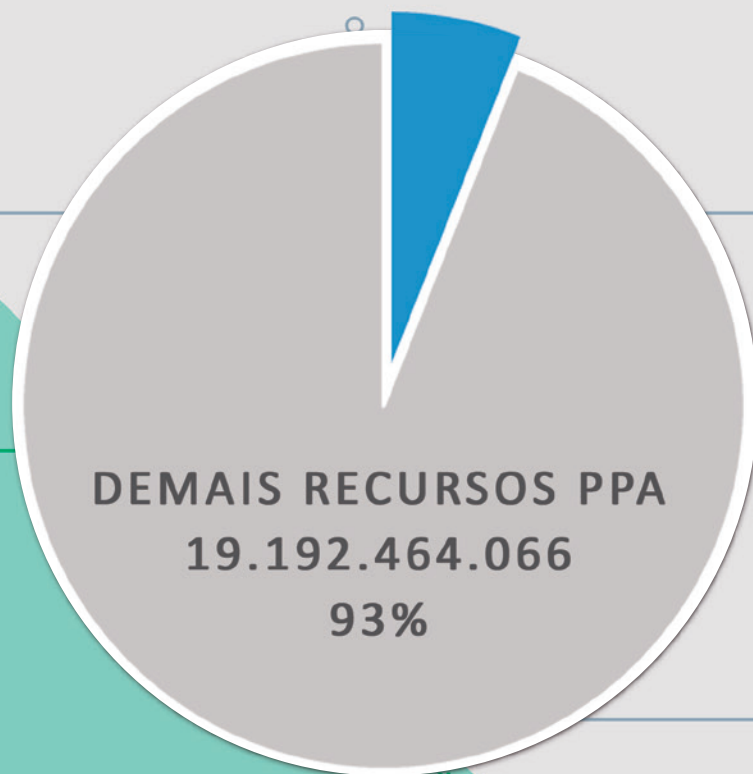
Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)	
	2016	2021				2016	2021			
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Municipal de Fortaleza (IDEB) - Anos Iniciais	5,40	6,30	Educação, Conhecimento e Inovação	Oferta de Educação Pública de Qualidade, reduzindo a evasão e atraso escolar	Taxa Permanência durante o ano (TPDA) (%)	97,80	99,50	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	Crianças e adolescentes matriculados (unidade)	
					Índice de Desempenho Escolar 2º ano - SPAECE	8,10	9,00		Desenvolvimento da Educação Infantil	Escola com currículo reconceptualizado à luz da Base Nacional Curricular Comum-BNCC (unidade)
Índice de Desempenho Escolar 5º ano - SPAECE	5,00	6,60			Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Crianças alfabetizadas na idade certa (unidade)				
Índice de Desempenho Escolar 9º ano - SPAECE	2,70	5,00				Educação de Jovens e Adultos	Escola Empreendedora, Eficaz e Embaixadora da Paz implantada (unidade)			
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	6,85	3,50			Desenvolvimento da Política de Educação em Tempo Integral		Centro de Educação Infantil em funcionamento (unidade)			
Taxa da Evasão Escolar nas séries do Ensino Fundamental II (%)	3,40	2,00				Crianças matriculadas na Educação Infantil (unidade)				
Taxa de alunos matriculados em educação de tempo integral (%)	23,00	40,00				Crianças atendidas em creche (unidade)				
% de bairros com IDH < 0,5 com espaço de internet de livre acesso	50,00	100,00			Desenvolvimento Tecnológico e Acesso a Internet com promoção e Inovação do mercado e retenção de talentos	Nº de espaços com internet para livre acesso da população	22	50	Fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação na Cidade	Profissionais da Educação em formação continuada (unidade)
						Nº de equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município	10	20	Promoção da Inovação na Gestão Pública	Profissionais da Educação reconhecidos por efetividade no seu desempenho (unidade)
										Alunos matriculados no EJA municipal
								Alunos matriculados em Educação de Tempo Integral (unidade)		
								Escola de Tempo Integral em funcionamento (unidade)		
								Programa de Educação Integral em desenvolvimento (unidade)		
								Projeto de soluções criativas e inovadoras para a cidade apoiado (unidade)		
								Pessoas beneficiadas no Projeto Data Analysis (unidade)		
								Pessoas beneficiadas com bolsa de pesquisa (unidade)		

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Índice de área verde (m ² /habitante)	8,00	12,00	Urbanismo, Meio Ambiente e Segurança Hídrica	Preservação e integração do ambiente natural ao ambiente construído e melhoria do conforto ambiental	Índice de controle da poluição atmosférica (% de fontes móveis fora do padrão)	31,00	20,00	Controle do Ambiente Natural e do Ambiente Construído	Licenciamento ambiental emitido (unidade)
Índice de emissões que produzem aquecimentos global e passivo ambiental (ton/CO ₂ E)(bianual)	1,90	1,09			Índice de controle da poluição hídrica (coliformes fecais/100 ml)	3.733	1.000		
Taxa de uso de Resíduo de Construção Civil (%)	4,60	80,00			Índice de controle da poluição de resíduos(qtd de pontos de lixo/Km ²)	16,75	8,00		
Taxa de adequabilidade da atividade econômica(%)	59,00	80,00			Índice de controle da poluição visual (% de engenhos fora dos parâmetros legais)	75,67	40,00	Sustentabilidade do Ambiente Natural e do Ambiente Construído	Muda plantada (unidade)
Taxa de espaços públicos adotados(%)	15,00	30,00			Índice de controle da poluição sonora(decibéis)	73,00	70,00		Corpos hídricos monitorados (percentual)
Taxa de arrecadação por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos provenientes do Estatuto da Cidade(%)	...	14,00						% de estabelecimentos, obras e empreendimentos com licenciamentos em dia	...
Taxa de evolução das operações urbanas consorciadas (OUC)(%)	...	37,50			Taxa de corpos hídricos monitorados(%)	24,00	60,00		
Áreas de preservação ambiental protegidas (milhões de m ²)	52,10	56,30						Ecoponto mantido (unidade)	Resíduo sólido urbano coletado (ton)
Nº de corpos hídricos balneáveis(água doce)	...	5							

5

EIXO V - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

RESULTADO: Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO V R\$ 1.390.761.655,00

7% do orçamento para programas finalísticos

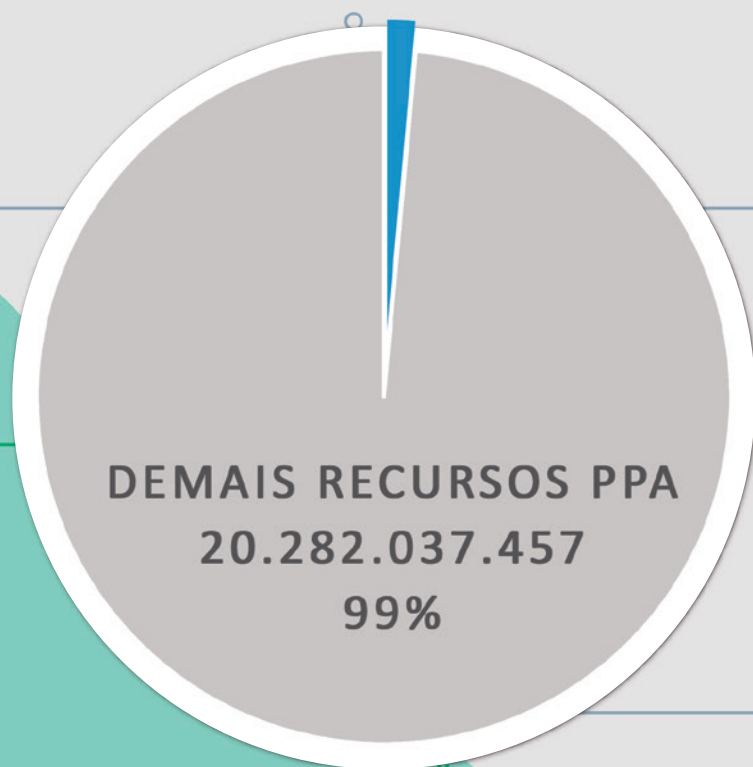
Principais órgãos envolvidos: SEUMA, SCSP, AGEFIZ, URBFOR, SEINF

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Estratégicos	Indicadores	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Impacto do Turismo sobre o PIB (%)	24,10	30,00	Desenvolvimento Econômico	Fomento à exploração das vocações e potencialidades econômicas do município na perspectiva de originar soluções produtivas, criativas e inovadoras	Evolução de embarques e desembarques (milhões de und)	2,73	3,24	PRODETUR Nacional - Fortaleza	Ponte Metálica reformada (unidade)
								Fortaleza Cidade com Futuro	Plano estratégico de marketing para comercialização do destino turístico de Fortaleza elaborado (unidade)
Estudo e pesquisa do Observatório Turístico realizado (unidade)									
Observatório Turístico em funcionamento (unidade)									
Praia de Iracema revitalizada (unidade)									
Proporção de Microempreendimentos Individuais de Fortaleza em relação ao Brasil(%)	1,51	1,69		Taxa de Sustentabilidade de Microempreendimentos (%)	85,40	89,90	Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios	Feira de Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Pporte realizada (unidade)	
								Empreendedores e microempreendedores atendidos (unidade)	
				Taxa de Formalização(%)	69,80	81,99	Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes	Equipamento de apoio ao desenvolvimento econômico implantado (unidade)	
Arranjos produtivos locais fomentados (unidade)									
Participação de Fortaleza no Mercado de Trabalho em relação ao Brasil(%)	1,71	1,74		Promoção da Inclusão Produtiva através de Formação Profissional e inserção no mercado de trabalho	Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho(%)	5,20	15,00	Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda	Rede Municipal de Qualificação implantada (unidade)
			Pessoas qualificadas pela Rede Municipal de Qualificação (unidade)						
			Pessoas inseridas no mercado de trabalho (unidade)						

6

EIXO 6 - DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

RESULTADO: Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e dinamizado



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO VI R\$ 301.188.264,00

1% do orçamento para programas finalísticos

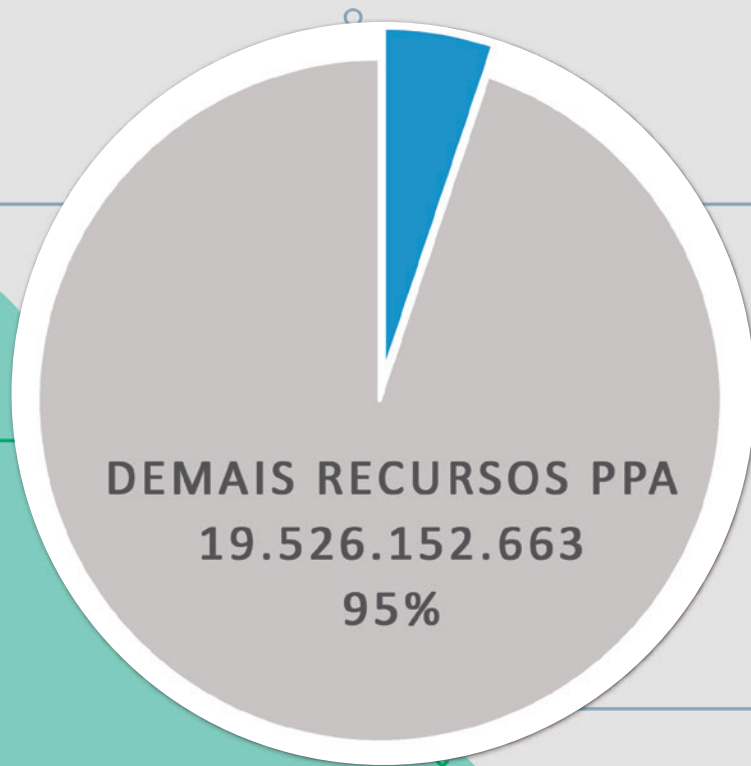
Principais órgãos envolvidos: SDE, SETFOR, CEPPJ

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Temáticos/Setoriais	Indicadores Temáticos/Setoriais	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Índice da Capacidade de Endividamento (Dívida Consolidada Líquida/RCL)(%)	14,29	13,00	Planejamento e Gestão Integrados	Dotar a Administração Pública com mecanismos que assegurem o cumprimento das exigências legais, administrativas e fiscais, garantindo maior tranquilidade aos gestores e melhores ofertas de serviços à sociedade	Índice de eficácia da arrecadação própria(%)	101,00	100,00	Fortalecimento do Fisco	Servidores fazendários capacitados (unidade)
					% de Retorno da Dívida Ativa	0,12	3,00		Base tributária atualizada (unidade)
Resultado Primário(milhões de R\$)	38,83	57,43			Índice de Execução do PNAFM (Total de Projetos Pagos/ Total do Empréstimo-1) x100)(%)	100,00	100,00		Modernização Administrativa e Fiscal do Município
								Serviço da Dívida Ativa modernizado (unidade)	
								Índice de Autonomia Financeira (Arrecadação Própria/Receita Total)(%)	27,30
Gestão de Pessoas e Valorização dos Servidores	Servidores capacitados (unidade)								
	Taxa de automatização de processos em gestão de pessoas(%)	28,25			60,00	% de conectividade na Rede FIBRAFOR	51,00	100,00	Gestão do Patrimônio
Gestão Corporativa de Tecnologia da Informação									
	Poupança Corrente Líquida ((Receita Corrente-Despesa Corrente)/ Receita Corrente)(%)	7,32			7,22	% de estruturas organizacionais modernizadas e alinhadas	...	100,00	Modernização Administrativa da Gestão Municipal
Índice de execução financeira dos projetos prioritários de governo (MAPFOR)(%)									
			Participação da micro e pequenas empresas nas licitações realizadas (%)	18,00		25,00	Gestão do Conhecimento	Concurso público realizado (unidade)	
Modernização da Gestão de Recursos Logísticos e Serviços Compartilhados								Terceirização gerenciada (unidade)	
			Índice de redução dos gastos com transporte (%)						
Imóvel da PMF regularizados cartorialmente (unidade)									
Ponto conectado na rede FIBRAFOR (unidade)									
Sistema na área de TIC desenvolvido (unidade)									
Processo corporativo e setorial virtualizado/redesenhado (unidade)									
Eventos da Rede de Planejamento (unidade)									
Instrumento de planejamento elaborado e monitorado (unidade)									
Atualização da Matriz GPR e do PPA elaborada (unidade)									
Plano integrado de regularização fundiária das ZEIS elaborados (unidade)									
Plano estratégico e projeto das regionais do município elaborados (unidade)									
Pesquisa realizada (unidade)									
Observatório de governança (unidade)									

7

EIXO 7 - GOVERNANÇA MUNICIPAL

RESULTADO: Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos, com foco no acolhimento, equilíbrio fiscal e transparência.



Estimativa dos recursos PPA 2018-2021

EIXO VII R\$ 1.057.073.058,00

5% do orçamento para programas finalísticos

Principais órgãos envolvidos: SEPOG, SEFIN, CGM, PGM, SEGOV

Indicadores	Linha de base		Área Temática	Objetivos Temático/Setorial	Indicadores Temáticos/Setoriais	Linha de base		Programas prioritários	Produtos (unidade de medida)
	2016	2021				2016	2021		
Pessoas envolvidas no ciclo participativo(und)	3.197	10.000	Participação e Controle Social	Possibilitar uma participação mais qualificada da sociedade, ampliando sua capacidade de interferir nas decisões da gestão, fortalecendo do diálogo direto entre Governo e Sociedade.	% de propostas eleitas no ciclo participativo	54,00	60,00	Gestão Participativa e Social	Conselho gestor das ZEIS implantado (unidade)
					% de denúncias à ouvidoria solucionadas	...	80,00		Formação para promoção da cidadania (unidade)
									Plataforma única de levantamento de demandas-CRM (unidade)
					Pessoas envolvidas nos Ciclos de Planejamento Participativo (unidade)				
							Transparência: Ouvidoria, Participação e Controle Social	Pessoas atendidas (unidade)	
								Ouvidoria itinerante implantada (unidade)	

Financiamento do Plano

O Plano Plurianual do Município de Fortaleza, para o quadriênio 2018 - 2021, foi formulado tendo como alicerce sete eixos de atuação, que direcionam a gestão do município para o alcance dos resultados e objetivos estratégicos, estes definidos em consonância com plano de longo prazo FORTALEZA 2040.

Para a consecução desses desígnios, o Poder Executivo Municipal estima uma aplicação de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de R\$ 34,04 bilhões. Os referidos recursos, denominadas receitas públicas, são classificados em dois grandes grupos: Receitas Correntes e Receitas de Capital. No âmbito do município de Fortaleza, o primeiro grupo é formado basicamente pelos tributos municipais, receitas de contribuições e transferências do governo federal e estadual. Já o segundo é formado pela contratação de operações de crédito, venda de bens públicos e transferência de recursos por outros entes de governo destinados a despesas de capital.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por grupo, bem como as principais rubricas que compõem cada um, para o quadriênio de 2018 a 2021.

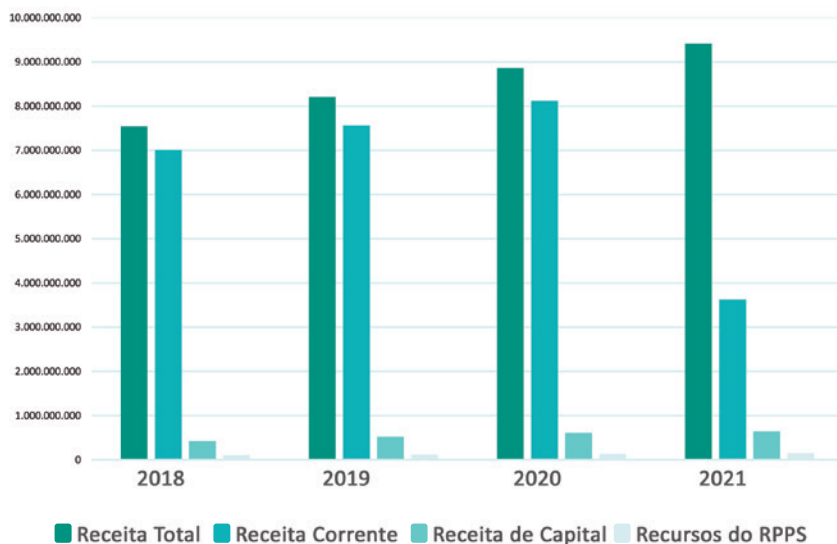
Tabela 1 - Receitas Projetadas 2018 - 2021

ITEM DE RECEITA	2018	2019	2020	2021	Total
1 - RECEITA CORRENTE (2+3+4+5+6+7)	7.011.798.956	7.565.007.753	8.126.558.625	8.626.163.305	31.329.528.639
2 - Receita Tributária	1.792.487.262	1.928.066.380	2.043.322.929	2.217.759.171	7.981.635.742
ISS	775.766.868	829.294.782	886.516.122	984.032.895	3.475.610.667
IPTU	542.145.551	591.459.110	620.440.607	663.251.009	2.417.296.277
ITBI	112.756.550	117.830.595	123.132.972	132.367.944	486.088.061
IRRF	347.694.002	374.439.523	397.213.104	421.045.891	1.540.392.520
Outras Receitas Tributárias	14.124.291	15.042.370	16.020.124	17.061.432	62.248.217
3 - Receita de Contribuição	780.789.456	825.825.392	863.483.030	902.339.766	3.372.437.644
4 - Receita Patrimonial	251.255.915	262.569.532	274.390.900	286.743.916	1.074.960.263
5 - Receita de Serviços	154.635.250	163.448.518	170.896.524	178.586.868	667.567.160
6 - Transferências Correntes	3.806.079.339	4.143.820.328	4.517.504.596	4.721.272.302	17.188.676.565
FPM	778.966.338	871.663.332	975.391.268	1.019.283.876	3.645.304.814
ICMS	783.778.534	832.758.406	889.136.150	924.530.844	3.430.203.934
IPVA	230.839.636	240.967.261	261.449.478	270.869.403	1.004.125.778
Transferências SUS	927.050.806	964.132.838	1.002.698.151	1.047.819.568	3.941.701.363
Transferências FUNDEB	853.811.054	979.065.136	1.122.693.991	1.173.215.221	4.128.785.402
Demais Transferências Correntes	231.632.971	255.233.355	266.135.558	285.553.390	1.038.555.274
7 - Outras Receitas Correntes	226.551.734	241.277.603	256.960.646	319.461.282	1.044.251.265
8 - RECEITA DE CAPITAL (9+10+11+12)	426.754.097	527.254.097	607.254.097	646.432.274	2.207.694.565
9 - Operações de Crédito	260.000.000	425.000.000	505.000.000	527.725.000	1.717.725.000
10 - Alienação de Bens	705.043	705.043	705.043	736.770	2.851.899
11 - Amortização de Empréstimos	49.054	49.054	49.054	51.261	198.423
12 - Transferências de Capital	166.000.000	101.500.000	101.500.000	117.919.243	486.919.243
13 - RECURSOS DO RPPS	108.482.504	116.480.079	131.271.789	147.286.102	503.520.474
TOTAL (1+8+ 13)	7.547.035.557	8.208.741.929	8.865.084.511	9.419.881.681	34.040.743.678

Fonte: SEPOG Nota: Valores nominais já com as deduções para o FUNDEB

Uma análise pormenorizada da receita total, demonstra o peso que as Receitas Correntes possuem, essa rubrica responde em média por 92% de todos os recursos previstos para a execução das ações do Executivo Municipal, ante 7%, em média, das Receitas de Capital. O gráfico a seguir ilustra essa informação.

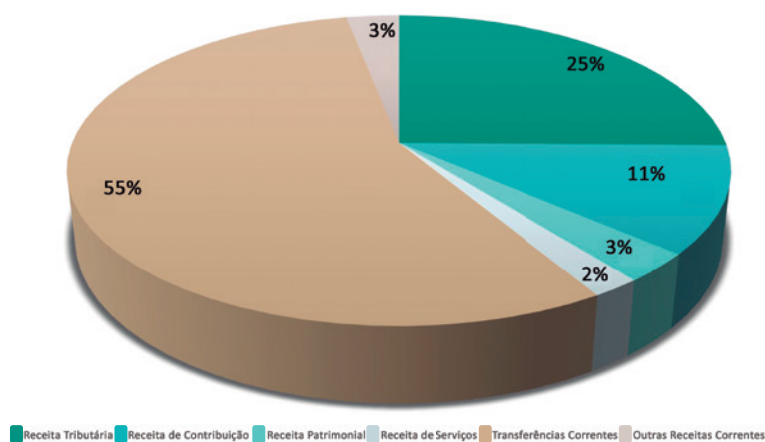
Gráfico 1 - Composição das Receitas 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

Analisando a composição das Receitas Correntes, para o próximo quadriênio, percebe-se que as Transferências Correntes atendem por 55% do total previsto, seguida pelas Receitas Tributárias, principal fonte de receita própria do município, respondendo por 25%. O elevado percentual de participação das Receitas de Transferência demonstra um certo grau de dependência do município de Fortaleza em relação aos recursos advindos das transferências legais da União e Estado.

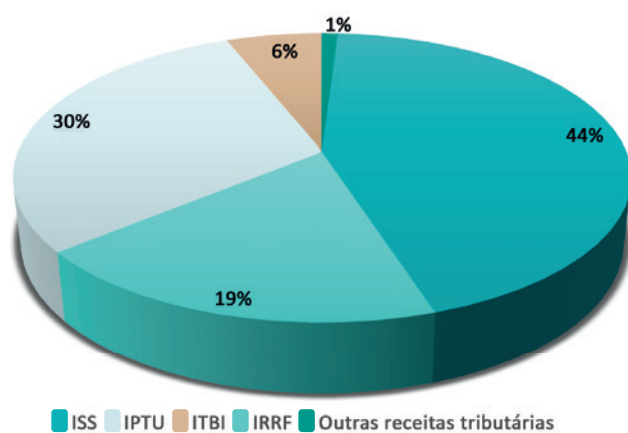
Gráfico 2 - Composição das Receitas Correntes 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

As Receitas Tributárias previstas para esse plano são da ordem de R\$ 7,98 bilhões. Essa conta é de suma importância para a fazenda municipal, por se tratar de receitas nas quais o município tem ingerência para arrecadar e um bom poder de arrecadação é ponto fundamental para o processo de planejamento e execução das políticas públicas.

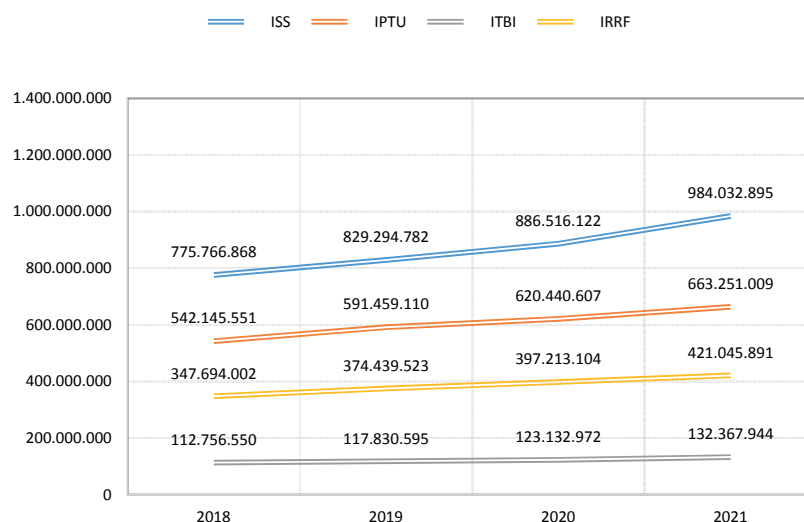
Gráfico 3 - Composição das Receitas Tributárias 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

Dentre os impostos, o ISS é o que mais contribuirá para esse total, representando 44% do estimado, seguido pelo IPTU com 30%, juntos esses dois tributos atingem a soma de R\$ 5,89 bilhões.

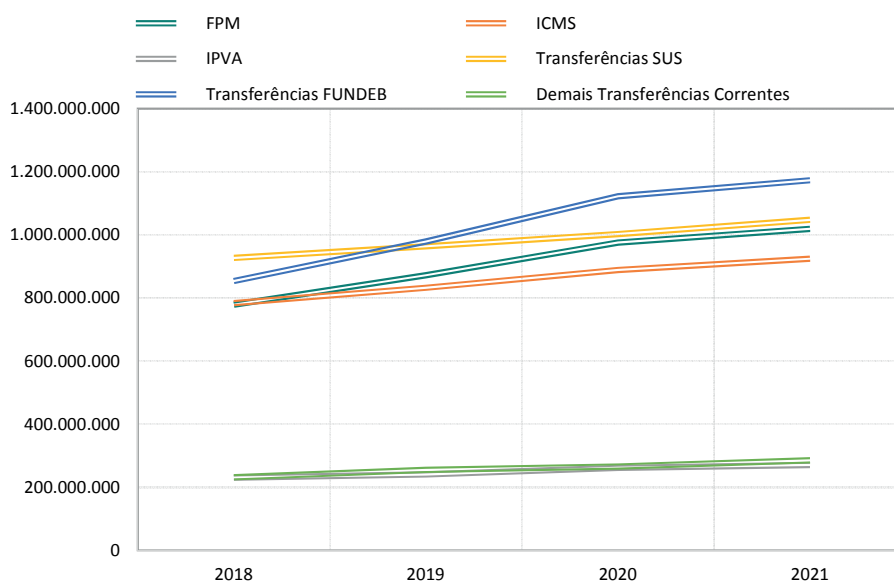
Gráfico 4 – Projeção dos Tributos Municipais 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

No que concerne às Transferências Correntes, o município estima uma captação de 17,18 bilhões, o que torna essa rubrica a de maior peso na receita total. Destacam-se aqui as Transferências Estaduais (ICMS e IPVA) e Federais (FPM, SUS, FUNDEB). Note –se que as transferências (SUS e FUNDEB) cujos valores a serem recebidos pelo município não estão ligados diretamente à arrecadação representam o maior volume de recursos previstos, dentre as causas para isso, estão o aumento do parque escolar do município aliado à ampliação do atendimento de saúde, com destaque para a construção do IJF 2. Além disso, as demais transferências dependem da arrecadação de tributos, que são bastante sensíveis ao nível de faturamento das empresas e consumo das famílias, ambos afetados pelo difícil momento econômico do país, fator que deve ser considerado quando das projeções.

Gráfico 5 - Projeção das Transferências Correntes 2018 - 2021

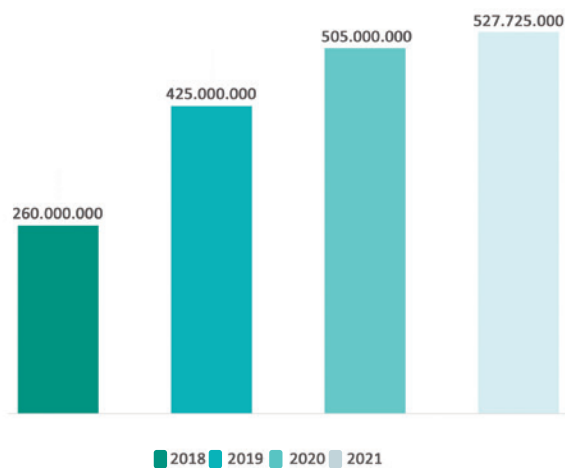


Fonte: SEPOG

Com relação às Operações de Crédito, o município estimou uma carteira de empréstimos no montante de 1,71 bilhões, recursos necessários para assegurar a realização de grandes obras ou empreendimentos públicos cujo volume a ser investido esteja além da capacidade de recursos correntes por parte do governo. Essa previsão temo um compromisso com a responsabilidade na gestão do nível de endividamento do município.

Em 2016, o indicador de endividamento, calculado pelo quociente da Dívida Consolidada Líquida dividida pela Receita Corrente Líquida, foi de apenas 14,29%, ante os 120 % permitidos pela o Resolução nº 40, de 2001do Senado Federal. Esse nível de endividamento permite ao Município buscar, nas operações de crédito, recursos para financiar seus grandes projetos, ao mesmo tempo que utiliza suas Receitas Correntes para a prestação dos serviços essenciais à população, sem prejudicar as gerações futuras.

Gráfico 6 - Operações de Crédito 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

A previsão de receitas é a etapa que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nos instrumentos de planejamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo. Quando da previsão de receitas para um determinado período, são consideradas nos cálculos diversas variáveis que influenciam diretamente seu comportamento, dentre elas podemos destacar: crescimento econômico, taxa de inflação, nível de confiança de empresários e consumidores, taxa de ocupação e renda, comportamento dos contribuintes, crescimento populacional, além de outros fatores externos ou internos que possam provocar variações na receita prevista. Diante desse fato, os valores previstos poderão ser revistos a cada exercício para ajustar-se às mudanças ocorridas nessas variáveis.

No município de Fortaleza, a metodologia de projeção de receitas busca assimilar, além do mencionado acima, o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores, a fim de projetá-la para o período seguinte, com o auxílio de modelos estatísticos e matemáticos. O modelo utilizado se baseia no cálculo da taxa geométrica de crescimento (TGC), que se refere ao percentual de incremento médio anual de uma variável em determinado espaço de tempo. O valor da taxa representa a média anual obtida para um período de anos compreendidos entre dois momentos. O modelo dependerá do comportamento da série histórica de arrecadação e de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários ou unidades arrecadoras envolvidas no processo.

Em receitas específicas ainda é necessária análise mais profunda dos dados, considerando essencialmente as especificidades inerentes a cada uma, como por exemplo o processo de interiorização do investimento no estado, que afeta o índice de distribuição do ICMS, os critérios de distribuição do FPM, dentre outros.

Dispêndios do Plano

O PPA municipal é composto por programas classificados conforme sua finalidade: Programas de Apoio Administrativo composto de ações de natureza administrativa que visam, basicamente, ao funcionamento da máquina administrativa e à manutenção e conservação de bens imóveis cujo valor estimado é de R\$ 12,12 bilhões; Programas Finalísticos, estimados em 20,58 bilhões, onde estão contidas as ações que resultam em serviços e bens públicos ofertados à população. Para além desses, existem os programas Encargos Gerais e Reserva de Contingência compostos por operações especiais, que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo, sendo utilizados, por exemplo, para os serviços da dívida interna e externa, pagamento de sentenças judiciais, dentre outros. Para o PPA 2018 – 2021, os recursos desse tipo de programa atingirão a alcançam o montante de R\$ 1,34 bilhões.

Tabela 2 - Dispêndios por Tipo de Programa

Tipo de Programa	R\$ Bilhões	%
Programas de Apoio Administrativo	12,12	35,61
Programas Finalísticos	20,58	60,45
Especial	1,34	3,94
TOTAL	34,04	100,00

Fonte: SEPOG

| DISPÊNDIOS POR EIXO E RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Para cada eixo, esse plano plurianual define resultados estratégicos denominados “Fortalezas”. Cada “Fortaleza” contempla programas finalísticos, específicos, voltados para obtenção das metas pactuadas em nível dos objetivos estratégicos das áreas temáticas propostas.

Para os programas finalísticos, estão previstos recursos no montante de R\$ 20,58 bilhões para o período 2018-2021, os quais serão aplicados em observância ao que foi definido em cada Eixo Estratégico, Resultado Estratégico e Área Temática. O detalhamento dos eixos e seus referidos resultados estratégicos já estão delineados pormenorizadamente nos tópicos anteriores, dito isso, o que segue abaixo é um resumo sucinto de suas metas e desafios.

EIXO I – EQUIDADE TERRITORIAL e SOCIAL

No seu conjunto, esse eixo concentra objetivos de alta prioridade, identificando circunstâncias, contextos, territórios, grupos ou comunidades em que o direito à vida e à cidade estariam sob clara ameaça. Por meio dele, busca-se a redução da intensa desigualdade social e territorial que resulta da formação histórica da cidade, visando ao enfrentamento de três grandes desafios: a precariedade da habitação; a pobreza e desigualdade social; e o alto índice de violência.

EIXO ESTRATÉGICO II - CIDADE INTEGRADA, ACESSÍVEL E JUSTA

O eixo estratégico “Cidade Integrada, Acessível e Justa” objetiva promover indicações urbanísticas no intuito de assegurar uma cidade compacta, acessível e integrada, que possibilite o acesso aos espaços e serviços públicos alocados amplamente no conjunto do território municipal, integrando espaços de convivência, trabalho e serviços, com equipamentos públicos seguros e bem distribuídos e transporte público de qualidade, visando à “melhoria da forma urbana e a acessibilidade”.

EIXO III - VIDA COMUNITÁRIA, ACOLHIMENTO E BEM-ESTAR

O eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem-Estar” tem como objetivo construir uma cidade em que predominem sentimentos e atitudes do acolhimento das pessoas em todas as suas relações sociais, da valorização das suas identidades, do desenvolvimento do sentimento de afeição pela cidade, contribuindo para uma cultura de paz e tolerância, que favoreçam a melhoria da qualidade da população.

EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DO CONHECIMENTO

Este eixo busca a integração, produção e fortalecimento das diversas formas de conhecimento: formal, informal, científico e tecnológico, e produção de bens culturais, estabelecendo uma relação íntima entre conhecimento, inovação, preservação, trabalho e desenvolvimento social. Contempla quatro componentes interligados e complementares: ampliação e melhoria da educação, aumento da qualificação do trabalhador, desenvolvimento científico e desenvolvimento cultural. Busca-se uma cidade educadora, capaz de promover um processo educativo que contemple a relação com os espaços e os indivíduos do bairro/município, com ampliação da oferta de atendimento em tempo integral, que, em sua essência, seja alegre, atrativa, integrada ao seu contexto e com-

prometida com a sustentabilidade do planeta, além de cumprir sua função social de desenvolver aprendizagens significativas.

EIXO V – QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Diante dos desafios impostos à gestão pública é necessário adotar práticas de planejamento que assegurem a recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente com atenção especial para as questões de saneamento, qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos e geração de energia limpa e renovável na cidade. Esses desafios são, então, os objetivos do eixo “Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais”.

EIXO ESTRATÉGICO VI – DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA E INCLUSÃO PRODUTIVA

O eixo estratégico “Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva” busca o crescimento da economia, do emprego e da renda, combinando fortalecimento da capacidade de competir no mercado das atividades já consolidadas, emergência de novos segmentos econômicos com alta geração de renda e ampliação da inclusão produtiva para promover o “Desenvolvimento Econômico Sustentável, Solidário, Competitivo e Dinamizado.

EIXO ESTRATÉGICO VII – GOVERNANÇA MUNICIPAL

O eixo estratégico “Governança Municipal” intenta promover a melhoria da relação Estado-Sociedade, bem como criar e o fortalecer os espaços públicos de participação e controle para que a sociedade possa auxiliar o Poder Público a promover a redução das desigualdades e a inclusão social. Dentre as ações que visam suscitar a “Fortaleza Planejada e Participativa”, destacam-se: o investimento em plataformas de contato com os cidadãos; o desenvolvimento de auditorias e controles internos; e a modernização na gestão de compras, objetivando a maior transparência nos processos.

A tabela 3 apresenta os valores planejados para o período de 2018 a 2021 dos programas finalísticos, por eixo e resultados estratégicos.

Tabela 3 - Valor Estimado por Eixo e Fortaleza

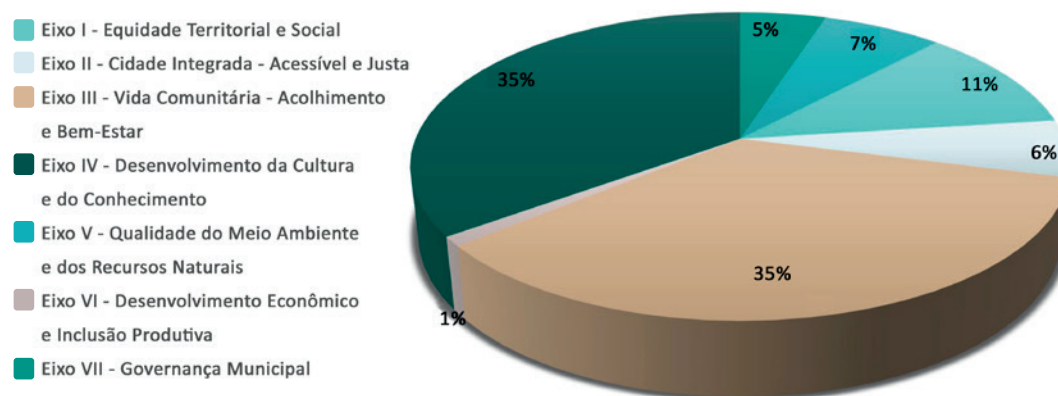
EIXO / OBJETIVO ESTRATÉGICO	2018	2019 - 2021	2018 - 2021	% 2018 - 2021
Eixo I - Equidade Territorial e Social	443.011.123	1.877.845.911	2.320.857.034	11%
Fortaleza Segura- Inclusiva e Justa - Territórios com redução das desigualdades sociais e integrados à sociabilidade urbana	443.011.123	1.877.845.911	2.320.857.034	
Eixo II - Cidade Integrada- Acessível e Justa	240.969.427	997.672.707	1.238.642.134	6%
Fortaleza da Mobilidade - Melhoria da forma e acessibilidade urbana	240.969.427	997.672.707	1.238.642.134	
Eixo III - Vida Comunitária- Acolhimento e Bem-Estar	1.686.785.395	5.450.588.263	7.137.373.658	35%
Fortaleza da Juventude - Promover atenção integral à juventude com ênfase na inserção produtiva e social	24.441.923	62.121.267	86.563.190	
Fortaleza Saudável - Melhoria da saúde da população	1.561.003.868	5.099.595.822	6.660.599.690	
Fortaleza Segura Inclusiva e Justa - Comunidade acolhedora- inclusiva- com valorização e respeito à diversidade	101.339.604	288.871.174	390.210.778	
Eixo IV - Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento	1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918	35%
Fortaleza do Conhecimento - População com acesso à educação de qualidade- ao conhecimento e aos bens culturais	1.553.976.311	5.583.353.607	7.137.329.918	
Eixo V - Qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655	7%
Fortaleza Sustentável - Recursos naturais protegidos e qualidade do meio ambiente assegurada	301.539.436	1.089.222.219	1.390.761.655	
Eixo VI - Desenvolvimento Econômico e Inclusão Produtiva	53.545.116	247.643.148	301.188.264	1%
Fortaleza Produtiva e Inovadora - Desenvolvimento econômico sustentável- solidário- competitivo e dinamizado	53.545.116	247.643.148	301.188.264	
Eixo VII - Governança Municipal	227.229.412	829.843.646	1.057.073.058	5%
Fortaleza Planejada e Participativa - Gestão planejada e participativa dos serviços públicos- com foco no acolhimento- equilíbrio fiscal e transparência	227.229.412	829.843.646	1.057.073.058	
TOTAL	4.507.056.220	16.076.169.501	20.583.225.721	100%

Fonte: SEPOG

Pode-se observar que os eixos III Vida Comunitária – Acolhimento e Bem-Estar e IV Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento concentram 70% dos recursos a serem alocados nos próximos quatro anos, sendo esse percentual consequência direta de suas “Fortalezas”, onde estão inseridos a maior parte dos programas voltados para a

área de saúde e educação, prioridades declaradas de governo.

Gráfico 7 - Distribuição dos Recursos por Eixo 2018 - 2021



Fonte: SEPOG

No que concerne às áreas temáticas, as 'Fortalezas' que tratam da Infraestrutura e Mobilidade Urbanas, Saúde e Educação, respondem por 91% dos recursos alocados no plano.

| POR GRUPO DE DESPESAS

Tabela 4 - Despesas por Categoria Econômica e Natureza

ITEM DE DESPESA	2018	2019 - 2021	TOTAL	% 2018 - 2021
Despesas Correntes	6.688.436.850	22.885.165.439	29.573.602.289	86,88%
Pessoal e Encargos Sociais	3.875.662.933	13.031.844.638	16.907.507.571	49,67%
Juros e Encargos da Dívida	62.000.000	217.000.000	279.000.000	0,82%
Outras Despesas Correntes	2.750.773.917	9.636.320.801	12.387.094.718	36,39%
Despesas de Capital	826.115.824	3.494.666.468	4.320.782.292	12,69%
Investimentos	711.720.824	3.160.166.468	3.871.887.292	11,37%
Inversões Financeiras	1.395.000	4.500.000	5.895.000	0,02%
Amortização da Dívida	113.000.000	330.000.000	443.000.000	1,30%
Reserva de Contingência	32.482.883	113.876.214	146.359.097	0,43%
TOTAL	7.547.035.557	26.493.708.121	34.040.743.678	100,00%

Fonte: SEPOG

A análise do presente PPA, à luz das Categorias Econômicas da Despesa, demonstra a grande participação das Despesas Correntes no total planejado, rubrica que representa 87% do total. Aqui estão inseridas as despesas com pessoal e as destinadas a outros gastos correntes. O primeiro diz respeito ao pagamento de pessoal e encargos dos funcionários do município. Para além de uma visão errada de que essa despesa é gasto perdido, o Executivo Municipal, dentro de um conceito de gestão por resultados, compreende que um quadro de funcionários qualificados e bem remunerados é o alicerce básico para a prestação de serviços públicos de qualidade a população.

A segunda rubrica Outras Despesas Correntes diz respeito aos insumos necessários tanto ao funcionamento da máquina, quanto à prestação de serviços. Nela estão inseridas, por exemplo, despesas com aquisição de medicamentos, material e merenda escolar, qualificação de funcionários, dentre outras.

Já no lado das Despesas de Capital, temos como destaque o Investimento, que representa 11% do planejado.

Nessa cifra estão alocados os recursos para os principais projetos do município, dentre os quais podemos destacar: construção do IJF 2, aumento da ciclo faixas e vias exclusivas de ônibus, construção de mais escolas em tempo integral, requalificação de corredores turísticos, dentre outros.

| POR FUNÇÕES DE GOVERNO

A tabela abaixo apresenta o demonstrativo da destinação de recursos por função de governo:

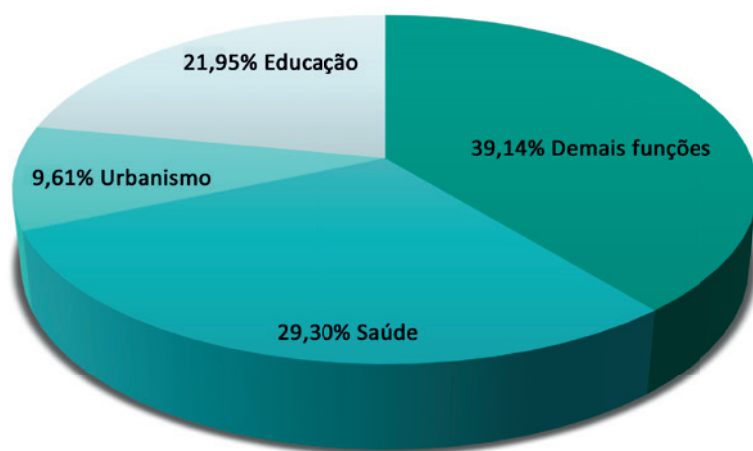
Tabela 5 - Valor dos Dispendios por Função - R\$ 1,00

FUNÇÃO DE GOVERNO	2018	2019 - 2021	2018 - 2021	% 2018 - 2021
SAÚDE	2.288.078.392	7.686.733.862	9.974.812.254	29,30
EDUCAÇÃO	1.620.624.724	5.851.385.144	7.472.009.868	21,95
PREVIDÊNCIA SOCIAL	769.938.389	2.585.006.308	3.354.944.697	9,86
URBANISMO	659.122.841	2.612.452.504	3.271.575.345	9,61
SEGURANÇA PÚBLICA	257.951.975	865.970.111	1.123.922.086	3,30
LEGISLATIVA	189.871.749	661.809.032	851.680.781	2,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	127.834.834	377.501.260	505.336.094	1,48
ENERGIA	101.700.000	391.524.355	493.224.355	1,45
GESTÃO AMBIENTAL	112.516.467	377.100.415	489.616.882	1,44
CULTURA	77.063.812	325.491.733	402.555.545	1,18
HABITAÇÃO	71.062.761	326.026.093	397.088.854	1,17
DIREITOS DA CIDADANIA	81.270.747	287.619.240	368.889.987	1,08
JUDICIÁRIA	45.329.850	151.805.712	197.135.562	0,58
COMÉRCIO E SERVIÇOS	23.468.320	119.155.652	142.623.972	0,42
DESPORTO E LAZER	16.817.897	55.721.407	72.539.304	0,21
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.984.423	31.906.140	40.890.563	0,12
COMUNICAÇÕES	7.809.343	25.860.456	33.669.799	0,10
SANEAMENTO	4.103.000	24.643.520	28.746.520	0,08
TRABALHO	7.562.566	18.746.406	26.308.972	0,08
AGRICULTURA	1.011.000	1.981.565	2.992.565	0,01
ESSENCIAL À JUSTIÇA	673.000	2.277.857	2.950.857	0,01
ADMINISTRAÇÃO	773.274.063	2.665.469.720	3.438.743.783	10,10
ENCARGOS ESPECIAIS	268.482.521	933.643.415	1.202.125.936	3,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	32.482.883	113.876.214	146.359.097	0,43
T O T A L	7.547.035.557	26.493.708.121	34.040.743.678	100,00

Fonte: SEPOG

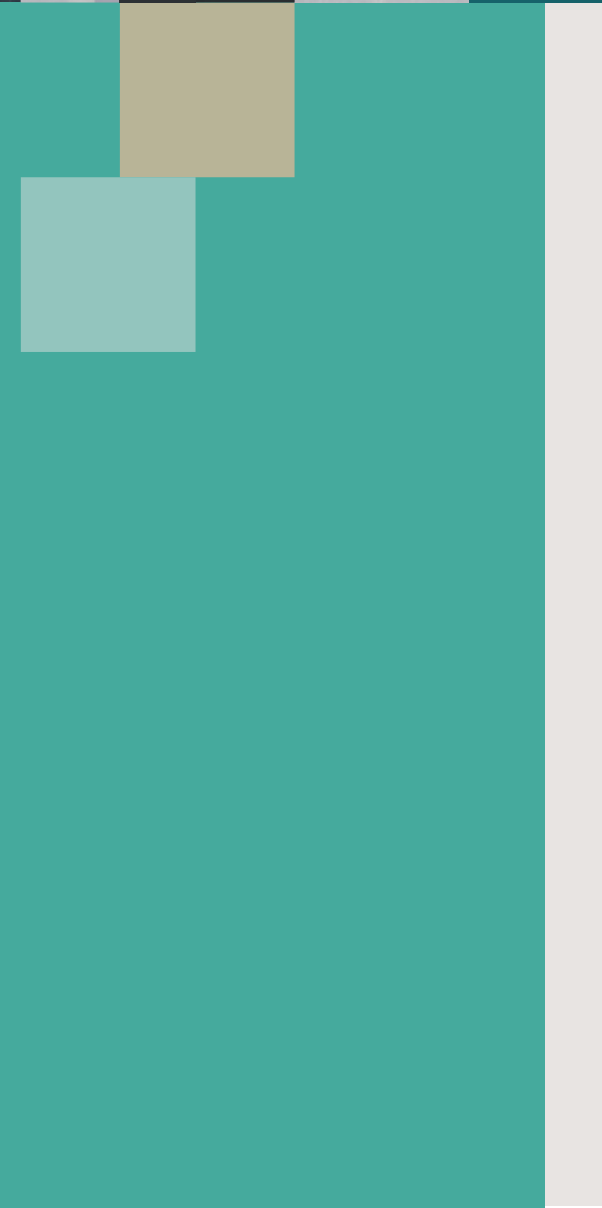
A análise das despesas fixadas para o PPA 2018-2021, pelo enfoque das funções de governo, reflete o que já foi constatado na análise dos eixos, demonstrando a primazia da alocação dos recursos nas áreas declaradas prioritárias pela administração municipal. São elas Saúde, Educação e Urbanismo, que juntas respondem, em termos monetários, por R\$ 20,71 bilhões. Percentualmente, essas três áreas respondem por 61% do total previsto. Vale ressaltar, também, o peso das funções Administração e Previdência, que são utilizadas para o pagamento de despesas voltadas para o funcionamento da máquina, aqui inseridas a folha de pagamento dos ativos e inativos.

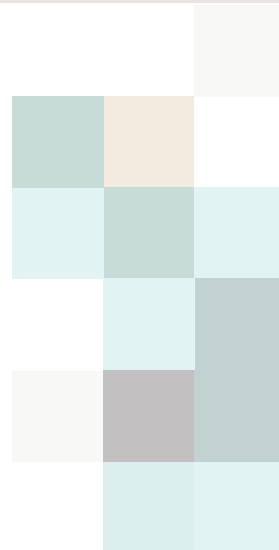
Gráfico 8 – Participação das Principais Funções de Governo no Plano Plurianual 2018 -2021



Fonte: SEPOG

Partindo do pressuposto de que o PPA é o instrumento que declara de forma regionalizada as diretrizes, metas e objetivos do governo municipal para os próximos quatro anos, esses objetivos devem ser traduzidos em bens e serviços, com o propósito de alcançar os resultados pretendidos. O presente plano plurianual se mostra totalmente voltado para os desígnios da sociedade e foi construído com o intuito de atender ao objetivo precípua que toda a administração pública deve ter: melhorar a vida dos cidadãos que dela dependem e confiam.





6. Gestão do PPA

Gerenciamento e Responsabilidade

A orientação estratégica do Governo Municipal para o conjunto de programas e ações (atividades e projetos) a serem executados no quadriênio 2018-2021 tem como referências básicas a Avaliação da Agenda Estratégica 2014-2017, o Plano Fortaleza 2040 e o Plano de Governo RC - 2017-2020, além das propostas oriundas do Processo de Participação Social. A consolidação de todo esse processo de construção encontra-se representada nesse plano plurianual por meio de eixos, resultados e objetivos estratégicos de governo, consolidados em áreas temáticas.

Trata-se de instrumento maduro, fruto de um esforço amplo, participativo e responsável, que renova o compromisso com a Gestão para Resultados, impondo de forma mais incisiva a exigência de monitoramento e avaliação fundado em indicadores de impacto e de resultados, além de produtos com metas definidas em termos físicos e financeiros. Tudo isso pretende demonstrar o compromisso de todas as instâncias de governo com a execução e entrega dos serviços ofertados, bem como com o envolvimento com o processo de monitoramento, com vistas à correção dos programas em curso e para a reorientação da estratégia de médio e longo prazo.

Os procedimentos de Monitoramento e Avaliação (M&A) devem ser assimilados como etapas interdependentes da metodologia de Gestão para Resultados, sendo essa percebida como um componente indissociável da Agenda Estratégica de Governo, formulada e cuidadosamente construída como linha de orientação político-administrativa para o quadriênio 2018-2021. Referido conjunto de procedimentos é fundamental para balizar a atuação governamental, por meio do acompanhamento dos indicadores estratégicos de governo e de programas, além das metas estabelecidas para as ações, possibilitando o realinhamento das estratégias de intervenções adotadas para o alcance dos resultados.

A perspectiva de intersetorialidade prevista na Base Estratégica de Governo, com a incorporação do Plano Fortaleza 2040, passa a requerer que a visão multi e intersetorial dos programas, seja cada vez mais assimilada pelos órgãos, no entendimento de que os resultados estratégicos de governo extrapolam as áreas temáticas estabelecidas, implicando na necessidade de maior diálogo entre elas e entre os programas estabelecidos, na perspectiva de promover a integralidade das políticas públicas como o caminho mais efetivo para a consecução dos objetivos propostos, no Plano Plurianual 2018-2021.

O Governo Municipal de Fortaleza, no âmbito da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), já dispõe de instrumentos e mecanismos de monitoramento e avaliação, que facilitam a tomada de decisões, como: o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários de Fortaleza- MAPPFOR, que viabiliza o controle físico e financeiro das ações prioritárias de governo; o acompanhamento dos Resultados Estratégicos de Governo, dos Resultados Setoriais e seus indicadores por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOPFOR; e o Observatório da Governança Municipal vinculado ao IPLANFOR.

A SEPOG, como órgão responsável legalmente pelo acompanhamento da execução física e financeira das ações contidas nesse documento, utilizar-se-á de mecanismos informatizados aperfeiçoando o acompanhamento sistemático dos indicadores, programas e produtos, além do fortalecimento e qualificação da Rede Municipal de Planejamento, possibilitando o acesso às informações, tanto para o Executivo Municipal como aos gestores de cada pasta, permitindo assim o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de cada política pública, possibilitando a realização dos ajustes necessários, em prol da eficácia e efetividade das

mesmas no alcance dos resultados propostos.

| Gerenciamento e Responsabilidade

A condução desse processo está amparada no Sistema de Planejamento Municipal, cabendo, de forma conjunta, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e ao Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), parceria fortalecida com a inclusão do Plano Fortaleza 2040 como base do plano plurianual, e implicando na necessidade de se ir além do acompanhamento e monitoramento das intervenções previstas no plano plurianual. Conseqüentemente, mantém-se o completo alinhamento das mesmas com os fundamentos da descentralização, do compartilhamento de responsabilidades com as secretarias setoriais e regionais, bem como respeitando o direito à participação da sociedade.

Cabe ao IPLANFOR delinear um sistema de governança com significativa participação social, acompanhando, gerindo e controlando o plano de forma compartilhada com o poder público, envolvendo também a elaboração e o monitoramento das políticas públicas e ações interventivas, bem como o controle das que se originam na própria sociedade para auxiliar no equilíbrio das relações entre o poder público e a sociedade para o desenvolvimento sustentável da cidade, tendo as diretrizes do Plano Fortaleza 2040, inseridas no PPA, como norte.

A sistemática de monitoramento e avaliação do PPA 2018-2021 intenta alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

1) disponibilizar informações aos gestores públicos, a fim de viabilizar a tomada de decisões em relação às políticas implementadas, por meio dos programas; 2) permitir à sociedade o conhecimento dos resultados alcançados; 3) dar visão pública aos agentes envolvidos na implementação das políticas públicas setoriais, sobre o desempenho e a execução dos programas e da política setorial, inclusive aqueles envolvidos com a realização de temas transversais ou multissetoriais; 4) atuar preventivamente em elementos críticos à consecução de metas; 5) realizar análises setoriais, multissetoriais e regionais, observando os resultados da implementação do conjunto das políticas públicas no conjunto de territórios que integram cada uma das 7 Secretarias Regionais (SER); e 6) dar visibilidade aos órgãos de controle externo e interno da Administração Pública Municipal na execução e desempenho do conjunto das políticas e programas implementados. Dessa maneira, o Plano Plurianual 2018-2021 observará de forma continuada a execução e o desempenho de seus programas, viabilizando a avaliação do Plano para permitir a gestão do município rever suas atitudes e decisões, em prol da eficácia e efetividades das políticas implementadas.

| Avaliação e Revisão do PPA 2018 - 2021

A sistemática de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual 2018-2021 será implementada considerando as seguintes premissas:

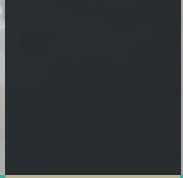
- as necessidades e peculiaridades de cada política setorial, permitindo abordagens e interpretações realísticas que viabilizem a tomada de decisões;
- o conhecimento acumulado e as lições aprendidas com as experiências de monitoramento e avaliação no setor público em âmbito estadual e nacional;

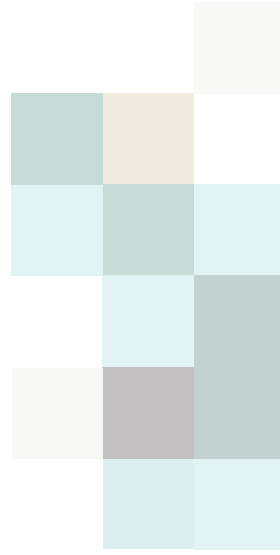
- a promoção da sua implantação, de forma progressiva, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo;
- a interlocução com a sociedade para acompanhamento e avaliação das ações prioritizadas no processo participativo incluídas nesse documento.

A avaliação do Plano Plurianual será realizada de forma bianual, ocasião em que o Poder Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores, até 30 de abril de 2020, relatório de avaliação conforme determina o Art. 11º em seus parágrafos 1º e 2º incisos I, II, III e IV da lei que compõe o PPA 2018-2021, contemplando:

- ✓ avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicando as razões das eventuais diferenças verificadas entre os valores previstos e observados;
- ✓ demonstrativo, por programa, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada;
- ✓ acompanhamento da evolução dos indicadores de resultados;
- ✓ avaliação, por programa prioritário, da possibilidade de alcance do resultado final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e financeiras, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

As revisões serão realizadas anualmente durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e incorporadas automaticamente quando aprovados pela Câmara Municipal, devendo a SEPOG proceder aos ajustes necessários para fins de alinhamento dos instrumentos de planejamento.





7. **ANEXOS**

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES DOS INDICADORES

INDICADOR	FÓRMULA
% de pessoas habitando em assentamento precário	$(\text{N}^{\circ} \text{ de pessoas habitando em assentamento precário} / \text{população de Fortaleza}) * 100$
% de assentamentos requalificados	$(\text{N}^{\circ} \text{ de assentamentos requalificados} / \text{N}^{\circ} \text{ de assentamentos precários existentes}) * 100$
% de unidades habitacionais de assentamentos beneficiados com melhorias habitacionais	$(\text{Unidades habitacionais beneficiadas por ações de melhoria} / \text{Unidades habitacionais de assentamento precário}) * 100$
Taxa de homicídios (CVLI) (por 100.000 Hab.)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de crimes violentos, letais e intencionais no ano} / \text{População no ano}) * 100.000$
Taxa de bairros atendidos por regional, nos núcleos de mediação de conflitos (%)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de bairros com núcleo de mediação de conflitos} / \text{Total de bairros}) * 100$
Taxa de produção habitacional (%)	$(\text{Total de moradias entregues} / \text{Meta de redução de déficit pactuada (30 mil casas)}) * 100$
% de assentamentos com serviços de pavimentação e drenagem adequados	$(\text{N}^{\circ} \text{ de ZEIS com pavimentação e drenagem adequada} / \text{N}^{\circ} \text{ total de ZEIS}) * 100$
% de atendimentos a denúncias recebidas pela AGEFIS	$(\text{N}^{\circ} \text{ de denúncias recebidas pela AGEFIS} / \text{N}^{\circ} \text{ de denúncias atendidas}) * 100$
Taxa de ocorrências atendidas pela GMF (%)	$(\text{Total de ocorrências atendidas pela GMF} / \text{Total de ocorrências registradas na CIOPS}) * 100$
Bairros com célula de proteção urbana implantada	Nº de bairros que possuem célula de proteção implantada
Índice de acessibilidade econômica do STP (%)	$(\text{Custo médio do transporte} / \text{Valor do salário mínimo}) * 100$
Índice de acessibilidade veicular do STP - ônibus (%)	$(\text{N}^{\circ} \text{ de veículos da frota acessíveis} / \text{N}^{\circ} \text{ total de veículos da frota}) * 100$
Taxa de mortes por acidentes no trânsito	$(\text{N}^{\circ} \text{ de mortes no trânsito} / \text{N}^{\circ} \text{ total de veículos da frota}) * 10.000$
Índice de área verde	$(\text{m}^2 \text{ de área verde} / \text{habitante})$
Índice de emissões que produzem aquecimento global e passivo ambiental	Média de CO ₂ emitido entre as medições feitas

Taxa de uso de resíduo de construção civil (%)	$(\text{Resíduo aproveitado na usina de reciclagem} / \text{Resíduo de construção civil gerado}) * 100$
Taxa de espaços públicos adotados	$\text{Total de espaços públicos adotados} / \text{Total de espaços passíveis de adoção}$
Taxa de evolução das operações urbanas consorciadas (OUC)	Média aritmética dos percentuais das fases cumpridas das OUCs: $(\text{Somatório dos percentuais das fases cumpridas para cada OUC} / \text{Total de OUCs em andamento}) * 100$
Áreas de preservação ambiental protegidas (m ²)	Somatório de áreas de APAs contempladas com ações de proteção em m ²
Nº de corpos hídricos balneáveis	Nº de corpos hídricos de água doce balneáveis
Índice de controle da poluição atmosférica	% de fontes móveis fora do padrão
Índice de controle da poluição hídrica	Média de coliformes fecais obtida nas análises de corpos na cidade
Índice de controle da poluição de resíduos	Nº de depósitos de lixo por área
Índice de controle da poluição visual	$(\text{Nº de engenhos fora dos padrões} / \text{Total de engenhos analisados}) * 100$
Índice de controle da poluição sonora	Média de decibéis das medições feitas na cidade
Taxa de corpos hídricos monitorados	$(\text{Corpos hídricos monitorados} / \text{Total de corpos hídricos existentes}) * 100$
Índice da capacidade de endividamento	$(\text{Dívida Consolidada Líquida} / \text{Receita Corrente Líquida}) * 100$
Resultado Primário(R\$)	$(\text{Receita Primária} / \text{Despesa Primária}) * 100$ $(\text{Receita Corrente} + \text{Transferências de Capital (Convênios e outras)} + \text{Outras Receitas de Capital}) - ((\text{Despesa Corrente-Despesas com juros e encargos}) + \text{Despesas de Investimentos (dentro de Despesas de Capital)} + \text{Despesas de Reserva de Contingência} + \text{Despesas de Reserva do RPPS})$

Índice de autonomia financeira	$(\text{Arrecadação Própria} / \text{Receita Total}) * 100$
Poupança corrente líquida	$(\text{Receita Corrente} - \text{Despesa Corrente} / \text{Receita Corrente}) * 100$
Pessoas envolvidas no ciclo participativo	Nº de pessoas envolvidas no Ciclo Participativo
Índice de eficácia da arrecadação própria (%)	$(\text{Receita Arrecadada} / \text{Receita Prevista}) * 100$
Índice de execução do Pnafm (%)	$(\text{Valor total de projetos pagos} / \text{Valor total do Empréstimo}) * 100$
Taxa de resolução das mesas de negociação (%)	$(\text{Nº de reivindicações atendidas} / \text{Quantidade de reivindicações das mesas}) * 100$
% de conectividade na rede fibrafor	$(\text{Nº de órgãos ou entidades públicas municipais conectados na Rede FIBRAFOR} / \text{Total de órgãos ou entidades públicas do município planejadas por ano}) * 100$
% de estruturas organizacionais modernizadas e alinhadas	$(\text{Nº de estruturas organizacionais revisadas} / \text{Nº de estruturas organizacionais priorizadas}) * 100$
Índice de execução financeira dos projetos prioritários de governo (Mappfor)(%)	$(\text{Somatório dos recursos financeiros empenhados} / \text{Somatório dos recursos financeiros dos projetos aprovados}) * 100$
Participação da micro e pequenas empresas nas licitações realizadas (%)	$(\text{Total de microempresas participantes em licitações} / \text{Total de empresas participantes em licitações}) * 100$
% de propostas eleitas no ciclo participativo	$(\text{Total de propostas eleitas} / \text{Total de propostas cadastradas}) * 100$
% de denúncias à ouvidoria solucionadas	$(\text{Total de denúncias solucionadas} / \text{Total de denúncias existentes}) * 100$
% de bairros beneficiados pelas ações de cultura	$(\text{Nº de bairros beneficiados por ações de cultura} / \text{Total de bairros}) * 100$
Índice de desenvolvimento da educação básica da rede municipal de fortaleza (IDEB) - anos iniciais	(Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática)*(Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação)
Índice de desenvolvimento da educação básica da rede municipal de fortaleza (IDEB) - anos finais	(Média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática)*(Indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação)
% de bairros com idh < 0,5 com espaço de internet de livre acesso	$(\text{Nº de bairros com IDH} < 0,5 \text{ com espaço de internet livre} / \text{Total de bairros com IDH} < 0,5) * 100$

Nº de ações permanentes de cultura realizadas (un.)	Nº de Ações Permanentes de Cultura realizadas no ano
% do orçamento destinado à função cultura	(Orçamento destinado à Cultura no ano / Orçamento total do ano)*100
Taxa de permanência durante o ano (TPDA) (%)	Taxa de aprovação no ano + Taxa de reprovação no ano
Índice de desempenho escolar 2º ano - Spaece	proficiência Média Escola 2º ano x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste
Índice de desempenho escolar 5º ano - Spaece	média aritmética em Língua Portuguesa e Matemática do 5º ano (Proficiência Média Escola x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste)
Índice de desempenho escolar 9º ano - Spaece	média aritmética em Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano (Proficiência Média Escola x Taxa de Participação Alunos x Fator Ajuste)
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	(Nº de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais / Total de pessoas com 15 anos ou mais)*100
Taxa da evasão escolar nas séries do Ensino Fundamental II(%)	(Nº de alunos evadidos nas séries do Ensino Fundamental II das escolas municipais no ano / Total de alunos matriculados nas séries do Ensino Fundamental II nas escolas municipais no ano)*100
Taxa de alunos matriculados em Educação de Tempo Integral (%)	(Nº de alunos matriculados em escolas de educação de tempo integral no ano /Total de alunos matriculados nas escolas municipais no ano)*100
Nº de espaços com internet para livre acesso da população	Nº de espaços com internet para livre acesso da população no ano
Nº de equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município	Nº de equipamentos voltados à cultura digital geridos pelo município no ano
Impacto do turismo sobre o PIB (%)	(PIB Turismo de Fortaleza / PIB Fortaleza)*100
Proporção de microempreendimentos individuais de fortaleza em relação ao Brasil (%)	(Nº de microempreendedores individuais em Fortaleza no ano / Nº de microempreendedores registrados no Brasil no ano)*100
Participação de fortaleza no mercado de trabalho em relação ao Brasil (%)	(Estoque de empregos formais de Fortaleza no ano / Estoque de empregos formais do Brasil no ano)*100
Evolução de embarques e desembarques (un.)	Nº de embarques e desembarques no Aeroporto Internacional de Fortaleza
Taxa de sustentabilidade de Microempreendimentos	(Nº de microempreendimentos com tempo de funcionamento >= 1 ano acompanhados pela SDE no ano) / (Total de microempreendimentos acompanhados pela SDE no ano)*100

Taxa de formalização (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de empregos com carteira assinada no ano} + \text{N}^\circ \text{ de microempreendedores formais no ano}) / (\text{PEA do ano}) * 100$
Taxa de inserção no mercado de trabalho (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de pessoas inseridas no mercado de trabalho no ano} / \text{N}^\circ \text{ de pessoas encaminhadas para inserção no mercado de trabalho no ano}) * 100$
Taxa de internação por condições sensíveis à atenção primária (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de internações hospitalares de residentes financiadas pelo SUS por causa sensíveis à Atenção Primária} / \text{Total de internações hospitalares por causa sensíveis à Atenção Básica}) * 100$
Taxa da população com obesidade (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de obesos em Fortaleza no ano} / \text{População de Fortaleza no ano}) * 100$
Taxa de mortalidade por causas externas (por 100 mil hab)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos por causa externas, acidentes e violência, no ano}) / (\text{População de Fortaleza no ano}) * 100.000$
Coefficiente de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais dcnt* (por 100 mil)	$[(\text{N}^\circ \text{ de óbitos prematuros (<70 anos) por DCNT em Fortaleza no ano}) / (\text{População residente (< 70 anos) em Fortaleza no ano})] * 100.000$
% de denúncias atendidas contra violação aos direitos humanos	$(\text{N}^\circ \text{ de denúncias atendidas contra a violação dos Direitos Humanos} / \text{Total de denúncias atendidas}) * 100$
Jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude (un.)	Nº de jovens beneficiados pelos programas de políticas públicas da juventude no ano
Taxa de desemprego de jovens de 15 a 29 anos (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos desempregados no ano} / \text{Total de jovens de 15 a 29 anos no ano}) * 100$
Cobertura das equipes de atenção primária à saúde (eSF+eACS)	$(\text{N}^\circ \text{ de eSF} \times 3.450 + (\text{N}^\circ \text{ eAB} + \text{N}^\circ \text{ eSF equivalente}) \text{ em determinado local e período}) \times 3.000 / (\text{Estimativa populacional do ano anterior}) * 100$
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	$(\text{N}^\circ \text{ de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade} / \text{N}^\circ \text{ de nascidos vivos de mães residentes}) * 1.000$
Percentual de mulheres com 7 ou mais consultas de pré-natal	$(\text{N}^\circ \text{ de nascidos vivos de mães residentes em determinado local e ano com sete ou mais consultas de pré-natal} / \text{Número de nascidos vivos de mães residentes no mesmo local e período}) * 100$
Número de óbitos materno	Nº de óbitos maternos (ocorridos após o término da gravidez referente a causas ligadas ao parto, ao puerpério e à gravidez) em determinado período e local de residência
Cobertura de atendimento das equipes de saúde bucal (%)	$((\text{n}^\circ \text{ eSB} * 3.450) + (\text{n}^\circ \text{ eSB equivalentes} * 3.000)) \text{ em determinado local e período} / \text{população no mesmo local}) * 100$
Proporção de vacinas selecionadas do calendário nacional de vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada.	$(\text{Total de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada} / \text{Total de vacinas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade com cobertura vacinal preconizada}) * 100$

% de nascidos vivos de mães menores de 19 anos	(Nº de crianças nascidas vivas de mães menores de 19 anos / Total de crianças nascidas de mães menores de 19 anos)*100
Taxa de óbito por infarto agudo do miocárdio (por 100 mil hab)	(Nº de óbitos por infarto agudo do miocárdio no ano / Total da população no ano)*100.000
Taxa de óbito por doenças crônicas não transmissíveis (por 100 mil hab)	(Nº de óbitos por doenças não transmissíveis no ano / Total da população no ano)*100.000
Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social	Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com atendimento de serviço voltado à reinserção social no ano
Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos	Nº de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas beneficiadas com ações de redução de danos no ano
Nº crianças e adolescentes (7 - 17 anos) matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas	Nº de crianças e adolescentes (7 a 17 anos) matriculados na rede pública municipal de ensino beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas no ano
Nº de jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos	Nº de jovens beneficiados com ações de prevenção ao uso indevido de drogas ou de redução de danos no ano
% de encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos realizados para a rede de atendimento	(Nº de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos encaminhados para rede de atendimento no ano / Nº de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos atendidas no ano)*100
Nº de servidores capacitados/formados em competências alinhadas à estratégia	Nº de servidores capacitados ou formados em competências alinhadas à estratégia no ano
Nº de LGBT atendidas	Nº de pessoas LGBT atendidas no ano
% de execução das metas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza	(Nº de ações realizadas do Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza / Total de ações programadas no Plano Municipal de Políticas Públicas para LGBT de Fortaleza)*100
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens)	(Nº de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no ano / Total de jovens com idade de 15 a 29 anos no ano)*100.000
Taxa de cobertura do programa de proteção integral à Família - PAIF (%)	(Nº de CRAS existentes / Total de CRAS necessárias no ano)*100
Taxa de cobertura do Programa de Proteção Especializada à Família - PAEF (%)	(Nº de CREAS existentes/ Total de CREAS necessárias no ano)*100
Refeições fornecidas pelo restaurante popular (un.)	Total de refeições fornecidas pelo restaurante popular no ano

Pessoas diretamente beneficiadas por projetos de protagonismo juvenil (un.)	Pessoas diretamente beneficiadas por Projetos de Protagonismo Juvenil no ano
Taxa de desocupação de jovens entre 15 a 29 anos (%)	$(\text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos desocupados no ano} / \text{N}^\circ \text{ de jovens de 15 a 29 anos no ano}) * 100$
Jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional (un.)	Nº de jovens de 15 a 29 anos beneficiados por cursos de formação e qualificação profissional no ano
Jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios (un.)	Nº de jovens de 18 a 29 anos beneficiados com financiamento para negócios no ano
Taxa de automatização de processo em Gestão de Pessoas (%)	$(\text{Total de processos automatizados em gestão de pessoas} / \text{Total de processos estratégicos em gestão de pessoas}) * 100$
Taxa de arrecadação por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos provenientes de Estatuto da Cidade (%)	$((\text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano} - \text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano base [2016]}) / \text{Valor arrecadado por instrumento urbanístico no ano base [2016]}) * 100$

ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

CÓDIGO FONTE	FONTES DE RECURSOS
0101	Recursos Ordinários Diretamente Arrecadado pela Administração Direta
0102	Recursos Ordinários Diretamente Arrecadado pela Administração Indireta
0103	Recursos Ordinários CMF
0200	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação 25%
0300	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde 15%
0400	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Compensação Financeira
0500	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Plano Previdenciário
0600	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS Plano Financeiro
0700	Outros Recursos Vinculados à Saúde
0800	Outros Recursos Vinculados à Educação
0900	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
1000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE
1100	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
1200	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
1300	Transferências do FUNDEB - 60 % (aplicação na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
1400	Transferências do FUNDEB - 40% (aplicação em outras despesas da Educação Básica)
1500	Transferências de Convênios - União/Educação
1600	Transferências de Convênios - União/Saúde
1700	Transferências de Convênios - União/Assistência Social
1800	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
1900	Transferências de Convênios - Estado/Educação
2000	Transferências de Convênios - Estado/Saúde
2100	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
2200	Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
2300	Transferências de Convênios - Outros
2400	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
2500	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS
2600	Recursos Destinados aos Direitos da Criança e do Adolescente
2700	Recursos Destinados ao Meio Ambiente
2800	Multas de Trânsito
2900	Taxas Vinculadas
3000	Recursos Vinculados de Royalties
3101	Operações de Crédito Internas
3102	Operações de Crédito Externas
3200	Alienação de Bens
3301	Cofinanciamento Estado CRAS/CREAS
3302	Recursos do IPEM
3303	IPM Saúde
3401	Recursos Fundurb
3402	Recursos Fundo da CMF
3403	Recursos Vinculados que não se enquadram nas especificações anteriores (Recursos advindos de Consignações)
3500	Taxa de administração – RPPS
3600	Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

GLOSSÁRIO PPA 18 -21

TERMO	CONCEITO
Ação	<p>São operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender às demandas da sociedade.</p> <p>A natureza das ações de governo pode ser:</p> <p>Projeto: conjunto de operações limitadas no tempo que resultam na expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;</p> <p>Atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental.</p>
Áreas Temáticas	Constituem as políticas setoriais que serão implementadas para efeito do alcance dos objetivos estratégicos do governo.
Base Estratégica de Governo	É a orientação estratégica que tem como base a visão de longo prazo.
Conhecimento	O conhecimento é a chave para a identificação e escolha das melhores soluções para os grandes problemas da cidade, ampliando a possibilidade de se realizar as transformações necessárias para a comunidade. Para tanto, ações e programas devem ser sempre precedidos de estudos e pesquisas, que embasem o seu planejamento, que reduzam os riscos. A produção e difusão de conhecimento sobre a cidade possibilita adoção de estratégias mais efetivas, maior engajamento da comunidade nas decisões de governo, além de facilitar o encontro de soluções e captação de parcerias.
Cooperação Federativa	Gestão articulada com os demais entes do estado para uma estratégia de desenvolvimento sinérgico entre os 3 níveis de governo (federal, estadual e municipal, otimizando recursos, potencializando, integrando, complementando e inovando em políticas para construir um país cada vez mais justo e desenvolvido.
Criatividade e inovação	Capacidade do governo em conduzir a gestão do plano orientado pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e as possibilidades inovadoras de superação dos problemas da cidade. Trata-se de induzir nichos de crescimento sustentáveis, com soluções eficazes, criativas e inovadoras.
Custos	Compreende a tradução, em termos financeiros, de todos os meios necessários à execução dos programas e ações.
Economicidade	Compreende a competência da gestão para maximizar os recursos públicos por meio de soluções criativas e detentoras das melhores relações entre custos e benefícios para a população, em cada ação a ser executada, além de processos de compra de bens e serviços devidamente diligenciados. A adoção de cultura de planejamento reforça essa premissa.
Efetividade	Foco na efetividade entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão se efetivar pela execução das políticas públicas.
Eixo Estratégico de Desenvolvimento	Correspondem aos pilares da atuação do governo visando ao cumprimento de sua missão. Apontam as orientações mais gerais, com as quais o governo se compromete seguir quando define os seus programas e ações.
Equidade	Consiste na implementação de novos valores para a gestão e para os diversos arranjos e interações que viabilizam as entregas resultantes da implementação das políticas públicas, na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade.
Excelência da Gestão de Governo	Intenta garantir a entrega de bens e serviços de qualidade à população. Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e transparente na priorização dos investimentos, no monitoramento e na gestão dos recursos públicos.
Foco na Eficácia	Relacionada com a dimensão tática do plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público adequado no tempo e no lugar apropriado.

Gestão por resultados	<p>Pautada no compromisso de executar políticas públicas para o alcance de resultados efetivos que melhorem a condição da qualidade de vida da população. É um modelo em que o setor público passa a atuar para alcançar resultados, adotando postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente.</p> <p>Os resultados serão medidos com indicadores que, por sua vez, orientam a organização dos programas e ações prioritárias de investimentos focadas no bem comum.</p>
Honestidade	<p>Visa obediência incondicional às regras morais existentes, compreendendo o exercício da gestão pública pautado no bem comum, honrado, comprometido com a verdade, na lisura e conduta ética, na promoção dos serviços públicos de qualidade e de forma honesta.</p>
Indicador	<p>É uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.</p>
Intersetorialidade	<p>Visa à otimização dos resultados mediante a articulação e sinergia entre as diversas áreas de atuação do governo municipal, numa perspectiva de execução das políticas públicas multissetoriais, conjugando esforços e reunindo recursos para objetivar ações/entregas tendo como foco a vida do cidadão.</p>
Justificativa de Programa	<p>O que justifica a necessidade do programa para o cumprimento da missão do órgão e alcance dos objetivos estratégicos de governo. Deve conter uma análise, qualitativa e quantitativa, resumida da situação que se quer intervir.</p>
Linha de Base	<p>São dados de referência de um planejamento que permite identificar a situação inicial de um indicador ou situação a serem monitorados durante determinado tempo.</p>
Meta Estratégica de Governo	<p>Resposta efetiva e qualitativa que o governo ambiciona alcançar em um prazo determinado, dada a estratégia escolhida no contexto do seu ambiente para concretizar a sua visão de futuro e cumprir a sua missão.</p>
Missão	<p>É o objetivo fundamental de uma organização, traduz a finalidade última da instituição e consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. É o enunciado dos propósitos gerais que expressam intenções fundamentais da gestão global.</p>
Monitoramento	<p>É a observação e o registro regular das atividades de um projeto ou programa, processo rotineiro de acumulo de informações que permitem checar o progresso das ações do projeto ou programa com sistemática e propósito.</p> <p>Fornecer as informações para o processo de ajuste do planejamento, facilitando a tomada de decisões e o aperfeiçoamento das ações.</p>
Parceria	<p>Compreendem o compartilhamento de responsabilidades no financiamento e gestão dos investimentos, envolvendo contratualização entre as esferas de governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, diversificando as fontes e ampliando o volume de recursos para o alcance dos resultados comuns.</p>
Participação social	<p>Implica fortalecer a comunicação entre os diversos setores que compõem a gestão municipal, e entre esta e a sociedade. Significa promover canais transparentes que fortaleçam os instrumentos constituídos pela democracia participativa, compartilhando o comprometimento de todos os responsáveis pela consecução do plano.</p>
Produto	<p>Bens e/ou serviços resultantes das ações realizadas e postas à disposição pela instituição. São as entregas feitas à população, devendo contribuir diretamente para o alcance do objetivo do programa, e possuem os seguintes atributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir uma mensuração apropriada, tendo-se em vista seu monitoramento e avaliação; • Contribuir para a finalidade da ação e para o objetivo do programa; • Ser um objeto de interesse da sociedade ou do estado.

Programa	<p>Conjunto articulado de ações que visam solucionar problemas, atender demandas ou ainda criar oportunidades de desenvolvimento e crescimento da cidade. É o elemento que integra o ppa e o orçamento.</p> <p>Os programas podem ser divididos em finalísticos e de apoio administrativo:</p> <p>Programas finalísticos: trazem em sua integralidade as ações que resultam em serviços e bens públicos ofertados à população.</p> <p>Programas de apoio administrativo: integrados por ações de natureza administrativa, voltadas ao funcionamento da máquina administrativa, por meio da conservação, manutenção e suprimento de seus bens imóveis, bens móveis, corpo funcional e material consumido.</p>
Resultado estratégico	<p>Resultado que se pretende obter como consequência da realização das ações governamentais. São descritos de forma concisa e precisa, sendo mensurados por indicadores que expressam o impacto esperado.</p>
Sustentabilidade	<p>Gestão comprometida com alternativas sustentáveis de crescimento, assegurando o efetivo controle e ordenamento urbano e ambiental, a prevalência da função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade, estimulando iniciativas econômicas que preservem e até mesmo resgatem o patrimônio natural e cultural de fortaleza.</p>
Valores	<p>Expressam o conjunto de sentimentos que estruturam, ou pretendem estruturar, a cultura e a prática da organização. Normalmente, os valores surgem agregados à missão, como uma simples relação ou, de forma mais elaborada, como crenças ou políticas organizacionais. Os valores representam as crenças essenciais ou princípios morais que informam às pessoas como devem reger os seus comportamentos na organização.</p>
Visão de futuro	<p>Resultado que se pretende alcançar com a realização das políticas estratégias de governo. Descreve as melhorias e mudanças desejadas para a população local e para a situação dita como atual ao início do planejamento.</p>



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal do
Planejamento, Orçamento e Gestão